

cadernos do

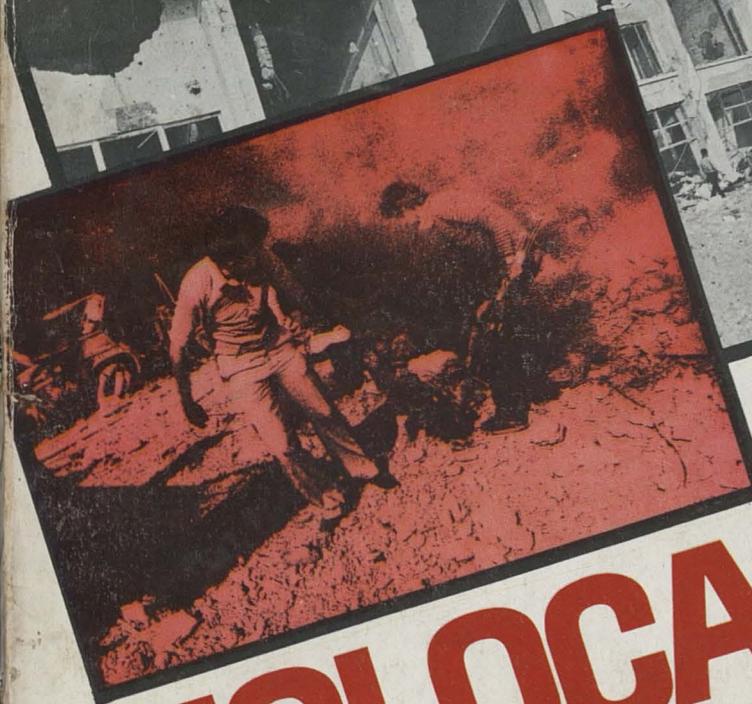
terceiro mundo

Junho 1982 - Cr\$ 200,00

ARGENTINA
depois das
Malvinas

Ano V - nº 46

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 260,00



**REPORTAGEM
EXCLUSIVA**

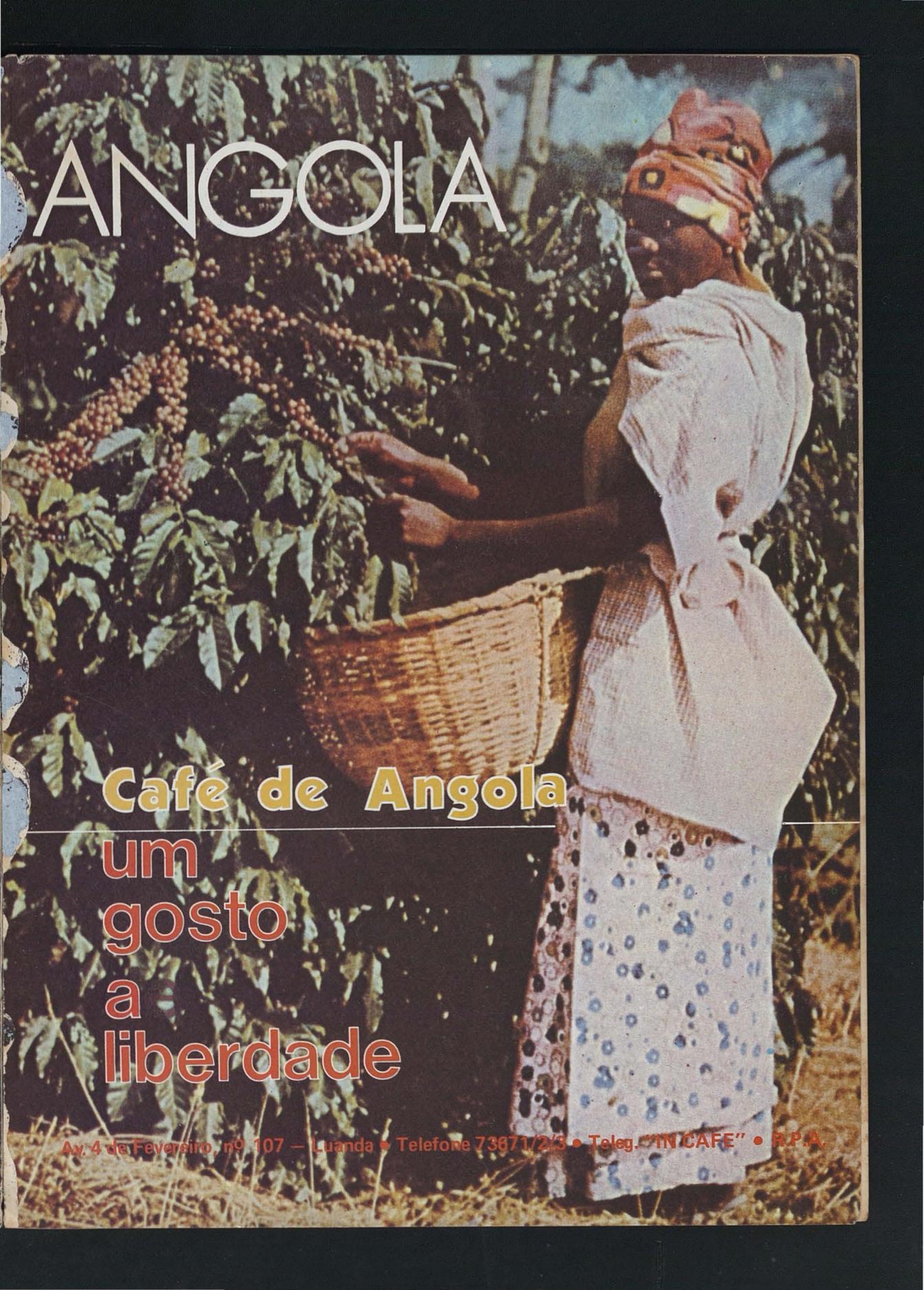
HOLOCAUSTO NO LÍBANO

SOB AS BOMBAS ISRAELENSES

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is carrying a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red cherries.

ANGOLA

Café de Angola

**um
gosto
a
liberdade**

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.

MABOR DE MOÇAMBIQUE



tipos de pneus para exportação:	145 SR 10 Jet SPÓRT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY
	135 SR 12 " "	10.00 - 20 "
175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	155 SR 12 " "	11.00 - 20 "
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	145 SR 13 " "	11.00 - 20 GT 100
7.50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 13 " "	11.00 - 20 Jet TRAC
6.00 - 16 "	165 SR 13 " "	12.00 - 20 " "
6.50 - 16 "	175 SR 13 " "	6.00 - 16 Tractor Frente
7.50 - 16 "	165 SR 14 " "	7.50 - 16 " "
9.00 - 16 "	175 SR 14 " "	16.9/14 - 30 SPECIAL FARMER
7.50 - 18 "	145 SR 15 " "	7.50 - 20 Traction Rib.
8.25 - 20 "	165 SR 15 " "	

Estrada Nacional Nº 1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
telegr. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de importação e exportação de produtos pesqueiros, e e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrama: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

O Líbano em ruínas

Nossos companheiros Neiva Moreira e Beatriz Bissio estavam em Beirute quando começou o bombardeio à capital libanesa e a invasão israelense ao país dos cedros. Os dois assistiram o drama de uma cidade implacavelmente destruída, e da retirada dos escombros dos cadáveres de homens, mulheres e crianças com quem tinham compartilhado as atividades cotidianas poucas horas antes.

Seu testemunho e fotografias desmentem a versão israelense de que os ataques eram dirigidos principalmente contra "objetivos militares". Populações civis desarmadas ou campos de refugiados notoriamente incapazes de resistir à agressão foram alvo das operações que, num *lapsus linguae* revelador, o ex-secretário de Estado norte-americano, general Alexander Haig, descreveu como "suas".

Este número, portanto, é dedicado ao holocausto com o qual o regime de Telavive procura dar "uma solução final" para o problema palestino, assim como, há quatro décadas, outros genocidas, encabeçados por Adolf Hitler tentaram na Europa uma solução final para o problema judeu. O leitor também encontrará uma ampla análise das consequências de outra guerra, a do Atlântico Sul, que mereceu a matéria de capa do nosso número anterior e que agora é vista a partir da perspectiva da derrota militar argentina e suas repercussões no processo político interno daquele país.

Destacamos, também, neste número, um estudo da relação entre países pobres e ricos, na qual estes tentam usar o argumento do preço do petróleo — ou seja, a política da Opep —, como fator principal da grave crise econômica que abala tanto uns quanto outros, além de uma rápida passagem pelas questões que envolvem a dívida externa do Terceiro Mundo que cresce assustadoramente.

Abordagem inteligente

(...) Foi uma grata surpresa. Fiquei muito impressionado com os temas abordados e a forma inteligente com que são apresentados. Desde então me interessei bastante pelos cadernos, conseguindo edições passadas, o que ampliou sobremaneira os meus conhecimentos sobre os problemas do Terceiro Mundo, como também sobre política internacional. **Algemiro Damasio Filho, Urussunga, Brasil.**

Amazônia ainda

(...) Essa matéria foi e continua sendo de interesse de todos os brasileiros que amam a natureza e que não querem que a mesma seja dilacerada por pessoas inescrupulosas. **Emilson L. Garcia, São Bernardo do Campo, Brasil.**

Temas brasileiros

(...) Apesar de cadernos ter que abranger um número enorme de assuntos, é válida a idéia, já que poderíamos ver os problemas nacionais através de outro prisma, pois as análises e reportagens da revista são excelentes. **Marcos J. Garbini, São Paulo, Brasil.**

Polônia, racismo e discriminação

(...) Acredito que a Polônia interessa hoje a todos os países do Terceiro Mundo, assim como os guetos de Nova Iorque, o racismo nos EUA, e a discriminação, pelos europeus, dos operários emigrantes, etc. **Alessandro Zellesco, Rio de Janeiro, Brasil.**

Esperanto

(...) Uma revista assim internacional deveria ter edição também em Esperanto, o idioma internacional. Sugiro que o façam, pois poderiam alcançar e beneficiar pessoas de idiomas outros que não os contemplados com as edições atuais e que sabem Esperanto. **Cleber Moraes Lemos, Petrópolis, Brasil.**

Experiência vivida

(...) Eram angolanos brancos que emigraram por motivo da independência da ex-colônia de Portugal. Conversei com eles e estavam revoltados com a perda de propriedades e privilégios, descrevendo a situação de fartura e riqueza que desfrutavam. Com o surgimento da nova nação africana partiram, e o que não foi possível levar, destruíram ou jogaram no mar. (...) Percebi que nunca ouviram falar em solidariedade e nem na vontade dos ex-escravos de partirem do zero ao infinito. **José A. de Mourão Rangel, Rio de Janeiro, Brasil.**

Malvinas

(...) E não fossem todas as implicações políticas, toda a complexidade dessa disputa, digo, guerra insana, mesmo como idealista da "Grande América" não consigo apoiar o regime ditatorial argentino. Por outro lado, aqueles que vejo defender as posições britânicas, sinto que estão colonizados culturalmente. Um dilema sério. **Augusto P. Saraiva, São Paulo, Brasil.**

Correção

No número de dezembro de 81, puseram a fotografia do general Ricardo Peralta Méndez, da Guatemala, com o nome do general Lucas García. Peralta Méndez é um dos poucos generais guatemaltecos que vive fora de seu país e que na história recente não se envolveu no massacre que atualmente o exército da Guatemala comete contra o povo, encabeçado, isso sim, por Lucas García. **Carlos Gallardo Flores, San José, Costa Rica.**

Imprensa alternativa

(...) Jovens ligados a movimentos de jornais alternativos fazem deste país cabeça-de-ponte de lutas ideológicas sem nada conhecerem dele. Uma retrospectiva seria de grande valia. **Antônio J. de Jesus, Salvador, Brasil.**

Intercâmbio

Marcos José Garbini
R. Padre Estevão Perret, 402
Tatuapé — 03315
São Paulo — SP, Brasil

Horácio Manoel Varandas
Caixa Postal nº 1.099
Huambo, Rep. Pop. de Angola

Barto Fungeti
Caixa Postal 188
Passo Fundo — RS, Brasil

Carlos Alberto Lemos
Av. República, 1774
6º Esq. — Corpo Sul
4400 — Ungaia, Portugal

4 Panorama Tricontinental

9 Editorial:

A ressurreição imperial e o despertar da América Latina

12 Matéria de capa: Holocausto no Líbano

14 Como nos tempos de Hitler, *Neiva Moreira*

22 O Castelo Beaufort

30 Beirute sob as bombas, *Beatriz Bissio*

África

41 Moçambique: A luta pelo socialismo, *Etevaldo Hipólito*

América Latina

46 Uruguai: Comoção na catedral, *Emilia Hernández*

50 Nicarágua: A América Latina terá que ser dos latino-americanos,
entrevista com Ernesto Cardenal, *Ronaldo Lapa*

Comunicação

56 El Salvador: A guerra vista pela TV, *Rufus Jones*

Norte/Sul

63 Os mitos do petróleo

74 A bola de neve da dívida externa, *Agustín Castañón*

Especial: Argentina depois das Malvinas

78 Os dilemas do pós-guerra, *Carlos Castilho*

85 O choque de dois mundos, *Esteban Valenti*

87 O processo de latino-americanização, *Pablo Piacentini*

90 A última viagem de Gulliver, *Gerdmán Wettstein*



Miséria do Sul



Malvinas: uma lição

MOÇAMBIQUE EMPUNHA ARMAS

□ O presidente Samora Machel anunciou pessoalmente, nas vésperas do 7º aniversário da independência, durante uma manifestação que se prolongou até a madrugada, a distribuição de armas à população, para consolidar a defesa do processo revolucionário instaurado em 1973.

"Vamos distribuir dezenas de milhares de armas nos bairros de Maputo", disse Machel, acrescentando que os dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), começando por ele próprio, haviam abandonado as armas após a independência, em 1975, sob pressão daqueles que qualificou como "aspirantes a burgueses".

"Nós ficamos com a elegância, e eles (os inimigos) ficaram com as armas", exclamou Machel, diante de um auditório de cerca de 40 mil pessoas que o ovacionaram quando colocou uma pistola na cintura.

Logo após, altos dirigentes do partido, todos armados e em trajes de campanha, começaram a distribuir simbolicamente 300 fusis e outras armas a outros tantos guerrilheiros, membros dos grupos dinamizadores e dos grupos de vigilância, assim como entre os membros das milícias populares.

"Muitos regimes populares — disse o líder moçambicano — caíram porque se recusaram a entregar armas ao povo", e assinalou que as armas servem para defender a tranquilidade do país.

Em discurso de quase duas horas de duração, Machel atacou duramente as "quadrilhas armadas" que operam em Moçambi-

que e, segundo denunciou, são financiadas e treinadas pelo regime de Pretória.

"Vamos acabar com as concessões que fizemos à burguesia e aos aspirantes a burgueses", disse Machel. Caracterizando a atuação das "quadrilhas armadas" afirmou que "não constituem exatamente uma oposição, carecem de direção política e ideológica. São só instrumentos do imperialismo e do regime racista da África do Sul".

Por outro lado, explicou que esses grupos, definidos como contra-revolucionários, atacam os centros vitais do desenvolvimento econômico nacional e visam à eterna dependência do país à África do Sul. Enumerou em seguida os numerosos ataques contra ferrovias, estradas e outras instalações, não só em Moçambique como no Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Botsuana e Zaire.

Referindo-se às atividades dos "inimigos internos" Machel assinalou que o governo de Maputo está em condições de investigar a origem dos telefonemas anônimos contendo ameaças (dirigidos especialmente aos moçambicanos de raça branca), que proliferaram durante os últimos meses e que só visam criar um clima de instabilidade e insegurança.

As armas foram distribuídas pelo ministro de Defesa, Joaquim Chipande, e pelo secretário de Política Econômica da Frelimo, Marcelino dos Santos. Machel anunciou, simultaneamente, que em breve seria estabelecido o toque de recolher à noite na capital.

VITÓRIA DA ESQUERDA NAS ILHAS MAURÍCIO

□ Observadores e analistas políticos de todo o mundo foram surpreendidos pela esmagadora vitória eleitoral da esquerda nas ilhas Maurício. O Partido Trabalhista do primeiro-ministro sir Seewoosagur Ramgoolam perdeu, nas eleições de 11 de junho passado, todas as 62 cadeiras no Parlamento e, pela primeira vez desde a independência das ilhas, em 1968, deverá deixar o governo.

Seu lugar será ocupado pelo Movimento Militante Mauriciano (MMM), organização política apoiada pelos sindicatos locais. A mudança de direção em Maurício afetará a correlação de forças no oceano Índico.

O programa do MMM reivindica a nacionalização da única indústria do país (a açucareira), a extensão dos benefícios sociais aos empregados e o imediato rompimento de relações com o regime racista sul-africano.

Tudo isso parece significar uma profunda revolução nessa pequena nação de quase um milhão de habitantes e de apenas dois mil quilômetros quadrados. Porém, o que mais preocupa Washington é a insistência do MMM em reivindicar soberania sobre a ilha Diego Garcia.

Diego Garcia fazia parte da colônia britânica de Maurício, mas foi administrativamente separada desta em 1965, com a cumplicidade da administração de Ramgoolam. Para que a gigantesca base norte-americana pudesse ser construída, toda a população de Diego Garcia foi trasladada à força para Maurício.

CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU REATAM RELAÇÕES

Os presidentes da Guiné-Bissau, Bernardo Vieira, e de Cabo Verde, Aristides Pereira, assinaram em 18 de junho passado o protocolo de reatamento de relações diplomáticas entre os dois Estados, pondo fim assim a dois anos de isolamento mútuo.

Depois do golpe de Estado na Guiné-Bissau, a 14 de novembro de 1980, que levou Vieira ao Poder, e a consequente divisão do Partido para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), agrupamento supranacional que governava ambas as ex-colônias portuguesas, os dois Estados congelaram suas relações diplomáticas, políticas e comerciais.

O presidente moçambicano, Samora Machel, gestor da reconciliação, qualificou a reunião, realizada em Maputo, capital de Moçambique, como uma "derrota do imperialismo". E acrescentou: "A unidade que hoje nos traz aqui foi lançada há cerca de 30 anos por três homens: Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral e Agostinho Neto. Eles plantaram a primeira semente de nossa unidade quando se encontraram em Lisboa".

Vieira disse que a reconciliação é uma demonstração de "nossa maturidade política", en-

quanto Pereira qualificou o encontro de "reunião familiar", erguendo em seguida um brinde pela "combativa solidariedade entre todas as ex-colônias portuguesas".

Segundo o comunicado conjunto, o restabelecimento de relações implica a abertura de embaixadas em Bissau e em Praia, capital da Guiné e de Cabo Verde, respectivamente.

Assim, o texto assinado pelos dois chefes de Estado destaca que se tentará "resolver as questões pendentes e relançar a cooperação entre os dois Estados, com base no respeito mútuo pela soberania de ambos os países e a não-interferência em assuntos internos, num clima de compreensão recíproca".

Pouco depois, o presidente da Guiné, Bernardo Vieira, anunciou que no decorrer de 1983 haverá eleições gerais em seu país. Essas eleições servirão para designar os membros da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado. Após o pronunciamento militar de 14 de novembro de 1980, o Conselho da Revolução — criado nessa mesma data — assumiu as tarefas do atual conselho de Estado, que recuperará assim suas atribuições legais.

● A retirada iraquiana

O presidente Saddam Hussein do Iraque anunciou a retirada unilateral das tropas iraquianas do território iraniano e afirmou ao mesmo tempo que "continuará colaborando com as missões mediadoras visando a uma solução justa e duradoura" para o conflito: "O Iraque vem lutando com essa finalidade desde os primeiros dias da guerra", assinalou.

Por outra parte, o presidente iraquiano explicou as

razões pelas quais seu governo fora levado a tomar essa decisão. afirmou que "as responsabilidades do Iraque em relação ao Movimento de Países Não-Alinhados" implicavam essa decisão, já que "em setembro seremos anfitriões da 7ª Conferência de cúpula". E acrescentou: "Isso exige de nós evitar, a qualquer preço, os pretextos para conspirar contra o movimento e para enfraquecer o papel que nele poderá representar o Iraque".

● Tratado latino-americano

O ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, propôs, em declaração à imprensa de seu país, a criação de um "Tratado latino-americano de segurança e defesa", para enfrentar situações como aquelas vividas pela Argentina no conflito das Malvinas.

O líder social-democrata afirmou que defende a continuidade da OEA, mantendo o que chamou de "a presença indispensável dos Estados Unidos". Porém, promoveu a criação do tratado porque cumpriria, no terreno da segurança, as funções exercidas pelo Sela.

● Reunião do MPLA

A décima reunião do Comitê Central do MPLA angolano, realizada entre os dias 16 e 22 de junho, constatou que as decisões adotadas em dezembro de 1981 — em especial a de enfrentar a grave situação econômica e social do país — não foram levadas à prática com a energia necessária. De acordo com um comunicado divulgado pela agência angolana de imprensa, Angop, os membros do Comitê Central analisaram especialmente o "aumento insignificante da produção durante os últimos anos, assim como a não-aplicação, por parte de alguns dirigentes e responsáveis pelo governo, de 'orientações claramente definidas'".

Ao mesmo tempo, o documento destaca que "a situação atual que o país está vivendo não é alheia aos problemas militares, pois os racistas sul-africanos além de ocupar uma parte da província de Cunene, hostilizam constantemente as populações civis e destroem centros econômicos de importância vital".

DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

Realizou-se em Luanda, Angola, nos dias 25 e 26 de junho, a reunião de 14 ministros dos oito países da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). O encontro foi considerado o mais importante desde a criação do organismo, em abril de 1980.

Estiveram presentes à reunião representantes das delegações de Botsuana, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Suazilândia, além do ministro de Energia e Petróleo de Angola, Pedro Van Dunen. O Lesoto esteve ausente.

A SADCC foi fundada durante uma reunião de nove chefes de Estado africanos em Lusaka, e compreende uma área de 4,9 milhões de quilômetros quadrados, com uma população total de 56 milhões de habitantes. Trata-se de uma faixa que abrange a totalidade do território do

cone sul da África, com exceção da República Sul-Africana. O objetivo principal do organismo é a redução da dependência econômica, principalmente em relação a Pretória "denominador comum dos nove Estados, que apesar de possuírem diversas definições ideológicas, dependem, contudo, em grande parte, da África do Sul", excluindo somente Angola e Tanzânia (ver cadernos nº 30).

A idéia de criar a SADCC surgiu pela primeira vez em 1979, em Arusha (Tanzânia), durante a conferência de ministros dos países da chamada "Linha da Frente" (Angola, Botsuana, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique).

Incluem-se, entre os objetivos básicos, a integração regional, a mobilização de recursos visando implementar políticas nacionais, bilaterais e regionais, uma ação conjunta para garantir a cooperação internacional de acordo com

a estratégia mais adequada visando à libertação econômica, consequência natural da libertação política.

Atualmente, os ministros da SADCC discutem os resultados obtidos, principalmente no que diz respeito ao "pacote" de 97 projetos analisados em comissões técnicas conjuntas, nos campos do transporte e das comunicações, áreas em que a dependência dos Estados membros em relação a África do Sul é mais forte.

As necessidades financeiras para a realização dos projetos citados são de aproximadamente 2 bilhões de dólares, mas só se conta atualmente com um orçamento global de 650 milhões de dólares.

Antes da abertura do encontro, os delegados visitaram as instalações petrolíferas angolanas no rio Zaire, tanto na terra como no mar. Angola é o único Estado membro da SADCC que produz petróleo. Fortaleceu-se nessa reunião, de maneira significativa, a unidade da SADCC e seu papel regional.

CLUBE DE AMIGOS

A idéia da criação de um Clube de Amigos do Terceiro Mundo, sugerida por muitos leitores através de cartas ou conversas pessoais, já está sendo posta em prática. Foi assim que, no dia 16 de junho passado, tivemos nossa primeira atividade no Rio, com a realização em nossa sede de um debate cujo tema foi *A questão das Malvinas*, com a participação dos nossos companheiros Neiva Moreira, Carlos Castilho, Roberto Remo, do jornalista e intelectual Moacyr Werneck de Castro e do escritor e também jornalista Antônio Callado. Em sequência a essa primeira atividade, também, foi realizado ainda no mês de junho, um

outro debate, desta vez tendo como tema o Oriente Médio, com enfoque principal na recente invasão do Líbano por tropas israelenses, presenciada e sentida em Beirute pelos companheiros Neiva Moreira e Beatriz Bissio, que lá se encontravam em missão jornalística.

A idéia vingou. Cumpre-nos agora impulsionar e agilizar o nosso Clube, dando-lhe a dimensão e operacionalidade necessárias.

Depois da idéia lançada, recebemos ainda cartas e sugestões de amigos como Atalito Batista, da Bahia e de Barto Fungeti, do Rio Grande do Sul, com preciosos subsídios. A eles agradecemos e concitamos os amigos leitores a compartilharem desse nosso projeto, con-

tribuindo com dados e outras sugestões que possam melhor complementar o estabelecimento de um estatuto que regerá futuramente nosso Clube.

Podemos adiantar que, entre atividades futuras, pensamos realizar, no mês de agosto próximo, uma semana ou quinzena de cinema do Terceiro Mundo. Essa experiência-piloto será posta em prática primeiramente no Rio de Janeiro e, posteriormente e com os ensinamentos dela tirados, em outras cidades do Brasil.

Clube de Amigos do Terceiro Mundo

Rua da Glória, 122
Gr. 105/106 - 20241
Rio de Janeiro - RJ

SOLIDARIEDADE COM A NICARÁGUA

A Comissão de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos — Cosplam — enviou documento informando aos brasileiros que a Nicarágua está atravessando uma situação de calamidade pública, em razão das chuvas torrenciais que assolam aquele país. As perdas são incalculáveis: humanas, econômicas, materiais etc.

O Consulado-Geral da Nicarágua no Rio de Janeiro pede ajuda econômica (não material) para minorar os sofrimentos desse povo irmão. As doações podem ser enviadas para o Consulado-Geral da Nicarágua — Praia de Botafogo, 28 sala 602 — CEP 22500 — Rio de Janeiro. Para maiores informações, põe à disposição o telefone (021)-551-1497. As contribuições também podem ser enviadas em nome da Embaixada da Nicarágua — Fundo Especial para o Desastre — Conta nº . . . 050.685 — Bank of London — Av. W-3-Sul, 506 — Brasília — DF.

● Novos assassinatos

Dois anos depois da ocupação da Universidade Nacional de El Salvador, 297 professores foram assassinados, 16 desapareceram e oito mil vivem no exílio, segundo denunciou o dirigente universitário Julio Portillo.

A universidade salvadorena, com 141 anos de existência, foi fechada em 1980 e as suas instalações e laboratórios virtualmente destruídas pelos militares. O então reitor, Felix Ulloa, foi assassinado por grupos militares no seu escritório e o atual, José Napoleón Rodríguez, vive na clandestinidade. Atualmente está em curso uma campanha mundial para a coleta de fundos e materiais destinados à universidade salvadorena.

1982 — junho — no. 46



BOLÍVIA: ANISTIA GERAL

O governo boliviano proclamou uma anistia geral, pôs fim ao recesso dos partidos políticos, organizações sindicais, profissionais e empresariais, e convidou as forças políticas a integrar uma comissão mista que elabore um grande acordo nacional.

O presidente da República, general Celso Torrelío, reuniu os jornalistas para informar que essas medidas tendem a consolidar a vida institucional e abrir o processo de redemocratização do país.

Torrelío fez um "ardente apelo" ao povo boliviano para que "com maturidade atuemos com responsabilidade, serenidade e patriotismo num esforço conjunto para obter uma democracia permanente e responsável".

Um dos decretos aprovados pelo Conselho de Ministros torna sem efeito o recesso dos partidos políticos e organizações sindicais, profissionais e empresariais.

A partir dessa data, também

perdem vigor as disposições jurídicas de exceção, ficando as relações entre patrões e empregados regidas pela Lei Geral do Trabalho.

Além disso, ficou sem efeito o congelamento dos recursos financeiros dos sindicatos, de maneira que essas organizações recuperem sua autonomia econômica.

Simultaneamente, o Ministério do Interior expediu um comunicado no qual anuncia que entra em vigência uma "anistia geral", pela qual "todos aqueles que tenham sido expulsos ou abandonado o país por motivos políticos" podem regressar.

Como consequência direta do fim do recesso político e da anistia, o Ministério do Interior, por meio de outro comunicado, convida todos os partidos políticos a credenciarem seus delegados para formar uma comissão mista com o governo.

Essa comissão deverá cumprir a tarefa de "viabilizar um grande acordo nacional", que assente as bases para uma democracia "permanente, duradoura e responsável (...) que consolide a nação boliviana".

terceiro mundo - 7

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 46
junho – 1982
Preço de capa: Cr\$ 200,00
Números atrasados: Cr\$ 200,00

● **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 – CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetto (editor)
Samara e Amaury dos Anjos

Revisão
Cláudia Guimarães
J. C. Gondim

Distribuição
e Assinaturas
Homero de Souza

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Ed. Ltda.
Rua do Senado, 349

Circulação em 70 países

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 – P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique) INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos das fotos desta edição:

Fotos da capa e matéria Lbano: Beatriz Bissio; La Democracia, p. 46; Opinar, p. 47; Pedro Américo, p. 51; Cristián Poveda, p. 55; Sygma, p. 65; Sven Simon, p. 66; Editorial Perfil, p. 66; Conn, p. 67; Osborne Hart, p. 68; Alan Oxley, p. 68; Al Campbell, p. 85; e fotos do nosso arquivo

ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Gombro, 10/19
telefone: 32 06 50 – Lisboa – 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui – Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 – Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito – João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 – Maputo

● **Edições em espanhol**

MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A – Coyoacán
México, 21 DF – telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA – CHILE – COLOMBIA
EQUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru – Telephone. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS – CANADA
EUROPA e PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 – México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livrelra UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADA: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306 Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 – Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center 8-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETAÑA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma – Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma – Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. – Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramena, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras – Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – DESVINE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

A ressurreição imperial e o despertar da América Latina

A guerra nas Malvinas abriu numerosas interrogações, pôs em ação mecanismos de projeções insuspeitadas e colocou em crise instituições que pareciam solidamente estabelecidas e donas de um longo futuro.

Mas, sobretudo, demoliu mitos e fez os latino-americanos — e com eles o Terceiro Mundo — encararem uma realidade que muitos acreditavam superada: o imperialismo ressuscitado que, para preservar suas possessões, recorre ao emprego da força militar.

A Grã-Bretanha travou essa batalha com apoio logístico militar dos Estados Unidos e respaldada pelas sanções econômicas e militares que oito países da Comunidade Econômica Européia (CEE) impuseram à Argentina.

E embora seja notório, ressaltamos este fato: os países da CEE — com exceção da Itália e Irlanda — ratificaram suas sanções por tempo indeterminado depois que Londres havia lançado sua ofensiva

bélica e tinha afundado um cruzador argentino — o *General Belgrano*, com mais de 300 mortos — fora da zona de exclusão que a própria Armada Real havia imposto.

Essas sanções foram mantidas sem hesitação depois que as tropas britânicas iniciaram a ocupação das ilhas em operações de alto custo humano e nas vésperas das batalhas finais em torno da capital das Malvinas que, era sabido, implicariam muito mais vidas perdidas.

Se lembramos esse dado, é porque foi nesses momentos que o exército israelense iniciava — a 4 de junho — a série de ataques mais violenta dos últimos anos contra o Líbano e as posições palestinas.

Os bombardeios provocaram elevadíssimos custos humanos e materiais — civis e militares — em Beirute e em numerosos centros libaneses, enquanto as forças israelenses penetravam em profundidade no sul do país.

E ao mesmo tempo que isso acontecia no Oriente Médio, em Versalhes os governos das sete maiores potências capitalistas celebravam com fausto sua reunião de cúpula. E a única coisa que declararam sobre essa brutal guerra de agressão contra uma nação soberana e contra um povo despojado de seus direitos nacionais pela violência, foi uma "enérgica reprovação".

Somente duas palavras e nenhuma medida. E é só com palavras que essas mesmas potências condenam a implantação de um regime racista de minoria branca na África do Sul e sua ocupação ilegítima da Namíbia, enquanto nada fazem para impedi-la.

Essa ausência de medidas em relação a causas justas de valor universal — tanto que invocam os mesmos princípios das potências do Ocidente — mostram como as normas formais da convivência internacional contrastam de modo revelador com a mobilização bélica, econômica e política em prol da guerra injusta declarada pela Grã-Bretanha. Esse trágico episódio veio esclarecer aqueles (não poucos de boa-fé) que subestimavam a natureza opressora da aliança forjada em torno da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), onde os Estados Unidos possuem uma liderança incontestável.

A Otan, como tal, não atuou nas Malvinas, mas essa foi a aliança decisiva que determinou a conduta dos governos que impuseram sanções à Argentina e a que prevaleceu — e prevalecerá enquanto subsistir — sobre as demais alianças, como ficou demonstrado nesse caso pela falência da Organização dos Estados Americanos (OEA). Se os Estados Unidos e seus aliados europeus se aliaram incondicionalmente à Grã-Bretanha não foi porque tivessem interesses no arquipélago (ainda que a superpotência pareça ter ambições estratégicas e econômicas). Pelo contrário, sabem que no plano econômico seriam afetados já que a aplicação das sanções lhes tiraria mercados e,

numa segunda etapa, poderia ocasionar-lhes sérias dificuldades na América Latina.

Mas predominou a lógica da aliança norte-atlântica, prescindindo de toda consideração jurídica ou ética e com uma unilateral e exclusiva valorização geopolítica. Segundo essa lógica, o eixo principal das contradições planetárias é o Leste-Oeste. Isto é, que o antagonismo Otan-Pacto de Varsóvia é a questão fundamental.

Tal concepção não é nova, mas foi levada ao máximo exagero pelo presidente norte-americano Ronald Reagan que, ao descartar a distensão, iniciou uma corrida armamentista acelerada e se prepara para a guerra com o bloco soviético, pois vê como provável uma nova conflagração mundial. Dentro dessa visão, a aliança do Atlântico Norte adquire um valor incomparável. Ela seria a plataforma com a qual o Ocidente travaria a próxima luta universal contra o comunismo. E todos os problemas e as contradições Norte-Sul são, por conseguinte, frente ao outro eixo, assuntos de menor importância. Nessa concepção, a ideologia, os interesses econômicos, a política e o poder militar se fundem no contexto da aliança norte-atlântica, que deve ser preservada custe o que custar.

É assim que o insensato episódio das Malvinas, despojado de seus aspectos secundários — como a nostalgia colonial e o orgulho imperial inglês —, adquire a dimensão de uma lição inequívoca, não somente para a América Latina como também para todas as nações não libertadas do Terceiro Mundo, pois todas estão ameaçadas, explícita ou implicitamente segundo as circunstâncias, pelo afã hegemônico da aliança do Norte.

O conflito, enfocado agora no âmbito do continente americano, naturalmente provocou a falência da OEA e de seu acordo militar, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). Se, no começo, os Estados Unidos procuraram mediar foi porque, enquanto superpotência com

interesses globais, era-lhe altamente inconveniente a evidência de que a OEA era uma aliança subordinada e que, no momento de escolher entre uma e outra, optariam pela Otan e contra a OEA. Subsistirão divergências parciais entre Londres e Washington, pois este último gostaria de, passado o conflito, restabelecer seus laços com a Argentina e a América Latina. Mas serão diferenças de menor importância.

Antes da crise, importantes forças políticas e econômicas latino-americanas sustentavam que os interesses da região eram compatíveis com os norte-americanos e que a OEA era o foro onde as controvérsias recíprocas poderiam ser expressas e conciliadas. Essas forças formavam um amplo segmento no qual se situavam os setores moderados e conservadores da região.

E, no entanto, no dia seguinte ao início do conflito, grande parte desses setores — como, para dar um exemplo destacado, o situacionista partido democrata-cristão da Venezuela — se colocaram abertamente ao lado da Argentina, denunciaram os Estados Unidos e os europeus e proclamaram a ata de desativação da OEA.

Outro exemplo importante — claro que explicável por ter partido do país agredido — foi oferecido pelo chanceler Costa Méndez, da Junta militar argentina que, em dezembro passado, havia anunciado a santa aliança de seu país com o Ocidente e repudiado o Movimento dos Países Não-Alinhados. Em princípio de junho, o mesmo chanceler participou de uma reunião do Movimento em Havana e fez um acalorado pronunciamento antiimperialista, em nome da Junta militar.

O que esses setores estão dizendo e denunciando hoje em dia é exatamente o que os movimentos progressistas e nacionalistas da região sempre afirmaram. E esse fato ilustra a amplitude da tomada de consciência antiimperialista que está se verificando. Esses latino-americanos moderados

e conservadores têm seu paralelo nos árabes moderados (que afirmam que poderão conciliar seus interesses com os Estados Unidos) e nos africanos, que continuam acreditando que algo parecido poderia ocorrer em relação ao regime da África do Sul.

É por isso que o conflito das Malvinas, paralelamente ao fato de deixar um penoso saldo de morte e destruição, foi também um poderoso fator de conscientização do Terceiro Mundo.

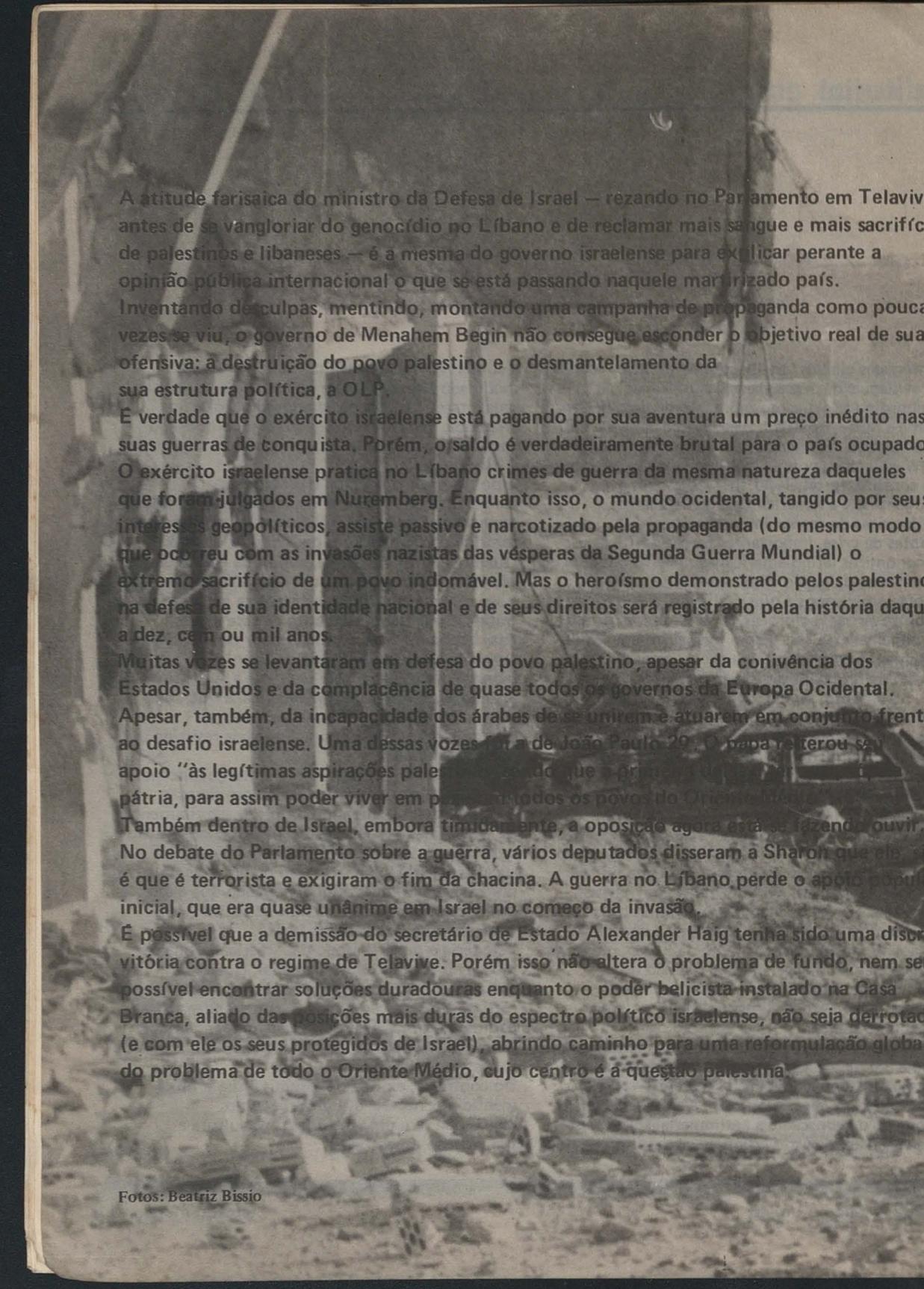
Quanto à América Latina, depois da guerra das Malvinas, é outra. A consciência nacional da região e seu reconhecimento da verdadeira natureza do imperialismo deram um salto de sete léguas.

Esse banho de sangue infligido por uma potência européia, por uma potência da Otan, é o doloroso e brutal ponto de partida para que a Argentina assumira a identidade latino-americana que, mais do que qualquer outro país da região, a europeizada nação do Cone Sul havia resistido até agora em adotar.

Isso inaugura um processo de caráter inédito no Sul do continente americano. A aproximação entre os países latino-americanos, o estreitamento de suas alianças e de suas fórmulas de cooperação é a primeira etapa. Mas ele deverá culminar, sucessivamente, na articulação de um sistema político-econômico latino-americano que expresse os interesses setoriais e globais da região, com exclusão dos Estados Unidos.

Este seria o melhor modo da América Latina se inserir no contexto internacional. Dotar a si mesma de um instrumento por meio do qual possa realizar a integração regional, empreender ações conjuntas com a Ásia e África e, unida, defender seus interesses frente aos Estados Unidos, a Europa e o resto do mundo.

Do contrário, em vez de assumir a sua própria identidade, negaria a si própria como região que tem uma história, uma cultura e um passado específicos.



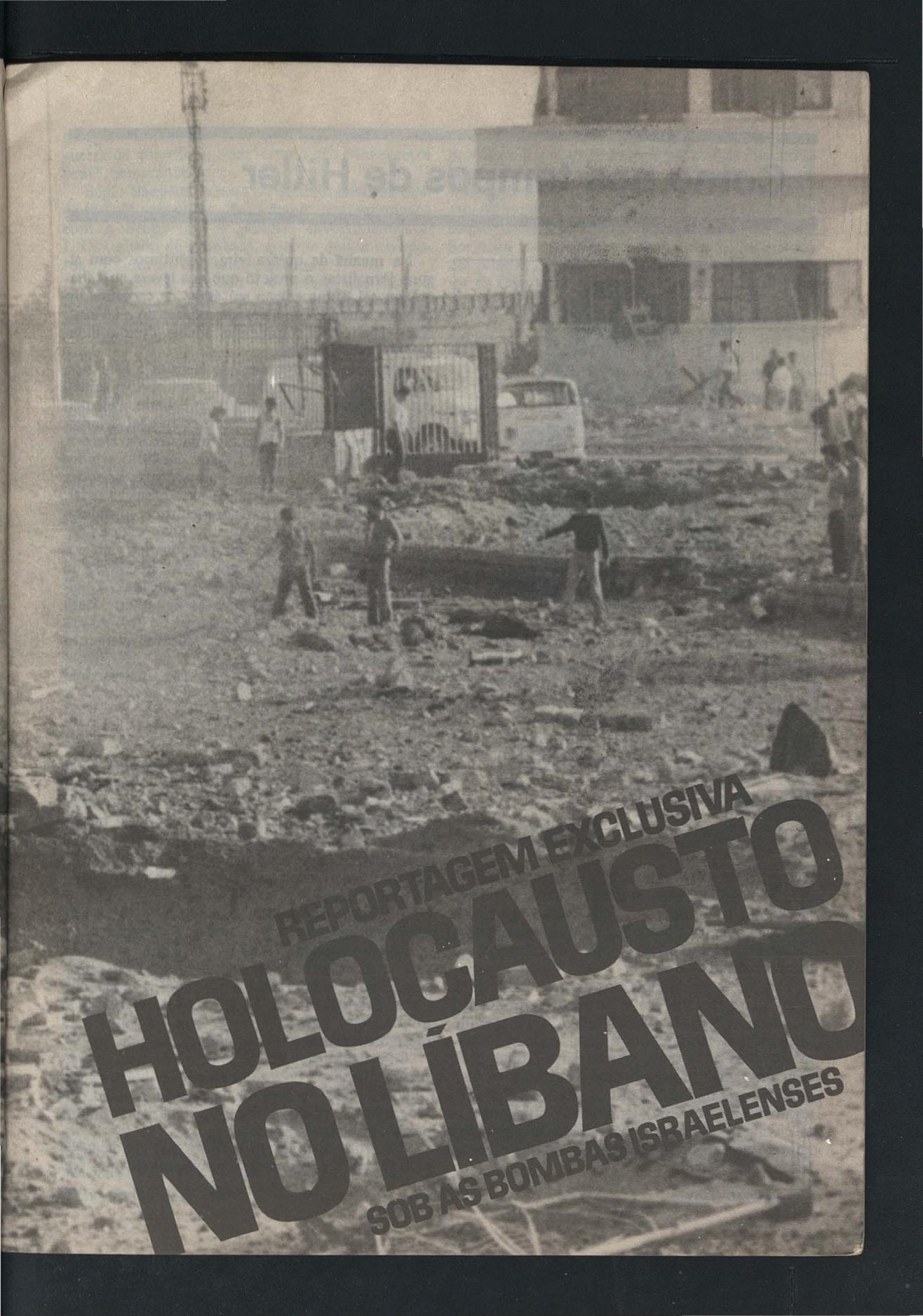
A atitude farisaica do ministro da Defesa de Israel — rezando no Parlamento em Telavive, antes de se vangloriar do genocídio no Líbano e de reclamar mais sangue e mais sacrifício de palestinos e libaneses — é a mesma do governo israelense para explicar perante a opinião pública internacional o que se está passando naquele martirizado país.

Inventando desculpas, mentindo, montando uma campanha de propaganda como poucas vezes se viu, o governo de Menahem Begin não consegue esconder o objetivo real de sua ofensiva: a destruição do povo palestino e o desmantelamento da sua estrutura política, a OLP.

É verdade que o exército israelense está pagando por sua aventura um preço inédito nas suas guerras de conquista. Porém, o saldo é verdadeiramente brutal para o país ocupado. O exército israelense pratica no Líbano crimes de guerra da mesma natureza daqueles que foram julgados em Nuremberg. Enquanto isso, o mundo ocidental, tangido por seus interesses geopolíticos, assiste passivo e narcotizado pela propaganda (do mesmo modo que ocorreu com as invasões nazistas das vésperas da Segunda Guerra Mundial) o extremo sacrifício de um povo indomável. Mas o heroísmo demonstrado pelos palestinos na defesa de sua identidade nacional e de seus direitos será registrado pela história daqui a dez, cem ou mil anos.

Muitas vezes se levantaram em defesa do povo palestino, apesar da conivência dos Estados Unidos e da complacência de quase todos os governos da Europa Ocidental. Apesar, também, da incapacidade dos árabes de se unirem e atuarem em conjunto frente ao desafio israelense. Uma dessas vezes foi a de João Paulo 2º. O papa reiterou seu apoio "às legítimas aspirações palestinas, desejando que a primeira etapa seja a libertação da pátria, para assim poder viver em paz com todos os povos do Oriente Médio". Também dentro de Israel, embora timidamente, a oposição agora está se fazendo ouvir. No debate do Parlamento sobre a guerra, vários deputados disseram a Sharon que ele não é que é terrorista e exigiram o fim da chacina. A guerra no Líbano perde o apoio popular inicial, que era quase unânime em Israel no começo da invasão.

É possível que a demissão do secretário de Estado Alexander Haig tenha sido uma discreta vitória contra o regime de Telavive. Porém isso não altera o problema de fundo, nem será possível encontrar soluções duradouras enquanto o poder belicista instalado na Casa Branca, aliado das posições mais duras do espectro político israelense, não seja derrotado (e com ele os seus protegidos de Israel), abrindo caminho para uma reformulação global do problema de todo o Oriente Médio, cujo centro é a questão palestina.



REPORTAGEM EXCLUSIVA

HOLOCAUSTO NO LÍBANO

SOB AS BOMBAS ISRAELENSES

Como nos tempos de Hitler



Todas as justificativas apresentadas por Begin e Sharon (como o atentado ao embaixador israelense em Londres) para explicar a invasão que arrasou o país e destruiu Beirute escondem um projeto maior: o do Grande Israel, desde o Eufrates até o Nilo

Neiva Moreira

Nos dois dias anteriores à invasão do Líbano, o ambiente era de relativa calma. Em Beirute, se considera um dia "calmo" quando se registram apenas "accrochages" (enfrentamentos) rotineiros, mesmo que o número de mortos e feridos seja elevado.

Um desses enfrentamentos ocorreu na noite de quinta-feira, dia 3 de junho, entre xiftas pró-Komeini, libaneses e curdos partidários do Iraque. Saldo: oito mortos e cinquenta e dois feridos. Como a minibatalha se desenvolveu durante muitas horas com metralhadoras e morteiros, exatamente na linha divisória das duas Beirute, não nos foi possível atravessar a "fronteira" para o lado impropriamente chamado de cristão, pois na área muçulmana o número de católicos é bem maior do que do outro lado.

14 - terceiro mundo

Na manhã de quinta-feira, discutimos com alguns jornalistas o projeto que nos levava ao Líbano, ou seja, uma edição em árabe de cadernos do terceiro mundo. Um deles era redator do *Al Nidaa*, Nabil Haul, que considerava aquela "tranquilidade" um mau presságio.

Nos meios de imprensa de Beirute e Damasco corria uma versão inquietante: em Telavive se discutia há vários dias a invasão do Líbano. Pela primeira vez, o gabinete de guerra de Israel divergia sobre o passo a ser dado. O ministro da Defesa, Ariel Sharon e o general Eytam, chefe do estado-maior do exército, conhecidos por suas posições agressivas, eram partidários de uma ofensiva total. Sharon, que foi ministro da Agricultura, considerava essencial controlar o sul do Líbano até Saida, não apenas por motivos estratégicos mas para poder dominar totalmente o rio Litani, que já era de fato a fronteira real israelense-palestina. Atualmente estão sendo desviadas as águas do Litani para Israel — calculando-se em mais de 20% do seu caudal — privando os libaneses de um elemento essencial à vida de sua região.

Agora, Sharon mudou de opinião: quer ocupar o Líbano até Beirute.

E depois da ocupação?

Begin considerava igualmente necessária a invasão do Líbano, mas receava por suas consequências. Não se preocupava, naturalmente, com as repercussões diplomáticas. Com o invariável respaldo dos Estados Unidos, Begin nunca deu maior importância à opinião internacional, sobretudo quando conhece bem a capacidade do *lobby* israelense de influenciar a opinião pública nos meios de comunicação do mundo ocidental. O que lhe afligia era o *après*, ou seja, o que fazer depois de ter o Líbano ocupado. "Daqui até a fronteira com Israel — dizia-nos um veterano combatente das milícias progressistas do Líbano — não há quase ninguém desarmado. De 12 a 14 anos até os 90, o mínimo que a gente possui é uma *kalachnikov*, a metralhadora soviética de pente curvo".

Convertido o exército invasor em força de ocupação, quando a fase de guerra ceder lugar à guerrilha na qual os palestinos e seus aliados libaneses são mestres, então a situação poderia ser muito desfavorável aos israelenses.

"É evidente que não estamos em condição de vencer Israel numa guerra convencional, mas tor-

no. 46 — junho — 1982

naremos impossível a vida dos invasores numa guerra de guerrilhas, num terreno que conhecemos bem”, acrescenta.

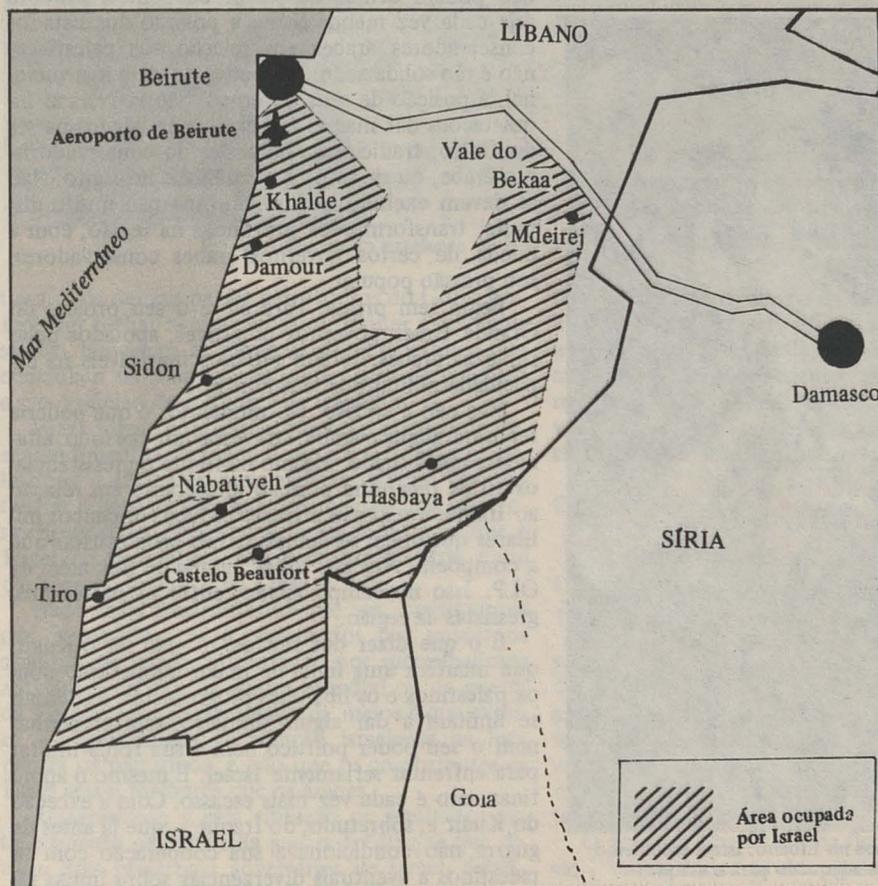
Begin também receava os desdobramentos imediatos da ocupação do Líbano: enfrentamento com a Síria, com o possível envolvimento da URSS, aliada de Damasco, e temia deixar em apuros o presidente do Egito, Mubarak.

A invasão se realizou e é possível que Begin e Sharon abandonassem suas divergências secundárias e se tenham posto de acordo num aspecto fundamental: antes que o exército sionista deixe o Líbano, os combatentes palestinos devem ser não apenas desbaratados militarmente, mas fisicamente liquidados. Como, a partir dos sete anos, cada palestino — imbuído até a medula do ideal da pátria e do retorno a uma Palestina libertada — é um combatente, então a estratégia foi a que se aplicou no Líbano: bombardeios maciços e indiscriminados e terra arrasada.

Mas por que Israel escolheu esse exato momento, quando tudo parecia encaminhar-se a uma negociação global sobre o problema do Oriente Médio?

A primeira constatação a fazer na análise do problema é que seria ilusório separar as iniciativas bélicas israelenses da política e dos interesses de Washington. Os Estados Unidos estão numa posição diplomática difícil. Estão indo para uma negociação sobre armamentos nucleares com a União Soviética enfraquecidos pelas contradições entre a sua posição, rígida e agressiva, e a dos seus parceiros da Otan, que temem uma guerra nuclear cujos alvos imediatos seriam os países da Europa Ocidental. Esse não é, no entanto, o único ponto de desentendimento com a Comunidade Européia, que protesta também contra os juros altos, o protecionismo econômico, os gastos insuportáveis para manter uma interminável “guerra fria”, as posições autoritárias e unilaterais da Casa Branca.

O governo Reagan considera tudo isso secundário, frente ao objetivo maior, que é preparar a guerra contra a União Soviética. Para isso, não seria recomendável desprezar um só dos fatores políticos e militares que melhorem a posição estratégica da chamada Aliança Atlântica. Ora, avançar a fronteira militar anti-soviética no Oriente Médio,



Israel chegou até Beirute, com o objetivo maior de dismantelar as bases da OLP. E nessa verdadeira devastação, até Tiro e Sidon, monumentos históricos fenícios, foram destruídas

ao mesmo tempo que se debilitasse o poder armado de aliados da URSS como a Síria ou de amigos como as forças conjuntas libanesas-palestinas não seria um ganho desprezível.

Em todo esse dramático episódio da invasão do Líbano, Reagan manteve uma atitude de indistigável compreensão e apoio mais ou menos aberto a Israel. O ex-secretário de Estado chegou ao ponto de anunciar os resultados das batalhas aéreas no Líbano dizendo que "perdemos tantos aviões" (os aviões israelenses abatidos), como se fosse Sharon e não Haig que falasse.

Reagan tem muitos motivos para apoiar a invasão. Os avanços israelenses poderão ser contabilizados eleitoralmente entre a comunidade judaica, quando sua popularidade desce a níveis drásticos nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, se criaria um novo foco de tensões internacionais capaz de desviar a atenção do mundo da guerra colonialista das Malvinas, na qual, com a crescente condenação da América Latina e do Caribe, o governo Reagan meteu-se abertamente, sustentando a Inglaterra.

É possível que haja divergências táticas entre as

diretrizes dos dois governos, o de Washington e o de Telavive. Pode ser que, estimulado pelo cheiro da pólvora que o alimenta e estimula (como antes já aconteceu com Hitler), o sr. Begin tenha ido longe demais e isso não estivesse totalmente dentro das previsões de Washington. Mas serão desentendimentos internos entre parceiros, que logo se solucionarão.

Os interesses israelenses

Da parte de Israel, não havia um momento mais adequado para o seu ataque ao Líbano que o atual. Em todo o Oriente Médio, mesmo entre a opinião pública não fanática de Israel e entre os povos árabes, há um cansaço de guerra e um desejo de uma solução justa para os problemas da região. Os acordos de Campo David estão sepultados e fica cada vez mais patente que será inviável, condenada ao fracasso, qualquer fórmula de paz no Oriente Médio que não parta do atendimento à exigência palestina de um Estado Nacional independente.

Há no campo dos adversários de Israel fatos que não podem deixar de ser preocupantes. Embora seja cada vez menos firme a posição dos Estados conservadores árabes em relação aos palestinos, não é tão sólida assim, do ponto de vista institucional, a posição de seus governos. São visíveis as inquietações das massas árabes, seja em alguns países do Golfo, tradicionais baluartes do conservadorismo árabe, ou mesmo na Jordânia e no Egito. Não se devem excluir, para um futuro não muito distante, transformações profundas na região, com a queda de certos governos árabes conservadores, sob pressão popular.

Begin tem pressa. Para ele e o seu projeto do Grande Israel, governos populares, apoiados pelas riquezas árabes, teriam reflexos inevitáveis na capacidade militar dos seus inimigos.

Mas não é só isso. No momento, o que poderia ser uma aliança árabe atravessa um período altamente conflituado. Mesmo na frente de resistência, os sírios têm uma posição intolerante em relação ao Iraque e não são eficazes os laços orgânicos militares que unem os demais países progressistas que a compõem: Argélia, Líbia, Iêmen do Sul, além da OLP. Isso no campo aliado, entre os países progressistas da região.

E o que dizer dos outros? A não ser o Kuwait, que mantém uma linha de maior cooperação com os palestinos e os libaneses progressistas, os demais se limitam a dar algum dinheiro, sem empenhar nem o seu poder político nem a sua força militar para enfrentar seriamente Israel. E mesmo o apoio financeiro é cada vez mais escasso. Com a exceção do Kuwait e, sobretudo, do Iraque — que já antes da guerra não condicionava sua cooperação com os palestinos a eventuais divergências sobre linhas tá-



Prisioneiros palestinos no Líbano: Israel escolheu o momento mais adequado para o ataque



Estragos da aviação israelense em Beirute: ruínas do Estádio Camile Chamoun

ticas — os demais países petrolíferos do Golfo prefeririam fechar as suas arcas ou limitar a sua ajuda se não temessem as represálias dos palestinos que controlam os seus bancos, seus poços de petróleo e são o núcleo de sua força de trabalho.

Israel jogou com esse complexo quadro de desentendimentos. E jogou com eficácia, pois os palestinos e libaneses progressistas tiveram que enfrentar o peso da ofensiva de uma das mais poderosas potências militaristas do mundo de hoje que é Israel, só com a limitada participação síria e um certo apoio logístico da Líbia.

Nada mais frustrante do que ver, como vimos nós, superaviões *F-16*, orientados por modernos sistemas de radar, enfrentados por metralhadoras antiaéreas do fim da guerra mundial ou da guerra da Coreia. Essa desigualdade de meios é que explica a superioridade da aviação israelense na luta contra os palestinos, e não que os combatentes de Israel sejam melhores que os árabes.

Acrescente-se a essa situação os resultados extremamente negativos da guerra Irã-Iraque que dividiu dois poderosos adversários de Israel, debili-

tando por muito tempo as possibilidades de ambos de cooperar na frente militar anti-sionista. Se esses dois governos pudessem enviar as suas forças armadas — que estão entre as mais poderosas da região — e não apenas pequenos contingentes de voluntários para fortalecer a luta dos palestinos, a situação seria outra hoje na região.

E os mísseis?

“Por que vocês não têm mísseis?” perguntamos a Abu Issa, um jovem quadro da OLP. “Pergunte a eles”, nos respondeu.

O problema é um pouco mais complexo do que parece, embora não se excluam as responsabilidades de certos países árabes que desejam os palestinos fortes... mas não tanto. Uma rampa de foguetes dificilmente escapa aos satélites espíões, ou, mais diretamente, aos agentes do Mossad (serviço secreto israelense) e dos serviços secretos ocidentais, que pululam no Líbano.

O governo libanês é uma ficção para muitas coisas (“temos todos os encargos do Poder mas não o



Yasser Arafat na área da Universidade Árabe de Beirute, em plena invasão: para a OLP era difícil melhorar seu armamento

Poder", se queixava o presidente Elias Sarkis), mas não para vigiar os palestinos e os libaneses progressistas. Qualquer iniciativa da OLP para melhorar a qualidade e o poder do seu armamento era dificultada ou mesmo impedida pelo exército libanês, sob ordens do governo.

E o que representa hoje o exército libanês? Com cerca de 20 mil homens, responde nominalmente ao presidente, mas na realidade, está muito ligado às Falanges Libanesas (*Kataeb*), uma organização de direita dirigida pela família Gemayel. Em muitas oportunidades, as *Kataeb* receberam ostensivamente apoio e armamento de Israel e, agora mesmo, foi gente de suas fileiras — algumas jovens da *high society* de Beirute-leste — as libanesas que receberam com flores os invasores de sua pátria. Não se poderia esperar que Pierre, Béchir ou Amin Gemayel estimulassem, no exército, uma atitude de resistência a Israel, com cujas forças está cooperando na ofensiva contra os libaneses progressistas e palestinos.

O que se viu foi muito claro. Tanques israelenses ocupando o aeroporto de Beirute e o palácio

presidencial de Baabda, sem que o exército libanês, guardião legal da soberania do país, disparasse um só tiro.

Naturalmente que seria possível aos palestinos, com imaginação e audácia, levar mísseis para defender suas posições. Mas, os riscos políticos possivelmente não compensassem as vantagens militares.

E agora?

O fato concreto é que Israel realizou o que vinha sonhando fazer: ocupar a maior parte do Líbano. O que acontecerá agora?

Numa situação tão movediça como a do Oriente Médio não é fácil avaliar o que ocorrerá amanhã, quanto mais daqui a uma semana ou um mês. Há, no entanto, elementos e fatores que devem ser considerados em qualquer evolução dos acontecimentos. O primeiro é o próprio Mundo Árabe.

O governo de Begin tem desafiado com extrema arrogância e uma alta dose de irresponsabilidade as nações e os governos árabes. Mais do que isso: os tem humilhado numa escala que só se pode comparar às posições do hitlerismo quando a Alemanha da década de 30 preparava e executava a sua ofensiva sobre o leste e o sul da Europa.

Os árabes são, hoje, mais de 100 milhões de seres humanos, servidos por uma rica tradição de cultura e de civilização milenárias. Possuem, com a descoberta do seu petróleo, recursos ilimitados e têm revelado, em momentos cruciais da sua história, como na batalha de Suez em 1973, talento militar e capacidade de união e de luta. Ampliaram, também, consideravelmente, suas alianças internacionais e passaram a ser, nos últimos anos, a ponta de lança de um universo de 700 milhões de muçulmanos.

Herdeiros de conflitos tradicionais, que as atuais gerações árabes receberam do colonialismo, e em grande parte envolvidos na teia da penetração e do domínio das grandes potências capitalistas, ainda não conseguiram somar os seus esforços e canalizar seu poderio para a tarefa comum daquilo que eles próprios (por vezes mais retóricos do que práticos) consideram o desafio histórico de defender a Nação Árabe.

Mas se comparamos a situação atual com a de 20 anos atrás ou um pouco mais, com os tempos de Lawrence da Arábia e dos ingleses no Cairo, em Bagdá e Amã, é possível constatar que eles avançaram muito na escala de desenvolvimento político, científico e tecnológico. Hoje ou amanhã, um Israel cujos cimentos da unidade nacional são cada vez mais débeis e contraditórios e que encontram crescentes resistências internacionais à sua política expansionista, terá de enfrentar um poder árabe diferente do atual.

A essa força em desenvolvimento se acrescenta o imenso arsenal político e militar do Mundo Islâmico. Este é um fenômeno novo, que merece referência à parte.

Os problemas entre as nações islâmicas não são menores do que entre os árabes. Paquistão e Afeganistão têm estado à beira da guerra e o Irã, sob a liderança do aiatolá Komeini, ressuscita os velhos estímulos imperiais da dinastia Reza Pahlevi prolongando uma guerra já sem finalidades contra o Iraque, que é um país de vanguarda na luta contra Israel.

Se analisarmos os problemas com uma visão de curto alcance, então o vaticínio de Begin e Sharon de que dominarão o Oriente Médio por mil anos mais, estaria correto. Mas a história é dinâmica e são evidentes os sinais de avanço de uma consciência antiimperialista senão na maioria dos governos, pelo menos nas massas populares islâmicas.

O caso do Irã é típico. Não há no momento uma linha política mais contraditória do que a do regime iraniano. Declara-se instrumento de uma revolução, mas continua matando, deportando, prendendo os revolucionários. Combate Israel e manda

guardas islâmicos ajudar os palestinos em Beirute mas compra armas de Israel para atacar o Iraque.

Essa realidade provocou confusão e desânimo em muitos setores progressistas, mesmo entre os que reconhecem o potencial revolucionário da nova situação instaurada no Irã.

Entre os setores progressistas árabes encontrei agora uma grave preocupação: por trás de uma terminologia radical, há, na revolução iraniana, um surto de fanatismo religioso que se projeta sobre o Oriente Médio como nunca se vira desde as Cruzadas cristãs do começo do segundo milênio. E o mais sério é que a matéria-prima desse movimento são os xiítas, grande parte dos quais e em muitos países — o Líbano, por exemplo — pela sua própria condição de marginalizados e discriminados, são forças de vanguarda nas lutas sociais.

Mas, seja como for, o Mundo Islâmico é uma presença nova e influente nesse complexo e difícil contexto do Oriente Médio. E se as guerras têm sido, ao longo da história, a parteira das revoluções, o Oriente Médio não seria, em verdade, a exceção.



Todas as gerações atendem ao chamado: é hora de resistir.

Talvez que por sorte para o processo da revolução árabe, Israel não tem sido administrado por homens sensatos e respeitosos dos direitos dos seus vizinhos, mas por governantes imbuídos de uma obsessão fanática, apaixonada e irresponsável de criar um Israel cujas fronteiras devem ir do Eufrates ao Nilo. Dos fatores que ajudam a unidade dos árabes — unidade extremamente necessária nesse período de transição histórica que estão vivendo — nenhum é mais eficaz do que o próprio Israel e, mais precisamente, os políticos do calibre de Menahem Begin e Ariel Sharon. E se isso é verdadeiro em relação aos árabes o é também no que diz respeito ao Mundo Islâmico. Muitas das querelas que separam os seus governos estão sendo ou serão inevitavelmente deixadas de lado, frente ao desafio maior de enfrentar Israel. A invasão do Líbano poderá ter, assim, um resultado totalmente diferente do que esperam Reagan e Begin e funcionar como uma emulsão capaz de acelerar um difícil, lento e turbulento processo de unidade do qual participam não apenas os países da linha de frente mas o Mundo Árabe e o Mundo Islâmico.

Terá também outro resultado previsível: o avanço da revolução árabe. A atitude dúbia, vacilante, senão complacente de muitos governos árabes, vai provocar reações inevitáveis dos seus povos.

Walid Jumblat, o grande líder druso, aliado dos palestinos, disse o seguinte, ao renunciar ao seu posto no governo libanês:

“O Conselho de Salvação Nacional do Líbano não é mais do que um grupo de coveiros, que está levando o Líbano ao seu túmulo. Eu realizei todos os esforços possíveis ante os norte-americanos, mas da mesma forma que os israelenses, estes têm como único objetivo a destruição da OLP. Eu revelarei tudo que sei sobre este esquema norte-americano e permanecerei em Beirute, fiel aos princípios de nossa aliança com os palestinos. Mais de uma coroa e uma presidência árabe cairão. Julgar os regimes árabes é uma tarefa de hoje.

A posição soviética

Há, no entanto, nesse grave problema do Oriente Médio um fator a considerar que é a União So-



A invasão israelense ao Líbano e o seu elevado custo material e humano fará com que a atitude complacente de muitos governos árabes produza reações inevitáveis dos seus povos

viética. O governo de Israel tem agido como se a URSS não existisse com fronteiras próximas aos poços de petróleo que alimentam a máquina industrial do Ocidente e do Japão. A nota do sr. Brejnev alertou Begin e os seus aliados de Washington para uma realidade que deve ser levada em conta: a URSS, aliada dos sírios e amiga dos palestinos, não poderia permitir o massacre dos últimos e a derrota dos primeiros, cruzando os braços em face de uma operação militar que mal esconde por trás o apoio do Pentágono.

Uma observação importante que ressalta das notas emitidas em Moscou sobre a agressão ao Líbano é a advertência dos soviéticos a Israel de que o seu governo — o seu desvairado governo — pode estar cavando hoje a ruína futura do seu país.

É possível que muitas pessoas, deslumbradas com a máquina militar israelense, considerem essa advertência fora de tempo e até mesmo inócua. Quem sabe se os soviéticos não estão pensando como Churchill ao visitar o que restou de Coventry depois do bombardeio alemão que destruiu aquela cidade inglesa? Caminhando entre as ruínas e os clamores dos sobreviventes do bombardeio, Winston Churchill repetia sem cessar: “Coitados dos alemães!”. Como alguém lhe advertisse que eram os ingleses e não os alemães que estavam sendo vítimas daquele terror e por isso não entendia suas exclamações, Churchill respondeu profeticamente: “Estou pensando o que vai acontecer depois com os alemães”.

O que se passou todos sabemos. Seguramente, Begin e Sharon não se lembrarão. Mas seria construtivo que alguém tão profético como Churchill recordasse a esses fanáticos da guerra a frase de Coventry, mas com uma variante contemporânea: “Coitados dos israelenses”.

Não há dúvida que a OLP e os libaneses progressistas sairão militarmente enfraquecidos desta batalha. Washington e Telavive poderão impor, pelas armas, um governo títere no Líbano e muitos palestinos serão sacrificados. Mas eles contam com milhares de jovens combatentes que sobreviverão a este massacre e estarão prontos a empunhar novas armas e retomar a luta. Politicamente, no entanto, os palestinos e seus aliados libaneses e aqueles governos e povos árabes que apóiam verdadeiramente essa luta poderão se ver fortalecidos.

É tão brutal o que se passa no Líbano (o Papa João Paulo 2º considerou “aterrorizantes as notícias e imagens que chegam da cidade mártir de Beirute”), e tão descarado o objetivo expansionista de Israel e evidente a cumplicidade da maior parte das potências capitalistas neste genocídio, que a causa palestina se torna cada vez mais nítida, muito mais justificada, convertendo-se num futuro próximo na bandeira de luta de milhões e milhões de homens e mulheres em todo o mundo. ●



“Coitados dos israelenses” poderá pensar quem caminhar pelas destruídas ruas de Beirute e tiver visão histórica, como Winston Churchill teve após a sua visita ao que restou de Coventry



O CASTELO BEAUFORT

Os israelenses haviam invadido o sul do Líbano em 1978, quando expulsaram as forças libanesas progressistas e as palestinas do sul do rio Litani e instalaram uma zona-tampão sob o comando militar do major Haddad, oficial do exército libanês totalmente integrado à estratégia e aos objetivos de Telavive.

Desde aquele momento, as forças de paz da ONU ocuparam uma estreita faixa em torno do rio Litani, separando formalmente o território controlado por Israel (e mascarado pelo major Haddad com uma proclamação teatral de um estado libanês "independente") da parte sul do Líbano controlada pelo Movimento Progressista Libanês e pelas forças palestinas, cuja praça forte mais avançada em direção a Israel era o estratégico Castelo Beaufort.

Essa invasão, que começou em várias frentes diferentes, da zona da costa às colinas do Golã, teve como um de seus primeiros objetivos a tomada do Castelo Beaufort, por causa de sua importância militar intrínseca e porque já se havia transformado num símbolo da própria resistência dos palestinos e libaneses progressistas.

Construída há mais de mil anos por cruzados franceses, essa fortaleza de pedra ocupa um promontório de mais de 700 metros de altura, localizado na margem norte do rio Litani, que domina todo o sul do Líbano e o norte da Palestina. Suas muralhas, de mais de três metros de espessura,

são verdadeiras fortificações antiaéreas, cavadas na pedra. Está protegido, além disso, por um precipício de 350 metros, em cuja garganta corre o leito do Litani. Naquele castelo, os franceses resistiram durante anos ao cerco de Saladino, o sultão egípcio, capitulando finalmente por causa da fome. Os palestinos também resistiram lá durante muitos anos.

Durante a invasão de 1978 o castelo rechaçou todas as investidas israelenses. Também em 1982, a batalha foi encarniçada mas, dessa vez, Israel estava decidido a não sofrer uma nova derrota e mobilizou um imenso poderio militar.

Quando o primeiro-ministro Menahem Begin, ao visitar o Castelo Beaufort, interessou-se pelo destino dos 40 combatentes palestinos que defendiam o forte, recebeu uma resposta lacônica: "Parece que não houve prisioneiros". Depois de uma breve inspeção, Begin voltou em seu helicóptero às bases militares em Israel e simbolicamente disse ao major Haddad: "Tome, o castelo é seu".

Estivemos no Castelo Beaufort no início de 1980, e nessa oportunidade escrevemos uma longa reportagem sobre a situação no sul do Líbano e sobre a resistência dos palestinos (ver cadernos do terceiro mundo, nº 22).

Compartilhamos com os combatentes no castelo da sua incerteza em relação ao futuro imediato, nessa linha de frente, e também de sua confiança na vitória final da causa palestina, que algum dia os levaria de volta à sua pátria. Havia jovens, mas a maioria dos combatentes tinha cerca de 40 anos, e estavam temperados no fogo da guerra e na vida isolada e dura num posto avança-

AJUDA INTERNACIONAL

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) fez um apelo à comunidade internacional visando ajudar "rápida e generosamente" as vítimas da guerra no Líbano, calculadas em um milhão de pessoas. Em mensagem dirigida aos principais países doadores, o diretor-geral da FAO, Edouard Saouma, assinala que "a dura luta e os bombardeios de vastas zonas no sul do Líbano — incluindo Beirute — perturbaram consideravelmente o país, provocando grandes sofrimentos humanos e destruindo os depósitos de alimentos". E acrescentou: "Grande parte da população foi privada de tudo".

Antes do fim de junho, a FAO já tinha enviado 11,4 milhões de dólares a título de ajuda alimentar urgente à população atingida pela guerra,

incluindo 27.700 toneladas de farinha de trigo, 1.600 toneladas de leite em pó, mais de mil toneladas de açúcar e outras tantas de alimentos desidratados e arroz.

Por sua vez, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), através de seu secretário-geral, Phillip Potter, fez um apelo à retirada imediata e incondicional das forças israelenses e afirmou ter sido solicitado a "todas as igrejas que integram a organização, o envio de donativos urgentes seja em dinheiro ou ajuda material". De acordo com portavozes diplomáticos, foram destruídos no Líbano 14 campos de refugiados e três cidades (Sidon, Tiro e Nabatieh). O saldo — até agora — é de 30 mil mortos e feridos e mais de 800 mil desabrigados. Yasser Arafat, presidente do Comitê Executivo da OLP, pediu ao secretário-geral das Nações Unidas que enviasse com urgência uma missão ao Líbano para comprovar as destruições e os crimes praticados por Israel.

do como aquele que visitamos. Eles sabiam que num caso de invasão de Israel — a espada de Dâ-mocles que sempre pairou sobre o Líbano — eles seriam os primeiros sacrificados. E assim aconteceu.

Destruir a infra-estrutura da OLP

Se num primeiro momento, a operação "Paz para a Galiléia" teve por objetivo "limpar uma faixa de 40 quilômetros" da presença militar palestina e libanesa progressista (o que deixava supor que Israel procurava expandir o território controlado pelo major Haddad), à medida que as tropas avançavam em direção ao norte foi ficando claro que as metas eram muito mais ambiciosas.

Uma mudança de objetivos durante a invasão ou guerra psicológica para confundir a opinião pública mundial? Quem sabe? Mas, poucos dias depois do início da invasão, os altos oficiais israelenses já afirmavam que entre os seus objetivos estava a destruição da infra-estrutura militar da OLP e a eliminação de quadros políticos e militares da organização. Rádios libanesas divulgavam uma semana depois de iniciada a invasão, que tanques israelenses estavam dispersos numa área de uns 25 mil quilômetros quadrados, ou seja, as três quartas partes do país.

Nas várias capitais árabes, inclusive Beirute, especulava-se que a retirada israelense do Sinai em abril passado teria alguma ação compensatória, entre as quais não se descartava uma incursão ao norte do rio Litani. E foi isso exatamente o que aconteceu, menos de dois meses depois. (B. B.)



O Castelo Beaufort (ao lado) tem grande valor militar, encontrando-se num promontório em cujo sopé corre o rio Litani. O comandante palestino (foto acima) das forças que guardavam o Castelo comentou: "estamos cientes de que, caso se concretize uma invasão israelense, o Castelo será um de seus principais alvos"

O texto abaixo foi escrito por Bertrand Russel após a guerra árabe-israelense de 1967, mas 15 anos depois, a semelhança das circunstâncias torna atual o seu apelo em favor de uma solução justa para o Oriente Médio

JUSTIÇA PARA O ORIENTE MÉDIO

A última fase da guerra não declarada no Oriente Médio está baseada num profundo erro de cálculo. Os raids aéreos no interior do território egípcio não persuadirão a população civil a render-se, mas enrijecerão sua resolução de resistir. Esta é uma lição de todos os bombardeios aéreos. Os vietnamitas, que suportaram anos de pesado bombardeio norte-americano, responderam não com a capitulação, mas derrubando mais aviões inimigos. Em 1949, meus próprios compatriotas resistiram aos raids aéreos de Hitler com unidade e determinação sem precedentes. Por esta razão, os presentes ataques israelenses fracassarão em seu propósito essencial, mas ao mesmo tempo precisam ser vigorosamente condenados pelo mundo.

O desenvolvimento da crise no Oriente Médio é, ao mesmo tempo, perigoso e instrutivo. Por

mais de vinte anos, Israel tem crescido, pela força das armas. Depois de cada fase dessa expansão, Israel tem apelado para "a razão" e tem sugerido "negociações". Esse é o procedimento tradicional da potência imperialista, porque ela deseja consolidar com a menor dificuldade aquilo que já tomou pela violência. Cada nova conquista se torna a nova base para negociações propostas pela força, ignorando a injustiça da agressão anterior. A agressão cometida por Israel precisa ser condenada, não só porque nenhum Estado tem o direito de anexar território estrangeiro, como porque cada expansão é uma experiência para descobrir quanto mais agressão o mundo tolerará.

Os refugiados que cercam a Palestina, em suas centenas de milhares, foram recentemente descritos pelo jornalista I. F. Stone, de Washington, como "a pedra-de-moinho moral à volta do pescoço da Judiaria mundial". Muitos dos refugiados estão agora entrando na terceira década de sua precária existência em acomodações temporárias. A tragédia do povo da Palestina é de que seu país foi "dado" por uma potência estrangeira a outro povo, para a criação de um novo Estado. O resultado é que muitas centenas de milhares de pessoas inocentes foram tornadas permanentemente sem lar. A cada novo conflito, seu número aumenta. Por quanto tempo mais o mundo está querendo suportar este espetáculo de desenfreada crueldade? Está abundantemente claro que os refugiados têm todo direito à sua terra natal, da qual foram expulsos, e a negação desse direito

A MORTE DO GENERAL DO MOSSAD



Yekutiel Adam

Os israelenses ainda não anunciaram o número de baixas na sua invasão do Líbano, porém não puderam esconder a morte, nas proximidades de Tiro, de um de seus oficiais mais brilhantes, o general de divisão Yakutiel Adam, ex-subcomandante do Estado-Maior, recentemente designado chefe do serviço secreto de Israel (Mossad). Antes de assumir esse cargo, o general Adam — que estava realizando cursos de especialização nos Estados Unidos — fora chamado a participar da operação "Paz para a Galiléia", nome dado à invasão do Líbano, de cujo planejamento foi um dos responsáveis.

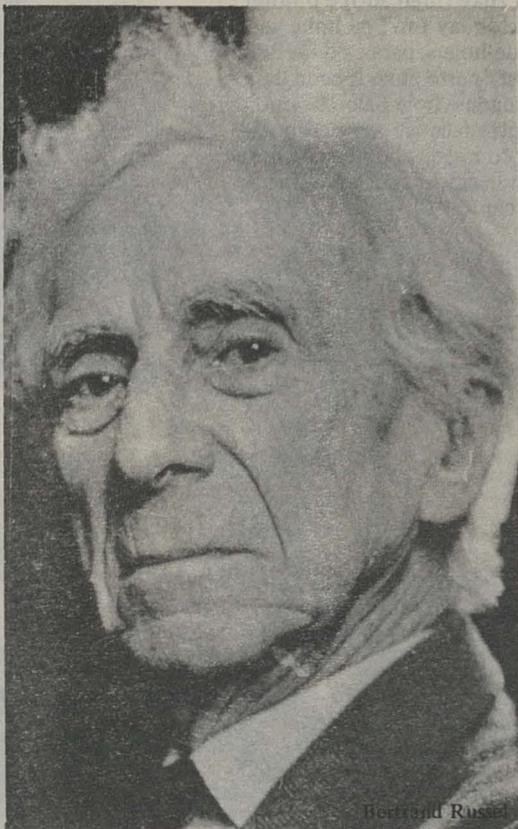
Juntamente com ele morreu o coronel Hayim Selah, considerado um dos oficiais mais destacados do exército israelense. Não foram dados detalhes da circunstância em que ocorreu a morte de ambos.

Dias depois, foi ferido seriamente o general do exército israelense Aharon Tsadok, comandante da brigada "Golani". Aparentemente, Tsadok

está no âmago do conflito permanente. Nenhum povo, em parte alguma do mundo, aceitaria ser expulso em massa de seu próprio país; como se poderia exigir que o povo da Palestina aceitasse uma punição que ninguém mais toleraria? Uma fixação justa e permanente dos refugiados em sua terra é um ingrediente essencial de qualquer verdadeira solução no Oriente Médio.

Dizem-nos frequentemente que devemos simpatizar com Israel por causa do sofrimento dos judeus nas mãos dos nazistas. Não vejo nessa sugestão razão alguma para perpetuar qualquer sofrimento. O que Israel está fazendo hoje não pode ser desculpado, e invocar os horrores do passado para justificar os do presente é grossa hipocrisia. Não só Israel condena à miséria um vasto número de refugiados; não só estão muitos árabes sob a ocupação condenados à administração militar; mas também Israel condena as nações árabes, só há pouco saídas do estado colonial, a um contínuo empobrecimento, desde que as necessidades militares têm precedência sobre o desenvolvimento nacional.

Todos os que desejam ver o fim do derramamento de sangue no Oriente Médio precisam assegurar que qualquer solução não contenha as sementes de futuro conflito. A justiça requer que o primeiro passo para uma solução seja uma retirada israelense de todos os territórios ocupados em junho de 1967. Faz-se necessária uma nova campanha mundial para ajudar a levar justiça ao povo há tanto tempo sofredor do Oriente Médio.



morreu num incidente ocorrido durante o quinto dia consecutivo em que o exército israelense tentava invadir um campo de refugiados palestinos nas proximidades de Beirute. Tsadok foi transferido para o hospital militar de Ashoumar, perto de Telavive.

Apesar de suas baixas terem sido muito menores que as sofridas pelos palestinos e libaneses, os israelenses se declararam surpreendidos pelo alto preço material e humano de sua incursão no Líbano. Surgiram diversas críticas a esse respeito em Telavive e Jerusalém.

Não obstante a disparidade de meios militares, observadores independentes — diplomatas, militares e jornalistas — reconheceram a firmeza da resistência dos libaneses progressistas, palestinos e inclusive dos sírios, ao avanço israelense.

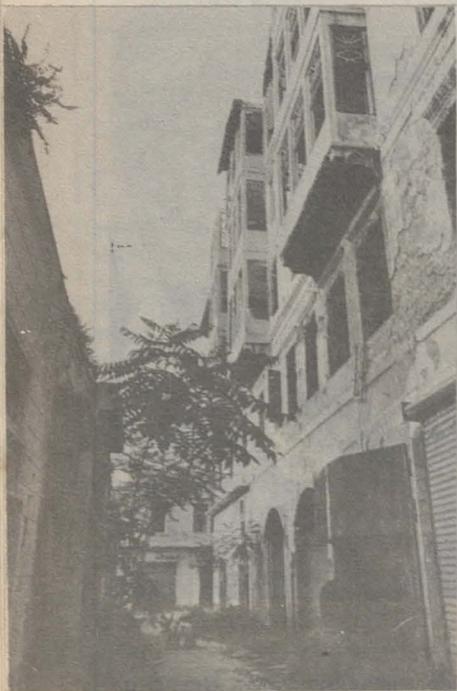
Para conquistar Tiro e Sidon — hoje em ruínas — os israelenses levaram mais de uma semana e, segundo observadores da Unifil (as forças de Paz das Nações Unidas), perderam mais de 800 ho-

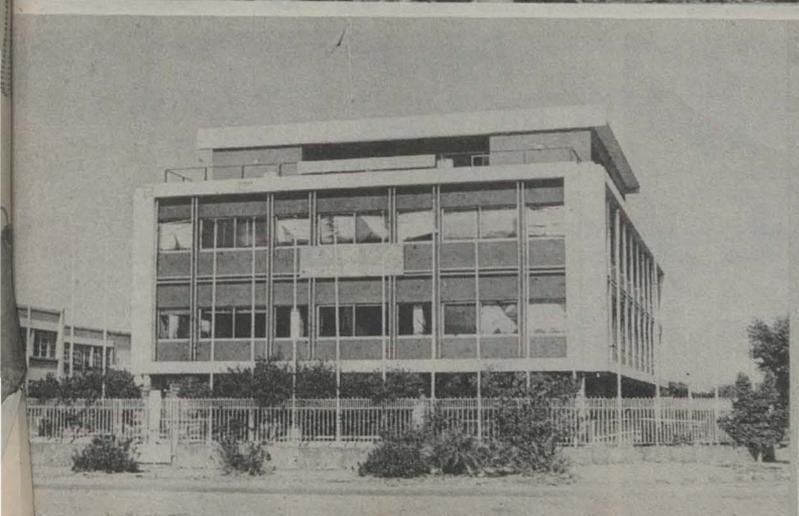
mens e dezenas de carros blindados. Depois de consumada a ocupação do sul, com Beirute cercada, pequenas unidades guerrilheiras palestinas prosseguiram com as operações de resistência e sabotagem. Diz-se que o general Adam morreu numa emboscada desses grupos.

O correspondente da IPS, Claudio Nino, informa que nas tentativas de desembarque no sul de Beirute e na zona do aeroporto, “comandos israelenses, apoiados pelo fogo de artilharia de mais de cem peças de 105 e 155mm não atingiram seus objetivos e foram repelidos”. Em Beirute, afirma Nino, “as unidades palestinas organizam os primeiros socorros e preparam as fortificações e, sobretudo, não mostram a imagem dos exércitos ‘derrotados’, dos quais Napoleão nos fala em suas memórias”.

“Os israelenses se depararam pela primeira vez com um inimigo digno desse nome no plano militar”, escreveu um conhecido correspondente de guerra francês.

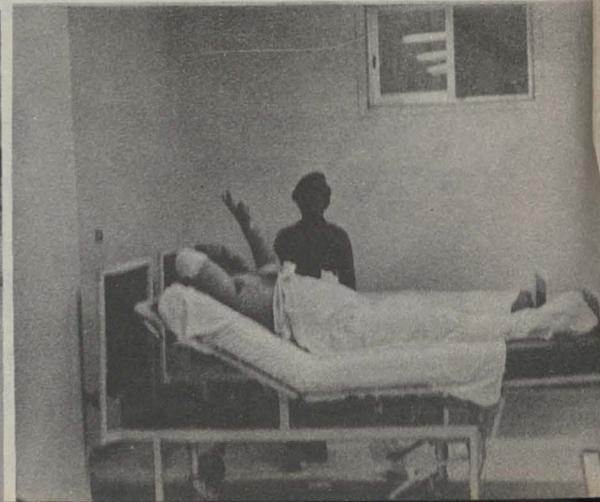
O zuke (mercado) e o hotel "Holiday Inn", na linha verde que hoje separa as duas Beirute. Esta parte abandonada da cidade é hoje palco de choques entre facções rivais. A outra foto mostra bombas e obuses israelenses lançados sobre a capital





O Estádio Municipal, totalmente destruído pelo bombardeio israelense. Numa das fotos vê-se uma imensa cratera à beira da pista no caminho do aeroporto. O prédio da Unesco, defronte ao estádio, ficou sem vidros.

Os enviados de cadernos do terceiro mundo assistem ao ataque israelense. Depois, as consequências: corpos, inclusive de crianças e adolescentes, são retirados dos escombros. As vítimas socorridas nos hospitais, alguns dos quais, posteriormente, também foram destruídos. Entre a vida e a morte, um ferido palestino ainda tem ânimo para fazer o "V" da vitória





Visitamos esta cooperativa minutos antes de ela ser atacada pelos aviões israelenses. Era uma das maiores realizações da Federação de Sindicatos Palestinos. Nas outras fotos, em um dos campos bombardeados, no oeste de Beirute, refugiados palestinos se defrontam com a tragédia de ter que enfrentar um novo exílio

Beirute sob as bombas



Um testemunho do bombardeio do dia 4 de junho passado, início da invasão em grande escala que levou os tanques israelenses ao Palácio de Governo da capital libanesa e vitimou mais de quinze mil pessoas, deixando um milhão de refugiados sem lar

Beatriz Bissio

Um barulho ensurdecedor encheu o ambiente e não eram aviões comerciais como os que normalmente atravessam aquela parte de Beirute em direção ao aeroporto internacional. O som era de um supersônico, cuja versão comercial, o Concorde, nunca chegou até a capital libanesa.

— Têm que ser aviões israelenses. Devem estar em vôo de reconhecimento, exclamamos. Nos dirigimos rapidamente com Neiva Moreira para a varanda, onde comprovamos que aquele ato instintivo — sair para ver o que está acontecendo — também tinha levado para as janelas dos edifícios do bairro a maioria da vizinhança. Com uma diferença: enquanto que para nós tudo era surpresa e novidade, para aquela população sofrida estava claro que se aproximavam momentos de terror e destruição. A expressão de seus rostos dizia tudo...

Em poucos segundos outro ruído, igualmente perturbador e penetrante, respondia vindo de baixo. Era o matraquear, tão familiar nas noites de Beirute, da artilharia antiaérea e das metralhadoras. Sem muita noção do perigo nem da situação criada, corremos à procura das câmaras, da teleobjetiva, do gravador.

Quando focalizamos a objetiva em direção ao céu procurando os aviões, não os vimos, mas em compensação apareceu no círculo do visor da câmara uma figura perfeita, que só tínhamos visto em fotografias: “É uma bomba — gritamos — estão bombardeando”.

As cortinas de fumaça já começavam a subir naquele céu azul-celeste do verão libanês. E vinham de um lugar inconfundível, o bairro Fahkani e toda a área de grande concentração palestina, nos arredores da Universidade Árabe de Beirute, batizada por alguns jornalistas de “Fatahlândia”, porque ali se encontram a maior parte dos escritórios da *Al Fatah* e da OLP, inclusive um dos locais habituais de trabalho de Yasser Arafat.

Na véspera, um amigo libanês se queixava de que aquela “calma” dos últimos dias lhe trazia maus presságios. E aquele dia tinha amanhecido cheio de sol e sem vento. Os libaneses e palestinos sabem muito bem que é o clima ideal para um bombardeio.

Nesse instante, uma chamada telefônica nos tirou de nossas especulações: “Desçam agora”, nos ordenavam. No *hall* do hotel Wiener Haus tinha se juntado muita gente e um dos companheiros que durante aqueles dias nos havia acompanhado, confirmou a notícia do bombardeio. Adiantou que as baixas eram consideráveis e que havia um grande movimento de ambulâncias em direção às áreas atingidas.

“Devem ser mais de 20 aviões”, nos disse. “E temos informações de que também há movimentação militar israelense na fronteira sul do país. Podemos estar diante de uma agressão em grande escala, como boas-vindas a Philip Habib.”

Ele se referia à anunciada chegada a Beirute, na segunda-feira seguinte, do enviado especial do presidente norte-americano, que estava sendo esperado para retomar a discussão sobre “um plano de paz” para a região.

No terraço do hotel, para onde alguns quadros palestinos e libaneses tinham subido a fim de fazer um reconhecimento das áreas bombardeadas, tinham caído fragmentos de bombas. Mais tarde

soubemos que num edifício perto uma pessoa morreu alcançada por um desses pedaços incandescentes de metal, verdadeiras balas de alto poder mortífero. Isto porque as bombas lançadas sobre Beirute são de fragmentação, com enorme raio de ação.

Quase todos os terraços dos edifícios próximos estavam cheios de gente — inclusive crianças — que assistia com uma mistura de impotência, medo e ódio ao dantesco espetáculo do bombardeio. “Armadado” com um cabo de vassoura, um menino de uns seis anos andava de um lado para o outro, na varanda de sua casa, com passo militar e fazia continência, como que querendo imitar a coragem e determinação dos soldados, uma figura com a qual, desde pequenos, libaneses e palestinos aprendem a conviver.

Um dos edifícios junto ao hotel abriga atualmente numerosas famílias de refugiados libaneses do sul, vivendo 15 ou mais em cada quarto, que constituem uma pesada carga para as estruturas políticas e assistenciais do Movimento Nacionalista Libanês e da OLP, encarregadas de seu sustento. As roupas estendidas nas varandas e a precariedade das instalações que se divisam do nosso hotel contrastam com a suntuosidade dos ambientes do edifício ao lado que, segundo nos disseram, é habitado majoritariamente por diplomatas.

Do prédio dos refugiados nos gritam algo em árabe. Acostumados como já estávamos com os cuidados que os militantes tomam com quem anda com uma máquina fotográfica, logo deduzimos que é uma advertência para não tirar nenhuma foto. Mas o nosso anfitrião palestino, com o qual tínhamos ido até aquele lugar, responde: “*Sarrafiye. Fatej (Al Fatah)*”. Isto é, *jornalistas*, e em seguida sua identificação como quadro palestino da OLP. Com um gesto de aprovação, permitem que continuemos visando o céu com a câmara.

Tentamos imaginar a distância que nos separa do massacre: não deve ser mais de 20 quadras. E se depois os bombardeios se estendem em outras direções? Cada vez que os aviões desaparecem, volta a angústia: onde aparecerão da próxima vez? Cinco a sete minutos separam uma incursão da outra. Explicam-nos que essa tática permite fazer um maior número de vítimas. Quando os aviões “vão embora”, a população corre para socorrer os feridos, tentando tirar gente com vida de sob os escombros. Então os *F-16* retornam e voltam a bombardear. Foi assim que uma ambulância da Meia Lua Vermelha Palestina (o equivalente muçulmano da Cruz Vermelha) foi atingida em cheio, quando se dirigia para o hospital do campo de refugiados de Sabra com vários feridos. Todos morreram na hora.



Cada vez que os aviões desaparecem volta a angústia: onde atacarão da próxima vez?

Também foi assim que morreu Jean Lugo, *cameraman* da televisão francesa, de 50 anos, que cobria a situação no Líbano desde o último bombardeio israelense de julho de 1981, quando houve sérias perdas humanas e materiais (mais de 300 mortos e vários edifícios totalmente destruídos) no bairro Fahkani. Lugo se dirigia para a área do bombardeio pensando que já tivesse acabado e procurando filmar as imagens dos resgates, quando foi atingido em cheio por uma das bombas que também feriu vários colegas. É o terceiro jornalista francês que morre no Líbano desde 1975.

"Nesses lugares de onde está saindo fumaça vivem mais de 300 mil pessoas", explicam os companheiros que estão conosco no terraço do hotel. Enquanto cresciam no céu as colunas de fumaça, a rádio da Resistência Palestina irradiava canções revolucionárias. "Estão dizendo que os aviões não nos deterão, que as bombas não vão nos fazer parar, que seguiremos lutando até a vitória". Aquelas canções, cuja força superava a barreira do idioma e nos contaminavam com a mística revolucionária que transmitiam, e as informações divulgadas de que já eram numerosos os mortos e feridos, mais aquele barulho dos aviões, zumbindo nos ouvidos, e a artilharia — precária artilharia montada em caminhões que apenas cumpre o papel moral de dizer "resistimos" mas não tem maior eficácia do ponto de vista militar —, tudo era para nós uma experiên-



Os refugiados também saíram para ver o que estava acontecendo (a fotografia foi tomada do Hotel Wiener Haus, durante o bombardeio)

cia transcendental que nos superava. Algo assim como ser espectador de um episódio onde as qualidades humanas mais extremas se entrelaçam e aflorem com toda a força: de um lado, aquelas sofisticadíssimas máquinas supersônicas portadoras de morte e destruição, que nem sequer permitem ao assassino ter uma noção da devastação que deixou atrás: a inteligência e os conhecimentos da Humanidade acumulados em milênios a serviço das piores causas. Do outro lado, aqueles hinos revolucionários que exortavam o ser humano a se sobrepor a tudo, para resistir. Um grito de libertação para levar o homem à sua própria superação.

Olhamos o relógio e eram cinco da tarde. Estávamos pelo menos há duas horas sob bombardeio. Tentamos imaginar se, do outro lado do mundo, onde ainda era meio-dia, alguns de nossos familiares ou amigos mais próximos podiam supor que estávamos submersos naquele inferno na Terra. "Já se passaram duas horas e ainda continuam", comentamos.

Neiva Moreira e os palestinos estavam tentando contar os aviões, que para se protegerem empregavam balões incandescentes, de forma a desviarem a artilharia antiaérea e não serem atingidos.

— Isso é uma ratoeira. Como pode Beirute ficar exposta desse jeito, sem nenhuma proteção? Vocês que vivem aqui e sabem que Israel se preparou durante tanto tempo para um ataque em grande escala, nos expliquem! Como é possível que não tenham sido instaladas aqui mais rampas de mísseis *Sam-6*, radares e outros tipos de proteção antiaérea? Se eles quiserem acabar com a cidade, com o país todo, poderiam fazê-lo, sem encontrar uma resposta militar adequada. Vocês estão travando uma guerra como a de Davi contra Golias. Metralhadoras e artilharia montadas em caminhões, contra bombas de fragmentação e aviões *F-16*?

Só uma hora antes

A rádio palestina e a rádio Monte Carlo começam a dar informações concretas sobre os bombardeios. Eles atingem principalmente a área dos campos de refugiados de Sabra e de Shatila, a cidade esportiva, o bairro Fahkani e o campo de Burj el Barajneh. Uma estranha sensação nos percorre ao comprovarmos que a apenas uma hora antes do início do bombardeio tínhamos estado naqueles mesmos lugares.

No campo de Burj el Barajneh, tínhamos acabado de visitar o Haifa Social-Medical Center, para reabilitação de paraplégicos, mutilados de guerra e crianças deficientes. Tínhamos estado conversando com o diretor do centro, dr. Mustafá Kadoura, do qual recebemos a informação que havia custado muito construir aquele hospital, com tão modernas infra-estruturas e pessoal especializado. Mas nem



Jovens mutilados e um ancião paralítico do hospital de Haifa, uma hora antes do bombardeio: toda a área foi severamente atingida

sempre o problema mais difícil era conseguir dinheiro. Mais árduo ainda era encontrar quadros médicos e enfermeiras — com especialização em fisioterapia e nos tipos de tratamento que ali se faziam. Mas o dr. Kadoura estava otimista. O hospital tinha começado a funcionar e os primeiros pacientes já estavam sendo atendidos.

Entre os doentes havia um jovem mutilado que falava algumas palavras de espanhol e com ele tínhamos conversado demoradamente — metade em espanhol, metade em francês — sobre as lutas comuns da América Latina e do Mundo Árabe. Eu tinha ficado particularmente impressionada com o seu nível de informação sobre o nosso continente. Tanto assim que me havia pedido algumas opiniões sobre o provável desenlace da guerra nas Malvinas, que ele via com pessimismo, dada a superioridade militar britânica.

Vinha-nos à memória, também, aquele velhinho paralítico que pintava sua cerâmica com carinho e dedicação. Tão bonitas eram as peças produzidas pelos pacientes, que a direção do hospital tinha selecionado algumas delas para enviar ao exterior, a uma exposição de artesanato e produção artística palestina; e aqueles jovens — inclusive um grupo de cegos — que trabalham com madeira, com vime, construindo móveis e brinquedos. Também tínhamos conversado com uma enfermeira voluntária da Noruega, que trabalha há um mês no hospital.

Antes de servir no Líbano, ela tinha trabalhado com os refugiados latino-americanos que chegavam à Noruega e tinha conhecido e feito amizade com vários uruguaios. Inclusive, brincamos com a idéia de que, se o tempo permitisse, poderíamos nos sentar e conversar e, sem dúvida, encontraríamos amigos comuns. “O Uruguai é tão pequeno, nos dissera. Todos se conhecem”.

Lamia, que trabalha no Departamento de Relações Públicas da Meia Lua Vermelha Palestina (porque fala muito bem vários idiomas), também nos tinha acompanhado na visita ao hospital Gaza, de cirurgia geral, do campo de Sabra. Conversando com ela, soube que a Meia Lua Vermelha Palestina tinha sido fundada na Jordânia em 1968, para oferecer serviços médicos e sociais à população de refugiados palestinos e à população jordaniana em geral. “Somos uma associação humanitária e oferecemos nossos serviços a quem nos solicitar, sem perguntar sua nacionalidade, nem sua religião”, tinha-nos explicado. E mais, atualmente, nos dez hospitais que tem no Líbano, mais de 40% dos pacientes atendidos pela Meia Lua Vermelha Palestina são libaneses das classes mais necessitadas.

Lamia, apesar de ser tão jovem, talvez 19 anos de idade, era amadurecida e muito consciente de seu papel dentro da Meia Lua Vermelha Palestina e, em geral, da OLP. Tinha me confessado que sua grande ambição era estudar jornalismo, mas seus



Esta fábrica da Samed (instituição dedicada à produção para cobrir as necessidades básicas dos refugiados palestinos) foi severamente atingida pelo bombardeio. Esta é sua última fotografia

pais não permitiam. Achavam que era uma profissão pouco adequada para uma mulher. Ela então tinha aperfeiçoado seu conhecimento de idiomas para a função de relações públicas e tinha entrado na Meia Lua Vermelha há um ano. No entanto, esperava chegar a ser independente economicamente para iniciar seus estudos de jornalismo.

Com serenidade, Lamia me explicou que, na Jordânia, a Meia Lua Vermelha Palestina chegou a ter 33 centros médicos e hospitais. Mas depois daquele nefasto 1968 — quando o rei Hussein expulsou a OLP da Jordânia pela força das armas — tudo foi perdido. Tinham recomeçado no Líbano. Pouco a pouco, voltaram a estruturar seus quadros médicos. Atualmente a Meia Lua Vermelha tem 12 hospitais, dos quais um na Síria, um no Egito e o resto no Líbano. Além disso, existem clínicas no Sudão, Qatar e Kuwait. Há seções da organização em todo o Mundo Árabe e grupos solidários em diferentes países, particularmente na Europa, que enviam ajuda financeira e de pessoal. Os membros da Meia Lua Vermelha em todo o mundo elegem o Conselho Administrativo, que se reúne duas vezes por ano, e que, por sua vez, é quem nomeia o presidente da instituição. O atual presidente é o dr. Fathi Arafat, irmão de Yasser Arafat, que ajudou a fundar a Meia Lua Vermelha Palestina. Desde então, faz parte da sua equipe médica.

“Também temos centros de medicina preventiva nos campos. Tentamos melhorar as condições

de saúde da população e oferecemos assistência às mães e recém-nascidos.”

Outra das atividades da Meia Lua Vermelha, através de seu departamento social, é ajudar as famílias dos territórios ocupados. De lá são trazidos para Beirute trabalhos de artesanato a fim de serem vendidos em *stands* da instituição — um dos quais também tínhamos visitado naquela manhã de 4 de junho — e o dinheiro arrecadado é enviado de volta às famílias. Também se ajuda as famílias dos detidos, e os próprios presos políticos que se encontram em cárceres israelenses nos territórios ocupados, através da Cruz Vermelha Internacional. Por último, Lamia nos comentava que se organizou um departamento de orientação vocacional. Ali, as jovens recebem lições de bordado, idiomas e secretariado e já têm emprego assegurado quando terminam os cursos. A maioria das alunas é de meninas dos campos de refugiados.

E agora? Aquelas colunas de fumaça bem poderiam ser dos hospitais visitados. Quais daquelas crianças e jovens com os quais estivemos há pouco mais de três horas estarão entre as vítimas? Mais tarde soubemos que, efetivamente, o hospital e as fábricas da Samed de Burj el Barajneh foram muito atingidos. E que aquela ambulância bombardeada era do hospital do campo de Sabra...

Depois da visita aos hospitais, tínhamos ido à escola Somoun, onde vivem os filhos dos mártires do bairro Tal al Zaatar, cujos moradores foram massacrados pelas falanges direitistas cristãs duran-



O departamento de orientação vocacional da Meia-Lua Vermelha assegura um futuro melhor para os jovens dos campos de refugiados



te a guerra civil libanesa, em 1976. E também, lamentavelmente, pelas tropas sírias, que naquela época se apresentavam no Líbano ao lado das falanges e contra os libaneses progressistas e os palestinos.

Kassen, o diretor da casa-escola e um dos sobreviventes de Tal al Zaatar, conhecia muitos dos pais dos órfãos que hoje estão a seu cargo. "Temos aqui 200 crianças, de um ano e meio a 18 anos", tinha-nos explicado. Um grupo do Comitê Norueguês de Solidariedade com a Palestina, que visitava Beirute naqueles dias, também estava na escola.

— Criamos aqui um sistema familiar: 75% das crianças que cuidamos perderam pai e mãe; 25% perderam o pai ou a mãe e o que sobreviveu não está em condições — materiais ou psicológicas — de encarregar-se de seu filho. Os que têm menos de três anos são de Rashidieh; em geral, do sul do país.

Todos palestinos? Tínhamos perguntado.

— Não, de diferentes nacionalidades e religiões. Há libaneses, sírios, palestinos e uma família turca, que morava numa localidade perto de Tal al Zaatar, também arrasada pela falange. Há cristãos e muçulmanos.

É naquele belo casarão, próximo do campo de Burj el Barajneh, que as crianças de um ano e meio a três anos passam o dia todo. Foi organizada uma creche. Para os de três a seis anos de idade, também há atividades pela manhã, organizadas com o esquema de funcionamento de um jardim de infância. Os maiores de seis anos moram ali, mas fre-

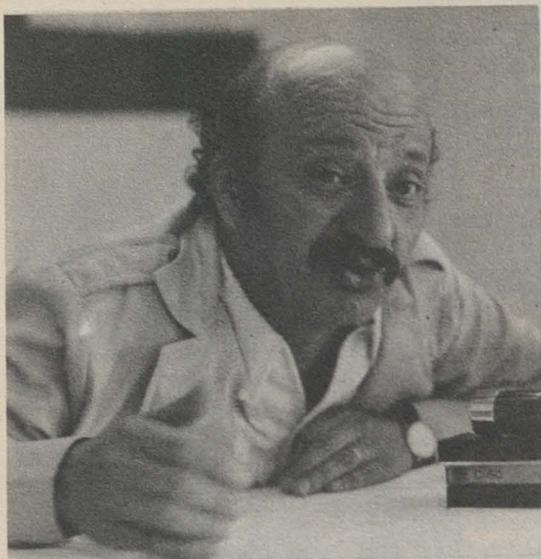
quentam escolas diferentes. "Vão a escolas normais porque somos contra o isolamento. Eles terão que se adaptar à sociedade a que pertencem e não devem viver em um gueto."

Os parentes — avós, tios ou primos — podem visitá-los todas as sextas-feiras, das 8 às 12 horas. Inclusive almoçam com eles, já que na maior parte das vezes são pessoas em situação econômica muito precária, que não podem custear um almoço fora de casa.

Kassen, um homem de uns 40 anos, palestino, endurecido por aquela e outras traumáticas experiências de guerra, tem nessas 200 crianças seus verdadeiros filhos. "Nesta casa — explicava — temos oportunidade de educar as crianças segundo os critérios da OLP, de acordo com a forma como entendemos que a educação deve ser transmitida, com um novo conteúdo. Nossas crianças palestinas não têm livros próprios, são educadas em escolas libanesas. Então, na parte da tarde, elas têm matérias específicas aqui, em nossa casa: história, geografia, folclore e cultura palestina. As crianças têm que conhecer sua pátria, cantar suas canções nacionais."

E a educação das meninas?, ficamos interessados em saber.

— Nós a enfocamos de uma maneira diferente da tradicional. A mulher é preparada para seus papéis específicos, mas também para saber assumir outras responsabilidades. Além disso, pelos nossos estatutos, as meninas não podem se casar antes dos



Dr. Fahti Arafat, presidente da Meia Lua Vermelha Palestina

18 anos. De acordo com suas habilidades, nós decidimos que jovens podem ser encaminhados à universidade. Yasser Arafat determinou que os adolescentes desta casa têm prioridade para todas as bolsas de estudo universitárias.

As mães são de várias nacionalidades?

— Sim, palestinas e libanesas. Muitas delas são viúvas de mártires e às vezes os seus próprios filhos estão aqui. Cada uma está encarregada de dez crianças. Elas ajudam as crianças e a elas próprias a superar sua situação.

Consultamos Kassen sobre o apoio financeiro à escola.

— Há tunisianos, belgas, franceses que nos ajudam financeiramente. Alguns quiseram adotar as crianças, mas nós não as autorizamos a abandonar o país. Contudo, a maior responsabilidade econômica é da OLP.

Qual é o rendimento das crianças?

— Existem problemas emocionais. No início foi pior, mas no momento foram superados, em parte.

“Foram superados, em parte”. Aquela frase me ficara gravada, porque depois da explicação de Kassen, durante o percurso que fizemos pela casa, tínhamos sentido o olhar triste e às vezes distante, de grande número de crianças. Outras, mais alegres, como todas as crianças do mundo, posaram para a câmara “agitando” o ambiente. Mas algumas nem sequer levantaram a cabeça para olhar para nós. Quando estávamos no terraço do hotel durante o bombardeio, nos lembramos da escola. Como superar as sequelas da guerra, se a guerra é uma presença cotidiana?

Um espaço para a cultura

Na viagem de Paris a Beirute, tínhamos nos encontrado com o poeta Mahmud Darwish a quem entrevistamos no México há alguns anos e tornamos a ver recentemente no Rio de Janeiro. Como era lógico, perguntamos-lhe pela situação no Líbano, país onde reside.

“Em Beirute a gente não morre por acidente. vive-se por acidente”, nos respondera.

Entre escaramuças militares, bombas e atentados, contudo, a cultura conquistara um espaço. Não somente Mahmud estava editando, com sucesso, sua revista literária *Al Karmal*, um orgulho da OLP em todo o mundo árabe, como havia sido fundada uma editora palestina.

Uma longa conversa com o diretor da editora, Houssine Halak — um sírio que fora levado por espírito de militância a juntar-se à luta da Frente Nacional de Libertação de Argélia e ao próprio Nasser, no Egito, e a integrar-se posteriormente na luta pela causa palestina — nos revelou um panorama animador naquele importante campo da criação literária.

A editora chama-se *Dar Al Kalima*, isto é, “A palavra”.

— É independente, mas tem vínculos estreitos com a OLP e particularmente com a Al Fatah, informa Halak.

Para se chegar à editora houve todo um processo de amadurecimento dentro da estrutura da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a respeito do significado da cultura na luta pela autodeterminação de um povo. “Compreendemos que a cultura estava sendo deixada de lado, que nós mesmos a ignorávamos, e que um povo que desconhece sua cultura vai perdendo a própria identidade.

“Compreendemos também que não poderíamos ter êxito na construção de um movimento democrático e revolucionário sem dar importância a outras questões, fora daquelas que eram estritamente políticas ou mesmo militares. Fomos descobrindo que existe um erro muito comum entre os revolucionários: somos mais inclinados a dar um golpe de Estado que a iniciar um processo de transformação. Quando, depois de 1970, a grande maioria do nosso grupo foi obrigada a vir para o Líbano, o setor cultural começou a se impor e tivemos de pensar em termos estratégicos visando o futuro. Tínhamos que estudar de maneira ampla e profunda a sociedade árabe. Concentramo-nos no estudo das expressões culturais, políticas e criativas, dando ênfase especial aos conflitos dentro da sociedade árabe, isto é, assinalar as diferenças que existem entre os iraquianos, os libaneses, iemenitas e os palestinos, por exemplo.

“Já editamos um livro sobre o problema do Saara. Analisamos em primeiro lugar o que constitui o problema. Fomos à Argélia, Marrocos, Mauritânia e ao Saara. Isso ocorreu em 1980. Publicamos também um livro sobre o Sudão. Depois de termos avançado na linha editorial sobre problemas e literatura árabe (e particularmente a palestina), estendemos nossa ação à África e à América Latina. Já publicamos obras de escritores latino-americanos como “Cem anos de solidão” (1979 – três edições) e “O outono do patriarca” (1981, duas edições), ambos de Gabriel García Márquez. Esses livros foram distribuídos em quase todos os países árabes. Pela primeira vez, foi traduzido para o árabe um romance latino-americano. Houve experiências anteriores com Pablo Neruda, muito conhecido no mundo árabe, talvez mais pelas suas posições políticas do que pelos seus poemas”.

“Programamos para o futuro – continua Halak – a publicação de obras de Carpentier e Cortázar. Já editamos alguns autores africanos como Agostinho Neto (poemas) e Nyerere (ensaio sobre a experiência política das *ujamaa* – aldeias camponesas coletivizadas), além de um livro sobre o Zimbábue (1979), e alguns romances e ensaios de Patrice Lumumba e N’Krumah. Os trabalhos publicados estenderam-se à situação no Irã, com um livro de Bani Sadr (“*Oil and violence*” – escrito antes de retornar do exílio) e outro de Mahdi Bazargán sobre as características do povo iraniano, ambos muito bem acolhidos.”

A editora estava lançando uma média de dois livros por mês, com uma tiragem de cinco mil exemplares.

A conversa com Halak, antes de nada um militante político, havia girado em torno do problema libanês e palestino. Havia sido na noite de 3 de junho e ele se manifestara um tanto pessimista. “Estamos vivendo um status-quo louco”, descrevia: “As forças internas refletem cada vez mais todas as contradições e conflitos do Oriente Médio e do âmbito mundial. Tenho constatado que as pessoas estão de certa forma acostumadas a esta situação de não-paz, não-guerra, tanto no seio da opinião pública internacional como entre nós mesmos. Não sinto um empenho profundo que vise superar esta terrível e perigosa conjuntura”.

Morte e destruição

– Acho que agora se dirigem para o sul.

Nosso interlocutor palestino acaba de apanhar no chão do terraço do hotel um pedaço de bomba. Depois de 15 minutos contados no relógio sem novas aparições dos *F-15* e *F-16* e, de acordo com as versões de notícias que estavam sendo irradiadas, segundo as quais os israelenses estavam bombar-

deando Damour e outras áreas do sul do Líbano, achamos prudente descer novamente para o *hall* do hotel.

Acabara de chegar uma família transportada por uma ambulância, a mãe em estado de choque. O edifício onde moravam no bairro Fahkani desabou, e vários membros da família estão sob os escombros. A mulher é levada a um dos quartos e logo chega uma viatura militar palestina com uma enfermeira.

Pedimos a nossos acompanhantes para ir ao bairro Fahkani, à sede do departamento da imprensa estrangeira da OLP. Precisamos saber exatamente o que está acontecendo. O militar que trouxe a enfermeira vai para lá, mas se recusa a nos levar. Diz que a ordem é afastar as pessoas das áreas bombardeadas, não conduzi-las nessa direção. Insistimos: “Somos jornalistas, viemos da América Latina...” Um diálogo em árabe nos dá a impressão que não conseguiremos sair do hotel. Finalmente nos fazem sinais e subimos ao veículo.

– É preciso evitar mais mortes e a situação continua extremamente perigosa, comentam. Mas por serem jornalistas fizemos uma exceção.

O trânsito, embora escasso, estava confuso. Iam e vinham muitas ambulâncias, que enchiam o silêncio em que a cidade estava submersa com o ulular fúnebre das sirenes. A maioria das pessoas andava armada. Os postos de vigilância se multiplicavam como cogumelos, quase um por quarteirão. Aqu-



Os postos de vigilância se multiplicam como cogumelos...

les que não carregavam uma metralhadora, exibiam ao menos uma pistola.

Chegamos até a esquina da Universidade Árabe de Beirute e lá descemos. A área está tranquila mas as ruas estão repletas de vidros. O primeiro sinal visível da proximidade dos estragos causados pelas bombas: as vidraças quebraram com as ondas de expansão provocadas pela detonação.

Notava-se um certo nervosismo às portas da sede da OLP. Entramos diretamente para o refúgio antiaéreo do subsolo do edifício. O encarregado da imprensa estrangeira, Issa, lia o primeiro comunicado oficial de guerra. Os membros do grupo norueguês do comitê de apoio à Palestina e outros jornalistas de várias nacionalidades ouviam atentamente. Lembrei que ao me despedir do grupo às duas horas da tarde para voltar para o hotel, eles haviam ficado na casa-escola de Somoun. Certamente, o bombardeio encontrou-os a caminho da casa onde estavam hospedados, muito próximo dali, e o responsável pelo grupo os levou diretamente para a sede da OLP.

— O que é que está acontecendo lá fora? pergunta Ingrid, uma das jovens. Quem está num refúgio antiaéreo perde totalmente a noção do que acontece no exterior.

— Agora está tudo tranquilo, mas as baixas parecem ser grandes.

Issa confirma as primeiras cifras: mais de 40 mortos. No dia seguinte, os jornais já registravam

várias centenas e o número foi crescendo até ultrapassar os 10 mil e, mais tarde, chegava a 15 mil. Resolvemos percorrer a pé as áreas mais atingidas. Algumas companheiras preferem ficar, não têm certeza de poderem resistir.

— Não estamos habituados a essas coisas, acho que vou desmaiar. Quem assim falava era uma senhora alemã que, apesar de tudo, decidiu acompanhar-nos.

As pessoas correm pelas ruas, estão exaltadas, varrem os vidros quebrados. Um adolescente que não aparentava mais de 14 anos está de guarda em um dos postos, com a metralhadora na mão. Por toda parte continuam aparecendo homens armados, à paisana e uniformizados de verde-oliva: milícias palestinas e libanesas progressistas. Vemos de repente à distância uma multidão agitada. A três ou quatro quarteirões, talvez. Estão retirando os corpos das ruínas do estádio da cidade esportiva... ou melhor, do que dele restou. Tentamos nos aproximar, mas é proibido. E quando aparecem as primeiras fotografias dos resgates compreendemos bem a causa da proibição: os corpos estão irreconhecíveis, mutilados, queimados. Uma mulher que correu à procura do filho e o encontrou despedaçado, voltava, fora de si, segura pelos milicianos: "E depois eles nos chamam de terroristas"...

Eles nos explicam que os campos de refugiados, por causa da precariedade das instalações, não têm refúgios antiaéreos. Por isso, a população dos cam-



Os corpos estão irreconhecíveis, queimados, mutilados

pos próximos, em caso de bombardeio, tende a correr em direção do estádio pois o consideram um lugar seguro. Por esse motivo, apesar de ser um dia útil e não haver jogo, o número de vítimas no estádio foi elevado. As crateras das bombas têm mais de três metros de diâmetro. Centenas de latas de conservas e sacos de cereais que estavam estocados nas galerias do estádio foram destruídos. Entretanto, a versão nos comunicados de guerra israelenses é bem diferente: "O estádio foi bombardeado por servir de depósito de sacos de munições e armamento palestino". Na realidade, "as munições" eram parte da ajuda internacional para socorrer as vítimas da guerra no sul do Líbano, que se transferiram em massa para Beirute, onde estão morando em condições extremamente difíceis.

Pouco restou do estádio. Dias depois, as buscas de corpos sob as ruínas continuavam. A sede da Unesco encontra-se do outro lado do estádio, separada pela estrada que conduz ao aeroporto internacional, que também foi bombardeada. O edifício nada sofreu, mas não ficou uma só vidraça no lugar. Um dos postes de iluminação do canteiro central da autopista foi reduzido a ferro retorcido. As ambulâncias continuaram arduamente sua tarefa durante toda a noite e o dia seguinte.

Reiniciamos a caminhada a pé pelas ruas do campo de refugiados de Sabra. Passamos pelo mercado que tínhamos visitado de manhã e pela cooperativa da Federação de Sindicatos Palestinos, da qual

pouco restava. Na parte da manhã, tínhamos estado no bem abastecido supermercado da cooperativa, e parado para conversar com Abu George, um dos membros do Comitê Central da Federação sindical palestina. Na saída, tínhamos encontrado vários escolares do campo, com seus uniformes azuis, que depois de algumas negativas formais, posaram de boa vontade para "os companheiros da América Latina".

Que estranho sentimento, que impotência e ao mesmo tempo que ódio exprimiam aqueles olhos inconsoláveis que nos vêm passar, silenciosos! Estarão pensando, certamente como nós: quanto sacrifício, quanto trabalho perdido. Quantas vidas inocentes destruídas em vão. Por que este preço tão alto para um povo cujo único delito é o desejo de retornar à Pátria? Isso, no que diz respeito aos palestinos. E para os libaneses? Hoje em dia em Beirute, no Líbano todo, palestinos e libaneses se amalgamam e se confundem. Vivem e morrem nos campos, palestinos e libaneses pobres, sem diferenças.

Numa esquina, dois automóveis destruídos. Se chocaram nos primeiros minutos do bombardeio. O nervosismo e a vontade de se afastar rapidamente das bombas fizeram com que os motoristas perdessem o controle da direção.

Entramos no hospital do campo de Sabra. Na porta, as macas estão manchadas de sangue fresco e o rastro de gotas vai subindo as escadas. Mas den-



Segundo os comunicados israelenses, o estádio guardava "munições e armamentos palestinos". Na realidade, "as munições" eram alimentos, parte da ajuda internacional para as vítimas do sul do país

tro do hospital impera uma enorme movimentação. Acaba de chegar a notícia da ambulância bombardeada. Era dirigida por um membro da equipe de enfermeiros deste hospital. Há gente procurando os parentes entre os feridos, com a esperança de que ainda estejam vivos. Enfermeiros e médicos carregam vítimas e soro. Transmitem pela rádio pedidos urgentes de sangue. É incrível, mas não existe pânico. Dentro da tragédia, tudo funciona organizadamente.

Cada cidadão sabe o que fazer, onde ir oferecer seus serviços.

A supervisora do hospital, Ilham, nos conduz ao primeiro andar. Não estava ainda pronto — este hospital também é muito novo — mas acabam de inaugurá-lo por força da necessidade. As camas estão precariamente instaladas. E uma parte inteira do corredor está destruída. Foi bombardeada.

Uma das salas recebe feridos. As ambulâncias continuam chegando. Enquanto preparamos a *flash* alguém avisa: “Esse não, acaba de morrer”. Mas tiro uma foto dele antes que o cubram. Devia estar com 30 anos e o corpo e a cabeça estão cheios de sangue. Embrulham-no com o mesmo lençol que o cobria parcialmente. “Tragam outro”, ordena o médico, e desaparecem com ele.

Na sala ao lado, os feridos já receberam os primeiros socorros. As camas não foram suficientes e os menos graves foram deitados no chão. Quando apontamos a câmara um homem de mais de 60 anos, gordo, todo vendado, consegue tirar forças de algum lugar lá do fundo de si para levantar o braço e fazer o “V” da vitória.

Há crianças do lado. Um bebê de não mais de três meses, com o rosto queimado. Quase desaparece entre os balões de oxigênio e os curativos. Resistirá? Quem pode garantir?...

Um menino de uns cinco anos está deitado de bruços, ferido e cheio de sangue já seco, que cola parte de sua roupa ao corpo. Um dos jornalistas que nos acompanham começa a soluçar.

As mulheres estão no outro andar.

Recebemos no hotel as últimas notícias do dia. Foram derrubados três aviões israelenses: “dois em território inimigo e um próximo de Damour”. Os mortos já são contados aos milhares em todo o país.

No sábado pela manhã, tudo parecia voltar à normalidade. Aquela normalidade que caracteriza Beirute desde a guerra civil, impregnada de tensão. Em princípio, não se esperavam novos bombardeios. Depois de meio-dia, entretanto, começaram a chegar notícias de aviões israelenses a poucos quilômetros ao sul de Beirute. Às quatro horas da tarde, novamente a artilharia antiaérea responde aos F-16.

No domingo, já havia uma certeza: Israel iniciava uma invasão. Os bombardeios arrasavam 40 lo-

calidades do sul do Líbano e havia navios de guerra em posição de desembarque ao longo da costa. Em vários pontos, as tropas israelenses já haviam chegado à praia.

Beirute estava deserta. A palavra-de-ordem era dirigir-se aos refúgios antiaéreos. A população dos campos de refugiados tinha sido removida durante a noite. Aqueles que não tinham para onde ir deviam dirigir-se para os parques, com a finalidade de se confundirem com as árvores. No caminho do aeroporto, notava-se a tensão nos poucos carros que se aventuravam a trafegar nessa direção. No sábado, o aeroporto havia estado fechado.

Antes de embarcar, pedimos para dar uma volta pelos hospitais, onde encontramos muitos poucos feridos. “E o resto?”, perguntamos. “Não sobreviveu quase ninguém”.

Também viajavam em nosso avião passageiros da véspera, cujos vôos haviam sido cancelados ou desviados para Larnaca e Atenas. Várias famílias libanesas estavam fugindo da guerra.

Enquanto aguardávamos a partida do vôo, a artilharia era cada vez mais intensa e próxima. Na verdade, não sabíamos se o aeroporto não seria novamente interdito. Procuramos traçar um paralelo com outras experiências, a guerra da independência de Angola, por exemplo, com Luanda sitiada, a luta na província de Cabinda, ou em Cabo Delgado, em Moçambique. Mas, aqui, a sensação de abandono e isolamento era bem maior. “Onde estão nossos irmãos árabes neste instante?”, perguntava-se um dos funcionários do aeroporto com o qual paramos para conversar quando vimos seu rosto carregado de preocupação. “Há meses que vivo telefonando para minha mulher quando chego no trabalho, aqui no aeroporto, para acalmá-la e dizer ‘estou vivo’. Mas na verdade — refletia em voz alta — isso já não é vida. Meus filhos vivem em permanente crise de nervos. Os vizinhos de meu bairro já não dormem mais em suas casas. Dormem nos parques e nas ruas, com medo dos bombardeios. E assim já se vão muitos anos...” continua, como numa confissão íntima. “Sabe — me diz — hoje, quando vinha para aqui, senti pela primeira vez a necessidade de empunhar uma arma”.

A vida no Líbano perde valor. E começa a surgir no íntimo da população uma convicção: é melhor morrer na resistência do que morrer na humilhação. Foi um sentimento que vi refletido em muitos rostos naquele momento. Os homens e as mulheres do Líbano que assumiram o compromisso com a causa palestina até as últimas consequências sentem que esta última loucura israelense uniu mais firmemente seus destinos e já não é mais possível dar marcha-à-ré.

Talvez Begin, sem pensar, ao ordenar essa invasão, tenha dado um passo concreto em direção à criação de um Estado palestino independente. ●

A luta pelo socialismo

De 1975, ano da independência, até hoje, a Frelimo vai conduzindo o país pelo caminho da participação popular nas decisões, na superação da herança colonial e na construção de uma nova sociedade

Etevaldo Hipólito

É o momento de se prestar contas ao povo, de se analisar se eram ou não corretos os nossos objetivos, se cumprimos ou não as tarefas definidas pelo 3º Congresso, se serviram ou não as estruturas partidárias que criamos, se serviram ou não as pessoas que elegemos.

Essas palavras resumem o pensamento que orienta a realização do próximo congresso do Partido Frelimo. Também indicam, por outro lado, o clima que Moçambique viverá até abril de 1983, marcado pelos debates em torno da efetividade da presença da organização revolucionária no seio das camadas populares.

Os trabalhos preparatórios tiveram início em março e dele participaram militantes que servem no partido, no aparelho de Estado e nos organismos de defesa e de segurança. O 3º Congresso foi realizado em 1977, apenas dois anos após a proclamação da independência.

Naquela altura, o país se defrontava, de forma aguda, com sérios problemas internos e externos. A experiência administrativa adquirida nas zonas libertadas teve que ser ampliada para todo o território nacional. Isto se dá, tendo-se presente a circunstância de que — como sempre ressalta o presidente Samora Machel — a luta de libertação não chegou a todo o território moçambicano, não penetrou e



O poder popular tornou-se uma realidade para os moçambicanos que, pela primeira vez, sentem-se num país livre, independente e soberano

destruiu todos os baluartes e trincheiras do colonialismo.

Esvaziamento econômico

À medida que foi avançando a luta armada de libertação nacional, o ocupante português intensificava a repressão e a sabotagem econômica. Com o advento do governo de transição, o esvaziamento econômico se fez de modo cada vez mais acentuado e premeditado. Milhares de dólares em depósito e em espécie foram transferidos ilegalmente para fora de Moçambique.

As operações fraudulentas encaminhadas com aparência de legalidade faziam-se acompanhar de outras mais grosseiras. No campo, por exemplo, os instrumentos agrícolas foram danificados pelos seus proprietários antes de empreenderem a fuga. Entupiram os poços artesianos, retiraram veículos através da fronteira com a África do Sul, o Malawi e a então Rodésia.

O mesmo aconteceu com os rebanhos, com a agravante de que em alguns lugares, as matrizes ou foram afugentadas para o mato ou simplesmente foram metralhadas. Os circuitos de comercialização e abastecimento sofreram um duplo impacto: o primeiro, causado pela saída dos colonos que os controlavam e o segundo, em consequência do início do desmoronamento da estrutura econômica capitalista.

A esses problemas deve-se acrescentar, no plano externo, a guerra existente logo do outro lado das fronteiras nacionais. Na Rodésia (atual Zimbabue), a Frente Patriótica intensificava os combates contra o governo minoritário, racista e ilegal dirigido por Ian Smith, os nacionalistas ganhavam terreno gradativamente, o que obrigou o imperialismo a acentuar as pressões militares.

Através da África do Sul, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) despejou toneladas de armamentos que fo-

ram utilizados por Smith e Muzorewa (o bispo negro que tentava legitimar o regime de exceção na Rodésia) contra a população local, numa tentativa de eliminar o apoio aos guerrilheiros.

A guerra se estendia até o território moçambicano não só para aterrorizar os milhares de refugiados que nele procuravam abrigo seguro, como ainda para desestabilizar o governo recentemente constituído. Apesar de todas as dificuldades surgidas, o poder popular tornou-se uma realidade para milhares de moçambicanos que, pela primeira vez, sentem-se num país livre, independente e soberano.

Combate ao tribalismo

Do ponto de vista político, uma das conquistas mais significativas está nos avanços verificados no combate ao regionalismo, ao racismo e ao tribalismo, elementos manipulados pelo colonialismo para melhor subjugar.

Depois da independência, o *assimilado*¹ cede terreno ao *cidadão*, que teve reconhecidos todos os direitos civis. As eleições verificadas, nesse período inicial de independência, para as Assembleias Populares serviram para medir a capacidade de penetração da Fielimo e o seu poder de mobilização.

Milhares de trabalhadores — camponeses, operários, empregados nos mais diferentes ramos de comércio, funcionários públicos ou militares — responderam afirmativamente à convocatória lançada pelo Partido de vanguarda de Moçambique. Desde as mais remotas aldeias até a capital, Maputo, verificavam-se os registros dos candidatos e a escolha para os órgãos de poder situados nos diferentes níveis.

Ao contrário do que acontece na maioria dos países, não se

1) Termo usado pelos colonialistas portugueses para designar o negro que aderiu à sua filosofia e cultura.

colocavam em discussão promessas eleitorais feitas para arrancar votos e depois caíam no esquecimento. Para se realizar um programa mínimo mas vital de trabalho para o país — que pode ser resumido em combater a fome, a nudez e o analfabetismo — eram debatidas as qualidades políticas e pessoais de uma pessoa proposta para a execução dessa tarefa.

Nos locais de trabalho e de residência, decidia-se de viva voz e na presença do candidato, se ele preenchia as condições exigidas para representar determinada comunidade nas assembleias locais ou a nível nacional.

Participação popular

A organização política e administrativa do país exigiu uma ampla e profunda participação popular para se enfrentar os problemas criados com a ruptura verificada face ao domínio colonial e o repúdio ao regime capitalista.

A partir das decisões tomadas pelo governo revolucionário, o povo moçambicano teve que assumir concretamente o seu papel nos setores econômico, político e social, completamente transformados desde que foram promulgados os decretos relacionados com as nacionalizações das terras, do ensino, habitação, saúde, entre outros. É também nesse período que, considerando-se cumprida uma importante etapa histórica pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), esse movimento é transformado num partido marxista-leninista.

A construção do socialismo na África, particularmente na zona austral, que sempre foi considerada pelas potências capitalistas como uma espécie de reserva natural e particular, tem levantado críticas de diferentes tonalidades, todas elas recorrendo a alguns argumentos supostamente científicos. Essa posição

se tornou mais acentuada após a criação do Partido Frelimo.

Durante uma entrevista coletiva concedida em Granada, onde se encontrava em visita oficial, o presidente Samora Machel voltou a essa questão ao responder a uma pergunta sobre uma pretensa incompatibilidade do socialismo, enquanto teoria e sistema, com relação à sociedade africana.

"Eu sou comunista", disse o dirigente moçambicano. "Eu faço a Revolução. Acredito na capacidade, no gênio, na força e na inteligência do povo. A história é feita pelo povo e tem as suas próprias leis. Eu sou materialista, não sou idealista. Esse mito é idêntico ao da superioridade racial. Está carregado de racismo. Dizia-se que os pretos não podiam lutar e vencer. Nós lutamos e vencemos. Agora, dizem que os pretos não podem decidir por si próprios o seu destino. Que não pensam por si próprios e precisam de alguém que injete idéias na sua cabeça."

Batalha econômica

Nessa fase de construção, o povo moçambicano se depara com um dos momentos mais difíceis no processo de uma nação que só recentemente se livrou das malhas do colonialismo. Ainda são grandes as sequelas do rompimento com o modelo econômico e social vigente antes da independência, duramente conquistada na guerra de libertação. Mas essa independência só se completará quando o país for reconstruído em bases radicalmente novas.

O que se sente neste momento é que, em Moçambique, se encontra em curso uma verdadeira batalha na frente de produção, destinada a promover alterações de vulto no decorrer da presente década, com as consequentes repercussões no campo político. O papel diretor dessa "frente" popular cabe ao PPI — Plano Prospectivo Indicativo —, o instrumento de análise e planejamento para que determinados

objetivos sejam alcançados.

O PPI nasceu de estudos numa sessão do Conselho de Ministros, em agosto de 1979. Dois anos depois, coube à oitava sessão da Assembléia Popular estudar e dar forma definitiva ao documento, passando este a constituir um tema de discussão obrigatória em todos os centros de trabalho, organizações populares e locais de ensino.

O sucesso desse plano depende fundamentalmente da forma coordenada de se abordar os problemas econômicos e de produção, o que exige uma participação das camadas populares enquanto principal agente do processo, como bem assinalou o presidente Samora Machel na mensagem lida para os participantes da Assembléia: "O PPI não é matéria apenas reservada a especialistas, é assunto de todo o povo".

Objetivos a alcançar

O Plano surgiu de uma análise feita sobre a situação econômica

O êxito da batalha atualmente em curso no país depende da participação das camadas populares enquanto principal agente do processo



de Moçambique e da necessidade e possibilidade de recuperá-la, reorientá-la e torná-la sólida, num determinado espaço de tempo. Dessa análise, ressaltou-se a importância da dependência externa como fenômeno que coloca Moçambique numa posição vulnerável face à crise que abala os países capitalistas. O consequente saldo negativo do balanço de pagamentos é agravado pelo quadro interno nacional que, como parte da herança colonial, apresenta uma indústria incipiente, dependente da importação de matérias-primas e equipamentos.

Por outro lado, verificam-se distorções como, por exemplo, o consumo demasiado e a importação de bens (cerca de um quinto das compras feitas no exterior) que podem ser produzidos no país para o seu próprio abastecimento e também para a exportação. A maior parte da comercialização de produtos ainda se realiza em termos de uma economia familiar, cuja tecnologia é bastante rudimentar.

A mensagem lida por Samora Machel estabelece como objetivos essenciais a serem alcançados pelo Plano Prospectivo Indicativo: "a) a promoção de uma radical transformação da estrutura econômica e social com a criação de um setor socialista dominante; b) o aumento do nível de vida de todo o povo, com vistas a satisfazer suas necessidades básicas; c) a consolidação do poder político, fortalecendo a base social da Revolução, com o crescimento de uma combativa classe operária e de um campesinato forte; d) a conquista, pelo povo moçambicano, do essencial daquilo que constitui o patrimônio científico e técnico de toda a humanidade".

Traduzindo em outros termos, isso quer dizer que, para que esses objetivos sejam alcançados, Moçambique deverá concentrar esforços na socialização do campo, na industrialização do

país e na organização e preparação de sua força de trabalho, tarefas que por si sós já são suficientes para mobilizar todo o povo num caminho de união e participação.

Movimento cooperativo

Os planos prevêem que, até o fim desta década, deverão ser integrados em cooperativas cerca de 10 milhões de camponeses, ao mesmo tempo que outro considerável contingente constituirá o operariado agrícola. Do ponto de vista econômico, essa medida deverá significar não só um aumento geral da produtividade em cerca de três vezes, como ainda a introdução de modernas formas de exploração do campo.

Os benefícios sociais decorrentes, nesse caso, deverão ser canalizados através das aldeias comunais, organizadas ao lado dos centros de produção do Estado ou coletivos. Espera-se — e essa espera significa trabalho árduo — que, politicamente, o aprofundamento do movimento cooperativo provocará uma intensa campanha de mobilização, campanha essa que procurará transformar os camponeses em elemento dinâmico em um novo tipo de sociedade.

O documento aponta ainda, como outra consequência da criação do operariado agrícola e do campesinato cooperativista, "o reforço da aliança operário-camponesa, condição indispensável para a consolidação do poder político".

Nesse quadro, a industrialização é apontada como fator dinamizador, cujo desenvolvimento deverá, com a adoção de uma tecnologia mais avançada, aumentar os atuais índices de produção e produtividade. Como tarefas principais, a ela estão atribuídos o rompimento gradativo da dependência econômica com relação a outros países e a sua transformação em suporte adequado para a socialização do

campo. Ao mesmo tempo que permite reduzir as diferenças entre o campo e a cidade — o que repercute no desenvolvimento geral do país — abrirá o caminho para que surja uma forte classe operária.

Todo esse processo vai exigir uma grande soma de esforços para a formação de quadros, o que implicará uma revisão dos métodos até agora empregados: E isso, abrangendo uma área que vai das escolas primárias aos cursos de alfabetização e educação de adultos.

Isso requer um estudo mais aprofundado no sentido de se determinar a força de trabalho disponível, a definição de critérios para a formação dos quadros no país e no exterior e, neste caso, a criação de um organismo próprio que se encarregue da coordenação de todas as ações programadas.

Integração das forças populares

"Exército de caserna não é exército popular; exército de caserna é um exército de parasitas", afirmou o presidente Samora Machel numa das várias reuniões mantidas com soldados e oficiais das forças armadas, as FPLM — Forças Populares de Libertação de Moçambique. O tema desses encontros era exatamente a discussão da integração dos combatentes nas tarefas de produção, ou seja, de como cada militar pode participar diretamente dos trabalhos produtivos, sem prejuízo da atividade exercida nos campos da defesa e da segurança nacionais.

A história da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), desde a fase da luta armada, sempre se pautou pela preocupação em educar os seus quadros utilizando o trabalho manual como forma de luta contra a elitização e a alienação. Durante a guerra popular de libertação nacional, os guerrilheiros uniam o combate direto contra o inimigo colo-

nial àquele que se desenvolvia na frente econômica. Além de produzirem a sua própria comida, eles — ajudados pelos camponeses — abriam estradas e se dedicavam a diversas atividades nas *machambas* (terrenos plantados que podem ser estatais, particulares ou cooperativados) situadas nas áreas libertadas.

O campo de treinamento de Nachingwea é um exemplo concreto da importância que se deve dar à integração dos combatentes nas tarefas de produção. Esse campo, que serviu para a formação político-militar de um sem-número de quadros, atravessou um período caracterizado como de desorganização e indisciplina. Para evitar que as forças reacionárias, aproveitando-se dessa situação, desvirtuassem os objetivos dos planos traçados, a ala revolucionária da Frelimo lançou uma ofensiva para que o centro de treinamento fosse totalmente transformado.

Os frutos da integração

Inicialmente, limpou-se todo o terreno e se organizaram as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento de atividades culturais. Depois, iniciou-se a aplicação de um programa concebido para tornar real o engajamento do exército nas tarefas de produção. Como foi ressaltado naquela ocasião, não se tratava apenas de manter ocupados instrutores e recrutas, mas principalmente de acabar com as concepções errôneas sobre o trabalho manual. Tratava-se, na verdade, de um problema político que exigia uma resposta imediata: definir a posição das forças de libertação diante da sociedade (de onde provinham os seus quadros), a qual teria — por força do processo de independência — de ser libertada e transformada.

Os frutos dessa experiência são notórios: atualmente, as forças armadas devem participar



As forças armadas devem participar dos trabalhos produtivos realizados nas aldeias comunais e nas cooperativas, de acordo com o pensamento do líder da revolução moçambicana: "exército de caserna é exército de parasitas"

dos trabalhos produtivos realizados nas aldeias comunais, nas *machambas* estatais e nas cooperativas. A obrigação dos militares não é apenas de defender os centros produtores, as vias de transporte ou as barragens, mas colaborar diretamente para o desenvolvimento e para o fortalecimento da economia nacional,

deixando de ser um peso morto (como acontece em inúmeros países) ou — como é uma regra geral — de atuar como suporte para uma ordem social injusta. Assim, as FPLM começam a alcançar a tão reclamada unidade exército-povo, tornando realidade o seu próprio lema: estudar, combater, produzir. ●

Comoção na catedral

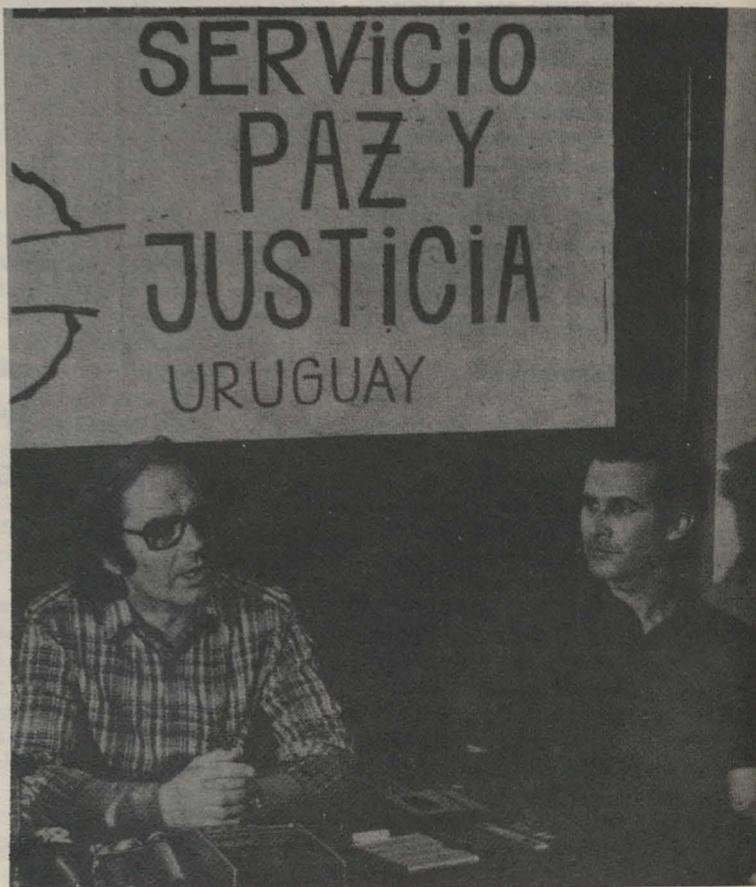
Um sacerdote, o padre Luis Pérez Aguirre, vence o medo e pela primeira vez em oito anos, desde o golpe de Estado de 1973, a tortura é denunciada publicamente em Montevideu

Emilia Hernández

Que o regime militar uruguaio pratica diariamente a tortura aos presos políticos, é um fato amplamente conhecido em todo o mundo, mais isso jamais havia sido dito publicamente no Uruguai desde o golpe de Estado de 1973. Não por desconhecimento (segundo o ex-senador Wilson Ferreira, um de cada 40 uruguaios passou pelas prisões e quartéis nos últimos dez anos), mas simplesmente por medo. De fato, o "ataque à força moral das forças armadas" é, no Uruguai, um delito punido com vários anos de prisão e a imprensa está proibida, inclusive, de "atribuir propósitos ditatoriais" ao atual regime, geralmente designado como "o processo".

É compreensível, então, que nessa sociedade aterrorizada e amordaçada, tivesse grande repercussão a homilia pronunciada em 24 de março passado pelo padre Luis Pérez Aguirre na Catedral Metropolitana de Montevideu, durante uma missa em homenagem ao bispo mártir salvadoreño, monsenhor Oscar Romero.

Dirigindo-se aos "irmãos militares", o sacerdote pediu "que cuidem e protejam a vida de todos os seus irmãos sem distinção, que ninguém dê nunca uma ordem para pressão moral ou física — para tortura como se diz simplesmente — contra seu irmão. Ninguém tem autoridade para



Pérez Aguirre (à direita) coordena a seção uruguaia do movimento encabeçado internacionalmente por Pérez Esquivel (à esquerda)

essa infâmia! E não me digam que isso não acontece no Uruguai, se eu mesmo fui vítima".

As palavras de Pérez Aguirre ecoaram no velho prédio colo-

nial repleto de gente e foram reproduzidas na íntegra pela revista *La Plaza* em sua edição de abril. O governo respondeu, fechando a revista por oito meses.

Acaba o silêncio

A homilia de Pérez Aguirre precedeu, em poucos dias, uma importante Carta Pastoral escrita por 11 bispos do país por motivo do Primeiro de Maio, "festa de São José Trabalhador". Com esse importante documento, o episcopado uruguaio pôs fim a um prolongado silêncio e expressou claramente seu compromisso, na qualidade de "igreja dos pobres, com a construção da Justiça e o desenvolvimento do Reino de Deus na nossa história".

Baseando-se na recente encíclica de João Paulo 2º sobre o trabalho, os bispos condenam "o liberalismo econômico que pouco faz para conseguir uma distribuição nacional dos recursos do país (...), o consumismo insaciável (...), as ambições desmedidas (...) e a concentração da riqueza". Apontam a responsabilidade do Estado sobre o crescente desemprego e a queda do salário real, geradores de "situações críticas que acabam fazendo com que a multidão de indefesos mergulhe na miséria". Os bispos defendem, em contraparte, "o direito ao emprego, à justa remuneração e à sindicalização (...) no enorme conjunto dos direitos do homem, cujo respeito constitui a condição fundamental para a Paz".

Essa carta pastoral foi bem acolhida nos meios sindicais uruguaio, onde se trabalha com grande esforço para vencer as inúmeras barreiras legais e burocráticas e se obter o reconhecimento oficial das "associações profissionais" (sindicatos). A quase um ano de promulgada uma lei supostamente destinada a restabelecer as atividades sindicais (suspensas desde 1973), apenas duas associações foram reconhecidas, de mais de 500 que, segundo dados oficiais, estão "em formação".

Apesar de os bispos não terem se pronunciado explicitamente sobre temas políticos, a



Na catedral de Montevideu, os militares ouviram de Pérez Aguirre: "confiem sempre no povo, ao qual pertencem"

carta pastoral e outras manifestações recentes são interpretadas pelos observadores como expressão do crescente distanciamento entre o regime e a igreja católica. Círculos eclesiais uruguaio assinalam, por outro lado, que a hierarquia está sendo fortemente pressionada pelas suas bases — freiras, sacerdotes e grupos laicos de reflexão (equivalentes às Comunidades Eclesiais de Base do Brasil e de outros países latino-americanos) — para que adote uma atitude mais firme na defesa dos direitos humanos e na reivindicação de liberdades democráticas.

Foi outro sacerdote, o padre Segundo, que em princípios des-

te ano num artigo publicado no *La Plaza*, exigiu uma anistia para os presos políticos como único caminho para o restabelecimento da paz social no país. Embora faça pelo menos oito anos que não se registra uma só greve ou atentado político no Uruguai, ainda está em vigor o "estado interno de guerra", que suprime as garantias individuais e estabelece a jurisdição militar sobre civis acusados de crimes políticos.

O movimento em defesa dos direitos humanos tomou um novo impulso no Uruguai com a criação de uma seção local do Serviço de Paz e Justiça, encabeçado a nível internacional pelo Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel. O padre Luis Pérez Aguirre é o coordenador uruguaio do Serviço, no qual militam atualmente 15 pessoas em tempo integral e "muita gente na participação diária".

Em declarações ao semanário *La Democracia*, Pérez Aguirre esclareceu que o movimento Paz e Justiça "é um serviço leigo, que não pertence às hierarquias da igreja", embora esteja em conta-

UMA SAÍDA DIGNA (Trechos da homilia)

(...) Temos uma imprensa sem liberdade, amordaçada para dizer certas coisas, sujeita à arbitrariedade de critérios que só produzem uma terrível autocensura. Vocês acham que Deus pode estar de acordo com isso?

Temos os direitos de reunião e associação controlados e limitados; temos os irmãos, nossos irmãos, classificados em três categorias: A, B e C, de acordo com suas idéias; e isso, com certeza, faz com que sejam abertas ou fechadas para eles as portas para o trabalho, ou mesmo para a sobrevivência de suas famílias; temos um desemprego crescente; temos falta de liberdade para defender os que vivem de seus salários; temos todo o ensino sob intervenção; as expressões culturais, o teatro, o cinema, a pintura, o canto... estão todas controladas. E assim poderíamos continuar.

Deus não pode estar contente com uma situação desse tipo.

(...) Desde o mês de setembro passado, aproximadamente, vem-se realizando aqui no Uruguai, aquilo que eu chamo — para dar-lhe algum nome — de “sequestro de Estado”, isto é, pessoas são detidas na via pública, onde quer que seja, geralmente sem testemunhas, e são mantidas reclusas secretamente, sob interrogatórios, enquanto a detenção é negada friamente aos familiares que recorrem à Justiça ou fazem denúncias correspondentes. Assim são mantidos por muito tempo, na maioria dos casos mais de 60 dias, antes que apareçam como presos.

Isso, irmãos, como vêem, não traz a Paz; isso não nos leva a nenhuma saída, não traz tranquilidade a ninguém, isso não pode ser admitido e não se pode ficar calado, nem suportar passivamente.

(...) Como podemos prestar, então, para o monsenhor Romero, para terminar, uma homenagem à sua vida, ao seu testemunho? Que homenagem podemos fazer? O que será que ele nos diria nesta noite? Eu creio que aos jovens, que são muitos hoje, diria que se formem, que se capacitem seriamente, que estudem muito (vão me odiar por isso...). Mas é isso, jovens irmãos, porque este mundo e esta Pátria não podem ser transformados com simplismos, nem com palavras-de-ordem, nem com demagogia; temos de ser mais sábios que os filhos das trevas e que os poderosos deste mundo, que têm nas mãos a técnica, a eletrônica, a cibernética, a informação, a ciência... Devem estudar, irmãos, senão não conseguiremos escapar. Aos trabalhadores uruguaios: que dêem testemunho desses valores extraídos do

evangelho: a solidariedade, a generosidade, a firmeza na ajuda ao irmão de trabalho, firmeza nas justas reivindicações; que superem o isolacionismo em que estamos há tanto tempo; que superem essa atitude de “não te metas...” Procuremos, irmãos operários, novamente o trabalho solidário generoso. Aos profissionais: eu creio que lhes diria que não sejam amorfos, que não vivam só para seus próprios interesses, que percam o medo, que a Paz não é o medo, a Paz é produto da Justiça. Que todos coloquem seus talentos e sua capacitação a serviço da verdade e a serviço da verdadeira causa nacional. À mulher: à mulher uruguaia, seja estudante ou trabalhadora, ou militar, ou profissional, eu lhe pediria que contribua com seu ser feminino para humanizar esse processo, esse processo em que tanto nos temos endurecido, em que quase nos embrutecemos. Tragam, irmãs, sua contribuição específica para tornar esse processo mais cuidadoso e delicado para com todas as expressões da vida, com a gestação e o cuidado de tudo o que nos faz, nós, uruguaios, mais humanos. Aos militares: porque monsenhor Romero também falava aos militares, e muito bem; o que lhes diria? Que cuidem e protejam a vida de todos os seus irmãos sem distinção, que nunca ninguém dê uma ordem de pressão física ou moral, de tortura, como se diz simplesmente, contra um seu irmão. Ninguém tem autoridade, nem no céu nem na terra, para uma tal infâmia! E que não me digam, irmãos, que isso não acontece no Uruguai; como não vou saber que isso acontece, se eu mesmo fui vítima disso? Irmão militar, ninguém pode obedecer ou acatar uma ordem contra a lei de Deus, contra a integridade da vida de seu irmão, por mais culpado que ele seja considerado. A Lei de Deus dá integridade da vida está acima de tudo. É uma obrigação obedecer a Deus e é uma obrigação desobedecer a uma ordem pecaminosa. Irmão militar, ou irmão funcionário do Ministério do Interior, ou irmão da Inteligência, que suponho estares aqui cumprindo com tua tarefa, procura, irmão, procura com teus companheiros, estabelecer todos esses valores, essas atitudes que fomentam em todos o respeito à pessoa e à justiça.

Irmãos militares, não se diijam por esquemas bélicos, simplistas para nossa pátria, de “amigo e inimigo”; eu lhes pediria que, isso sim, combatam e com toda a coragem de que sejam capazes, com firmeza, que combatam toda arbitrariedade interna e externa das forças armadas; e que confiem, por último, que confiem sempre no povo, ao qual pertencem, para que possamos encontrar todos juntos e sem discriminações nem proscições, uma saída digna para o país.

to com ela. Na sua opinião, "se bem que o Serviço abranja múltiplas áreas, cobrindo um amplo espectro de necessidades que constituem as bases fundamentais dos direitos humanos, tais como habitação, saúde, direito ao trabalho, educação etc., a atividade que gira em torno dos direitos políticos é aquela que, sem dúvida, desperta maior inquietação e

causa mais impacto a nível público".

O perdão como saída

Esse impacto, embora silenciado por quase toda a imprensa, cresce a cada dia no Uruguai, onde ainda não se apagaram os ecos dos aplausos com que foi acompanhada sua homilia na catedral.

Mesmo reconhecendo que "senti medo e provavelmente vou continuar sentindo em muitas ocasiões", Pérez Aguirre se empenha em "não apenas dizer verdades, mas também dizer toda a verdade". E nesse sentido, não se limitou a denunciar injustiças, mas elaborou uma proposta de "reconciliação nacional" como saída política para "uma guerra interna, entre irmãos" que, na sua opinião, foi "cruel e violenta".

O elemento chave desse processo de reconciliação seria "uma disposição de ambas as partes para o perdão", a partir da qual se passaria a "um restabelecimento da Justiça, para que surja a Paz e a concórdia nacional". Na sua opinião, o perdão "não é esquecimento, ingenuidade nem indiferença. Quem perdoa é a pessoa que tem coragem suficiente para assumir a realidade, não se deixar dominar por ela e, com enorme generosidade e heroísmo, estende a mão ao seu irmão inimigo, de forma que esse gesto quebre a lógica do adversário".

Traduzido em termos políticos, essa proposta se assemelha à "anistia para ambas as partes" decretada no Brasil em 1979 como peça chave do processo de "abertura política" atualmente em marcha.

Pérez Aguirre entende que, além disso, deve ser restabelecida a autonomia do Poder Judiciário, atualmente dependente do Executivo, para que a "Justiça seja forte e a força seja justa".

Até o momento, a única resposta oficial a essas propostas tem sido as advertências de que o perdão e a anistia não são assuntos gratuitos ao governo e o fechamento do *La Plaza*, que tinha levantado essas bandeiras.

"Como cristão e como sacerdote, não posso admitir (essas pressões)", comenta Pérez Aguirre. E adverte: "O Senhor diz que se não soubermos perdoar, também não seremos perdoados". ●



O PADRE DO GALINHEIRO

□ Piloto de avião, formado em geologia no Canadá e licenciado em filosofia e teologia na Argentina, Luis Pérez Aguirre tem 41 anos de idade e quase 20 de sacerdócio. Quando foi escolhido por Pérez Esquivel para coordenar a seção uruguaia do movimento Paz e Justiça, já estava há vários anos vivendo na comunidade de La Huella, onde tornava concreta a sua opção pelos pobres, atendendo crianças órfãs e abandonadas.

"Mesmo dentro dessa pe-

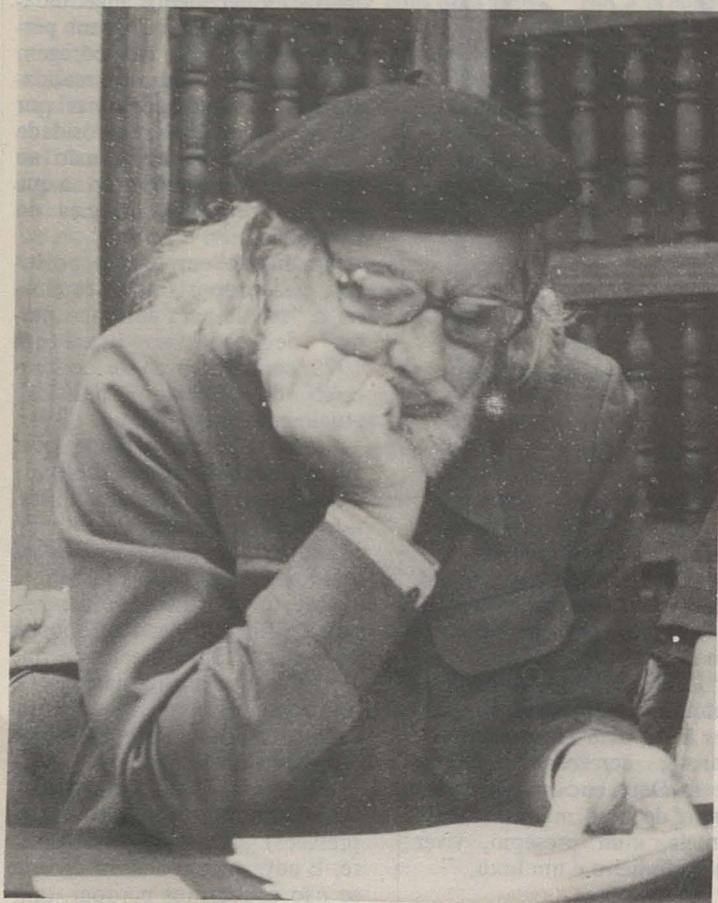
quena sociedade — explica Pérez Aguirre — deve-se sempre privilegiar aquele que mais necessita", de modo que um pequeno galinheiro que existia ali foi o lugar que ele escolheu para morar.

"Eu deixei tudo, renunciei a qualquer propriedade, a qualquer bem, para estar junto dos pobres", acrescenta. "Penso que se Deus encarnado nasceu dentro de uma manjedoura de animais, num presépio, viver num galinheiro é um luxo..."

“A América Latina terá que ser dos latino-americanos.”

O ministro da Cultura nicaraguense, Ernesto Cardenal, quando de sua visita ao Brasil, analisa a repercussão do conflito do Atlântico Sul na América Central e traça um panorama da atual situação de seu país

Ronaldo Lapa*



Ernesto Cardenal

Thomas Merton, monge trapaista, responsável pela formação religiosa do poeta, padre e ministro da Cultura nicaraguense, Ernesto Cardenal, ensinava que a vida contemplativa não deve, em nenhum momento, ficar separada das ilações políticas, das questões sociais ou mesmo das lutas de libertação dos povos.

“Na América Latina, onde existem tantas ditaduras, o contemplativo tem que ter um compromisso político. E é por isso, diz Cardenal, que a minha condição de ministro de Estado do governo sandinista não entra em conflito com as obrigações sacerdotais. Na verdade a palavra ministro quer dizer servidor, e seja ele um ministro eclesiástico ou um ministro de governo a finalidade deve ser uma só: servir ao povo.”

É na condição de ministro do povo nicaraguense que o poeta Cardenal fala nesta entrevista.

O apoio que o seu país ofereceu à Argentina em luta contra os ingleses pela posse das Malvinas; a falta de clareza ideológica do ex-ministro de Estado, Edén Pastora, o “Comandante Zero”, — considerado hoje um traidor da revolução —, e ainda os agressivos planos dos Estados Unidos para desestabilizarem o governo revolucionário da Nicarágua, são alinhados pelo sacerdote que considera sagrada a revolução sandinista e diz que o processo revolucionário tem que ser defendido a qualquer preço, já que milhares de pessoas deram a vida por ele.

O conflito entre argentinos e ingleses pela posse das Malvinas chegou a diminuir a tensão da região centro-americana?

* O autor é jornalista, atuando na imprensa alternativa e co-autor do livro “Desaparecidos políticos” editado pelo Comitê Brasileiro de Anistia (CBA)

— Tudo continua igual. Na América Central como nas Malvinas existe o mesmo perigo de guerra mundial e a única diferença é que os jornais agora gastam mais tinta e papel com as Malvinas do que com El Salvador, por exemplo.

A Nicarágua está apoiando a ação do governo argentino. Até recentemente os argentinos estiveram envolvidos em operações contra-revolucionárias contra a Nicarágua, a partir do território de Honduras. Como você explica a situação?

— O governo da Nicarágua fez uma declaração baseada em princípios e por princípios teria que apoiar a soberania argentina nessas ilhas. Nessa declaração, o governo sandinista lamentou que se tivesse chegado ao extremo da guerra sem que se procurassem esgotar todas as vias pacíficas de negociação e reconheceu o direito do povo argentino sobre as ilhas. O nosso governo é antiimperialista e contra o colonialismo. Por princípios, reconhecemos que a América Latina terá que ser dos latino-americanos, qualquer que seja o regime que por algum momento esteja governando um desses países...

O apoio do governo norte-americano aos ingleses certamente trará consequências delicadas para o sistema interamericano de defesa. Considerando as representações a nível político (a OEA) e a nível militar (a Junta Interamericana de Defesa) como você encara o episódio?

— A guerra das Malvinas e o apoio dos Estados Unidos à Inglaterra provocou o início do fim da Organização dos Estados Americanos (OEA), que agora terá que se converter na Organização dos Estados Latino-Americanos, já que os países do continente possuem interesses comuns que não são os mesmos do imperialismo norte-americano.

A criação de um outro sistema nas mesmas bases da OEA, com a inclusão de Cuba e a expulsão dos Estados Unidos seria possível?

— Existe a possibilidade de se chegar a criar esse organismo sem a exclusão de nenhum país latino-americano — qualquer que seja o seu regime político — mas com a exclusão dos Estados Unidos.

Então você acha possível a convivência de ditaduras e países socialistas num mesmo sistema político-militar?

— As ditaduras do continente têm origem nos Estados Unidos, já que foram criadas e mantidas pelo imperialismo norte-americano. Na própria Nicarágua, a longa ditadura dos Somoza foi até o último minuto, criada, mantida e coordenada pelos Estados Unidos.

A propósito, os Estados Unidos estão afirmando que o governo sandinista está cada vez mais próximo da União Soviética...

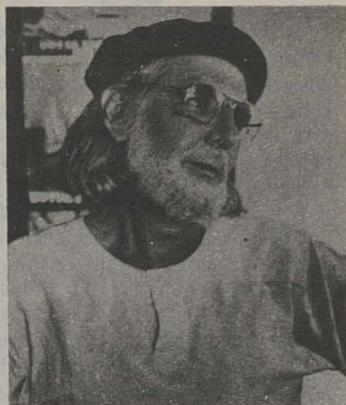
— A Nicarágua é um país Não-Alinhado. Nas Nações Unidas, o governo sandinista tem votado junto com os Estados Unidos e contra a União Soviética e também junto com a União Soviética, contra os Estados Unidos. A Nicarágua age como país Não-Alinhado, totalmente livre e soberano. Hoje, temos uma política externa própria, ao contrário de antigamente quando tudo era ditado por Washington.

Recentemente Edén Pastora, o "Comandante Zero", se manifestou disposto a pegar em armas contra os atuais dirigentes sandinistas. Como você explica o episódio, considerando que ele foi um dos mais destacados líderes durante a derrubada da dinastia somozista?

— O "Comandante Zero" foi coberto de muita popularidade e carinho pelo povo da Nicarágua, em função da publicidade estran-



"Acreditamos que a revolução nicaraguense foi a primeira a ser feita com liberdade de imprensa"



"Temos uma política externa própria; não é como antes, quando era ditada por Washington"



geira que ele conseguiu. Acontece que ele nunca teve uma trajetória sandinista profunda, nunca teve muita clareza ideológica. Recebeu publicidade a nível mundial e isso despertou nele orgulho, soberba e ambição.

Logo que ele deixou o governo sandinista e saiu da Nicarágua o seu destino foi tentar se incorporar à guerrilha guatemalteca, mas os quatro movimentos guerrilheiros da Guatemala o rejeitaram logo nos primeiros contatos. A guerrilha se deu conta que "Zero" cultivava unicamente o desejo de progredir em sua ambição pessoal e individual.

Edén Pastora afirma que não há liberdade na Nicarágua de hoje...

— Ele unicamente está repetindo o que diz a senhora Kirkpatrick e os senhores Alexander Haig e Ronald Reagan. "Zero" está repetindo as calúnias feitas pelos inimigos declarados da Nicarágua. Se a sua ruptura com o governo tivesse sido provocada por divergências ideológicas, ele deveria procurar discuti-las com os outros membros da Frente Sandinista. Ao invés disso, aceitou trair a revolução. Edén Pastora optou por ficar contra tudo aquilo que lhe dera publicidade: a revolução da Nicarágua.

Uma das questões que o próprio "Zero" levanta é sobre o direito de greve no país...

— O que sucede é que os nicaraguenses estão agora num "estado de emergência", ameaçados pelo imperialismo norte-americano que não descarta nenhuma opção para aniquilar a Nicarágua: bloqueio econômico, bloqueio naval e invasão armada. O povo está em "estado de alerta" e este não é o momento ideal para se deflagrar uma greve que pare a produção do país. Seria colaborar com o inimigo...

O jornal nicaraguense "La Prensa", hoje identificado com a

direita, afirma que não há liberdade de imprensa no país...

— Fizemos nossa revolução com liberdade de imprensa, com jornais de oposição como o *La Prensa*, que todos os dias desfecha inúmeros ataques à revolução por meio de notícias facciosas, editoriais e caricaturas. E nos interessa bastante que essa seja uma revolução com liberdade de imprensa pois acreditamos que a revolução nicaraguense foi a primeira a ser feita com liberdade de imprensa.

A curto prazo, existe possibilidade de paz na América Central?

— Nós queríamos que os outros países da região que hoje não desfrutam de paz interna devido à luta armada, chegassem a ter a paz que existe na Nicarágua. Essa paz foi conquistada com muito sangue e com muito esforço.

Como você analisa o atual processo de El Salvador com a eleição do major D'Aubuisson?

— A guerrilha se mostrou invencível mas é difícil derrotar a ditadura do exército salvadoreño. Cremos que a solução para o povo de El Salvador terá que ser negociada de acordo com a proposta apresentada pela França e México...

Considerando a tensão em toda região centro-americana como você explicaria a situação interna da Nicarágua, diante das inúmeras tentativas de invasão, a partir de Honduras, feitas por ex-somozistas?

— Temos contínuas invasões de ex-somozistas a partir do território hondurenho. Entram na Nicarágua, assassinam, violam, torturam e depois regressam a seu "santuário" em território de Honduras. O governo e o povo nicaraguense tem que aguentar com muita paciência essas provocações porque não podemos cair na armadilha da guerra. Estamos certos de que essas provocações

são promovidas por um setor do exército sem o apoio do povo hondurenho.

E a situação econômica e social interna na Nicarágua de hoje?

— Os 50 anos de ditadura e muitos outros de maus governos somados a 400 anos de colonização espanhola provocaram muita desigualdade social que perdura até hoje na região. Mas se fez bastante em pouco tempo, apesar da grande pobreza com que tivemos que fazer esta revolução. Encontramos um país endividado, saqueado pelo somozismo, cidades e indústrias destruídas pelos bombardeios. Revolução significa dar felicidade ao povo; e fazer uma revolução com pobreza é quase um contra-senso, é como fazer milagres, e naturalmente muitos acreditavam que após o triunfo da revolução sandinista todos os problemas teriam que ser resolvidos imediatamente.

Estabelecemos os programas básicos: alfabetização, multiplicação das escolas, criação de centros de saúde gratuitos para toda a população e reforma agrária para dar terras aos camponeses que não as tinham. Nacionalizamos o sistema bancário para que não servisse a interesses particulares de uns poucos usuários, e se nacionalizou também o comércio exterior para que a entrada de divisas através das exportações não resultasse em benefícios para pequenos grupos.

No plano social, baixamos em 50% o preço dos aluguéis, aumentamos os salários, diminuímos também os preços dos produtos básicos da alimentação. Agora, mesmo que o petróleo aumente de preço no mercado internacional, os alimentos básicos não sobem de preço e nem o transporte urbano e coletivo. Tudo é subvencionado pelo Estado.

Como o capital privado reage hoje a essas medidas?

— Claro que há uma confron-



“Revolução significa dar felicidade ao povo; e fazer uma revolução com pobreza é quase um contra-senso, é como fazer milagres. Estabelecemos os programas básicos: alfabetização, multiplicação de escolas, centros de saúde gratuitos e reforma agrária”

tação. Muitos empresários estão de acordo com a revolução, mas alguns líderes políticos da propriedade privada são contra. Há uma classe de capitalistas que chamamos “burguesia vende-pátria”, que fugiu do país porque estava em sociedade com Somoza, respaldando todas as suas corrupções. O Estado, com mais impostos, limitou a ganância dessa gente mas não acabou com a propriedade privada. A revolução da Nicarágua quer um pluralismo político com economia mista. Ou seja, socialismo com propriedade social e privada.

Mas há uma confrontação, e nesse embate muitos publicaram declarações violentas contra os sandinistas e outros insuflaram os trabalhadores a pedirem aumentos salariais que inevitavelmente elevariam a inflação provocando a quebra econômica do país. Alguns deles foram presos: quatro milionários e alguns membros do Partido Comunista. Os Estados Unidos fizeram um grande escândalo em decorrência da prisão dos quatro milionários mas não falaram nada sobre os comunistas que também estavam detidos.



Como você justifica a prisão dos opositores?

— Eles não foram presos por expressarem os seus pensamentos e sim por colocarem em perigo a economia do país e por sabotar a revolução, que é sagrada e tem que se defender já que

centenas de milhares morreram por ela. Se novamente tivermos que encarcerar outros milionários não teremos dúvidas...

Qual o tratamento dado aos proprietários de terras?

— Nacionalizamos os bancos e o comércio exterior para que os

grandes proprietários não enriqueçam ilicitamente às custas dos pobres, através das exportações. Confiscamos todas as propriedades de Somoza, dos somozistas e de todos os que fugiram do país, e agora estamos confiscando toda propriedade improdutiva. Toda terra que está sem cultivo será confiscada.

Por que as greves estão proibidas?

— Na Nicarágua, não conseguiremos riquezas de outra maneira se não for com o aumento da produção. Nem com empréstimos, pois não teríamos como pagá-los, nem com doações, pois não temos quem nos dê. Só aumentaremos a riqueza do país a partir da produção das indústrias, dos campos e das fábricas. Só assim teremos mais roupa, mais cimento, mais produtos para o consumo da população. Nessas circunstâncias, parar uma fábrica que está produzindo cimento, roupas e outros produtos significa lutar contra o povo...

Qual o lugar que a revolução sandinista reserva às populações indígenas da Nicarágua?

— Temos um especial interesse pelo melhoramento das condições de vida de nossos índios. Fizemos a alfabetização em suas próprias línguas, e queremos que

eles progridam com a revolução moderna contemporânea sem perder sua cultura e sua identidade indígenas.

Havia uma população de pequenas comunidades indígenas junto à fronteira com Honduras, onde constantemente entravam somozistas e contra-revolucionários para assassinar, violar e assaltar, deixando os índios em contínuo terror. O Estado — com o consentimento dos índios — removeu o povoado para uma terra melhor e longe da fronteira, onde foram instaladas clínicas e escolas. Bem... aí, chegaram jornalistas, senadores e grandes personalidades dos Estados Unidos e Europa para conversar com os índios. Por último, chegou a Comissão de Direitos Humanos da OEA, convidada pelos sandinistas para que observassem o que foi feito para proteger a população indígena.

Acontece que duas agências de notícias com sede nos Estados Unidos — a *United Press International* e a *Associated Press* — manipularam as informações e deram uma enorme importância à transferência dos indígenas. Esqueceram que nos Estados Unidos os próprios *sioux* estão pleiteando nos tribunais de justiça para que não os tirem de suas terras, sem falar nos 9 mil índios *navajo*, do Arizona, que estão

sendo expulsos de seus territórios porque existe urânio nessas propriedades. Isso não é notícia nem para UPI nem para a AP. E eu fiz um poema que dizia que “a voz do poeta era também para desmentir as agências de notícias.”

Como poeta, qual a função que você atribui à poesia do nosso tempo e como sua poesia, particularmente, procura cumprir essa missão?

— A poesia do nosso tempo tem a mesma função da poesia dos profetas, que denunciavam a repressão e anunciavam uma sociedade justa. Isso eu faço na minha poesia. Me parece que na América Latina o poeta tem um papel importante nas mudanças sociais, muito semelhante ao papel da igreja, a verdadeira igreja de Jesus Cristo, a que está com os pobres...

Você acha que na evolução política do continente latino-americano a caminhada para o socialismo será irreversível?

— Creio que a ruína do capitalismo é que é irreversível. Creio também que terá que haver uma alternativa para o capitalismo e que cada país terá que encontrar o seu próprio caminho, o seu próprio rumo, a sua própria vida...



A guerra vista pela TV

COMUNICAÇÃO
EL SALVADOR

Relato de Rufus Jones — técnico de som de uma emissora de televisão norte-americana — extraído da revista Nacla — report on the americas (edição de novembro/dezembro de 1981), contando como os acontecimentos do conflito salvadorenho são “filtrados” pelos editores norte-americanos que cobrem a guerra nesse país da América Central. Podemos tomar como “verdadeiras” as informações veiculadas pelas transnacionais da comunicação?



O intérprete Gilberto Morán morreu na quarta-feira, 29 de abril de 1981. Quem acompanha os acontecimentos de El Salvador pela televisão jamais ficaria sabendo disso. Tampouco ficaria sabendo que cerca de 30 pessoas foram encontradas, torturadas e mortas com tiros na cabeça, disparados à queima-roupa, um dia desses, em San Salvador. Isto porque os diretores dos noticiários de TV decidiram que o público não está interessado no terror cotidiano que ameaça o povo de El Salvador. Muito melhor dar notícias abstratas acerca de assessores militares, de ajuda à população civil e fazer comparações entre regimes autoritários e totalitários: são coisas que não cheiram a sangue humano. E assim o terror promovido por nossos pretensos aliados pode passar despercebido.

“Bem-vindos a San Salvador”, diz o letreiro do aeroporto. Palavras menos frias do que as que recebi de um executivo de TV ao partir de Nova Iorque: “Até a volta, se é que você volta”. Ron, o *cameraman*, e eu, o encarregado do som, acabamos de chegar para fazer reportagens para um jornal de TV.

O chefe do escritório local faz o possível para garantir nosso conforto e segurança. “Nunca arriscamos a vida de nossos homens. Nunca saímos após o toque de recolher. Não há segredos neste escritório, todos sabem



exatamente o que está acontecendo. Se acharem que determinada missão é perigosa demais, podem recusar..." Etc, etc.

Na manhã seguinte, fazemos nossa primeira reportagem: os monstros que agem à noite. Os corpos das vítimas ficam espalhados ao acaso nas ruas de San Salvador — corpos de gente pobre, de esquerdistas, de sacerdotes, de intelectuais e de outras pessoas que tiveram a má sorte de serem apanhadas na rua após o toque de recolher.

Quase diariamente irei ver cenas desse tipo: dedos arrancados, costelas esmagadas, e sempre um rosto mutilado. Gargantas cortadas em golpes tão profundos que, quando se transporta o corpo, a cabeça pende de um ou outro músculo que sobrou. Qualquer pessoa pode matar, mas somente monstros são capazes de fazer um trabalho destes. Faço um esforço para ver e ouvir (e suportar o cheiro) de cada uma dessas atrocidades.

Notícias sobre a fauna local

Segundo nos diz o chefe do escritório local, aqui não há assuntos para reportagens. Ninguém quer saber da guerra ou dos cadáveres. Só estamos aqui porque as outras estações, nossas concorrentes, também estão. E se elas estão é que há boatos de apoio comunista às forças populares. As únicas reportagens consideradas de algum valor são sobre um ataque à embaixada americana, a morte de um assessor militar dos Estados Unidos, um golpe de direita ou a prisão do assassino das quatro missionárias norte-americanas. Alguém observa que só nos interessamos quando o cadáver é de cor branca ou de alguém que falava inglês.

Como não há reportagens, pedimos permissão para ir a um campo de refugiados nas proximidades. É com relutância que

... Dedos arrancados, costelas esmagadas, e sempre um rosto mutilado. Qualquer pessoa pode matar, mas somente monstros são capazes de fazer um trabalho desses...

... Segundo me diz o chefe do escritório local, ninguém quer saber de guerra ou de cadáveres, e que devemos filmar a natureza, porque o sujeito que seleciona as notícias adora pássaros...

... Percebo que, quando alguém diz algo em espanhol, não preciso preocupar-me com o som: sei que sua fala não irá ao ar...

nos dão a permissão, com a advertência de que "já fizemos mais de cem reportagens de refugiados; o público norte-americano não está interessado nessas coisas". Dizem-nos que, se quisermos fazer alguma reportagem que tenha alguma chance de ir ao ar, devemos subir ao vulcão San Salvador e filmar a natureza — os raios de sol infiltrando-se pelos ramos das árvores, pássaros exóticos — porque o sujeito que seleciona as reportagens para o noticiário das manhãs de domingo adora pássaros. Ficamos sabendo que a reportagem mais bem recebida até hoje sobre El Salvador foi uma que mostrava como as pessoas continuam a ir à praia em meio à guerra civil. Decidimos ir ao campo de refugiados.

Fico chocado com a miséria. Mal sabia eu que aquele era provavelmente o campo melhor organizado em El Salvador. Logo iríamos ver coisa bem pior. Mais tarde, tentamos persuadir o chefe a fazer uma reportagem sobre

o campo. Ele concorda em enviá-la aos Estados Unidos se escrevermos a narração. Escrevo o artigo mais moderado possível: existem no campo mais de 1.200 pessoas, das quais mais da metade são crianças; três médicos que prestavam assistência aos refugiados foram assassinados; e a atual diretora, uma freira, substituiu o hábito por roupas de passeio, para melhor esconder-se das balas dos terroristas de direita. É claro que a reportagem não foi ao ar.

Só em inglês, por favor

Nossa primeira reportagem com um apresentador é sobre a grande escassez de fertilizantes em El Salvador. Parece que, devido a algum lapso, o Departamento de Estado norte-americano esqueceu de incluir fertilizantes em seu pacote de ajuda econômica. Por causa disso, há uma escassez nacional justamente quando os grandes fazendeiros locais mais precisam de adubos.

Nossos entrevistados são um fazendeiro, dono de uma grande plantação de café, e sua esposa. Foram escolhidos unicamente com base no fato de que falam inglês e, portanto, podem oferecer aquilo que a TV norte-americana mais aprecia numa terra estrangeira: uma trilha sonora em inglês. Percebo que, quando alguém diz alguma coisa em espanhol, não preciso preocupar-me com a qualidade do som, pois sei que sua fala não irá ao ar. "Não se pode usar legendas nos noticiários", dizem. Ninguém liga para o fato de que isto impede o público norte-americano de ouvir os salvadorenhos mais representativos e eloquentes.

Dependurado na parede da espaçosa sala de estar, há um retrato do "vovô", ex-presidente da República. Rodeados de criadas, o fazendeiro e a mulher falamos de suas opiniões políticas: o ex-presidente Carter é um comu-

nista; José Napoleón Duarte, presidente de El Salvador, é um socialista; o programa de reforma agrária roubou-lhes a terra; e todo camponês dispõe dos meios de levar uma vida tão opulenta quanto a deles, vivendo na miséria somente por ignorância. Finalmente, convidam-nos a visitar seu jardim japonês. A reportagem faz grande sucesso na televisão.

Histórias de guerra à beira da piscina

O bunker do corpo de jornalistas é o hotel. Ninguém sai de lá, a não ser por motivos imperiosos. Consequentemente, nossa idéia do que está acontecendo e do perigo que corremos é altamente distorcida. Com efeito, o maior perigo que corremos é ficarmos bêbados e cairmos na piscina. Ainda assim, a cada anoitecer, o bar da piscina vai-se enchendo e começam as histórias de guerra. Fotógrafos bronzeados sentam-se na companhia de produtores executivos, de paletó e gravata, para trocar notícias sobre os perigos que nos ameaçam. O número de pessoas que afirmam que estavam no jipe quando o cameraman sul-africano, Pan Mates, foi morto é tão grande que Ron observa que não podia ter sido um jipe: devia ter sido um ônibus.

Há grande procura de camisas com os dizeres: "Periodista; ¡no dispare!" Vez por outra, acima do rumor da multidão, pode-se ouvir o matraquear de armas automáticas e a explosão de bombas — lembretes de que há uma guerra lá fora cuja cobertura ninguém está interessado em fazer.

O trabalho começa a virar rotina. Depois do café da manhã, sair para contar a nova fornada de mortos; a entrevista semanal com o presidente Duarte; fazer a ronda em frente à embaixada



norte-americana, na esperança de que a direita ou a esquerda — não importa qual — lance um ataque enquanto as câmaras estão rodando. Todo domingo, vamos à missa: sempre há a possibilidade de que alguém atente contra a vida do novo arcebispo.

Um "furo" macabro

Certo dia, trinta cadáveres são encontrados numa rua de Soyapango. Como a morte é a única indústria florescente, há grande concorrência entre as várias funerárias que disputam entre si os enterros. Somente uma das cadeias de TV chega ao local a tempo de filmar todos os corpos empilhados.

Ron e eu somos enviados a diversas funerárias para filmar os cadáveres que aguardam identificação. Surpreendo-me a pensar no que deve ocorrer a uma pessoa a quem vêm buscar no meio da noite. Quando batem à porta e chamam seu nome, você resiste, ou escolhe o caminho mais

fácil e sacrifica a vida do marido, da esposa, dos filhos, dos entes queridos? Claro que não. Você vai ter com eles sozinho. E quando cai sobre sua cabeça a enxurrada de golpes? Quando lhe amarram os polegares às costas, imobilizando-o? Quando lhe amarram uma venda sobre os olhos, mais negra que o negror da noite? E quando lhe enfiam um trapo de pano pela garganta, afogando até mesmo os seus gritos?

Uma pobre mulher localiza o corpo da filha enquanto filmamos. Sua dor me paralisa, me sufoca. Já não se trata de reportagem. A coisa é real, tão real quanto a mulher à minha frente, fitando o corpo mutilado da filha e gritando: "¡No es política!" Quer remover o corpo, e a funerária procura extorquir mais dinheiro. Por mais que ela lhes ofereça, não é bastante. Sem poder suportar mais aquilo, Ron e eu pagamos a diferença. Apesar de sua dor, ela nos agradece com

um fraco sorriso ao sair com o corpo da filha.

Naquela noite, ficamos sabendo que, por não termos filmado todos os corpos juntos, nossa reportagem não valeu. Durante os dois dias seguintes, há uma grande depressão entre os membros de duas cadeias de TV — não porque 30 vidas tenham sido destruídas, mas porque as outras cadeias “furaram” a notícia.

Notícias ao vivo

Constantemente, importunamos o chefe com pedidos de permissão para ir à frente de combate, embora todas as cadeias de TV tenham dito que não estão interessadas em fazer a cobertura da guerra. Geralmente, a manobra de Ron é fazer com que o chefe se ponha a falar de sua experiência no Vietnã, onde foi chefe do escritório de Saigon durante vários anos. Em meio às suas reminiscências, os olhos do chefe ficam vidrados e ele nos deixa fazer o que quisermos.

Geralmente vamos a Cuscatlán ou Chalatenango, ao norte de San Salvador. Em Cuscatlán, os militares alegam estar na ofensiva, obrigando as forças populares a abandonar suas posições no vulcão Guazapa e nas proximidades do lago Embalse Cerrón Grande. Na província de Chalatenango, o exército só controla a cidade de Chalatenango e, talvez, durante o dia, a estrada asfaltada que leva a San Salvador. Mesmo na cidade, as forças do governo estão sujeitas ao ataque noturno de franco-atiradores.

Passamos pelas estradas de barro, encontrando refugiados, vilarejos abandonados, acampamentos e unidades militares, até chegarmos a barricadas que não podemos transpor ou bloqueios de estrada onde a passagem nos é proibida. Para nossa proteção, o escritório da emissora nos forneceu uma carta, datada de qua-

... Filmamos soldados que descarregavam caminhões cheios de donativos de alimentos destinados aos refugiados...

... Sabemos que, no campo La Bermuda, o exército não só se nega a entregar-lhes os alimentos, como invade o campo, acusa alguns refugiados de serem esquerdistas e os fuzila...

... O video-tape dos soldados descarregando o caminhão é usado em outra reportagem sobre o apoio do exército à população...

tro meses antes, assinada pelo adido de imprensa dos militares de El Salvador, solicitando aos comandantes de campo que prestem assistência ao portador, representante da imprensa. Ao invés de nossos nomes, a carta menciona outro jornalista que já se foi há muito tempo. Invariavelmente, os oficiais lêem a carta com desdém, e na opinião de um certo comandante, todo jornalista deveria ser fuzilado. Ainda bem que ele constitui uma minoria. Escondemos a carta sempre que passamos por um local controlado pelas forças populares. É claro que não nos deram uma carta endereçada a eles.

Estamos sempre a vários quilômetros de onde se trava a verdadeira batalha. Em Suchitoto, quartel-general militar da província de Cuscatlán, filmamos soldados que descarregam caminhões cheios de donativos de alimentos das Nações Unidas e do Canadá, destinados aos refugiados. Um tenente salvadorenho, com treinamento em West Point, quer fa-

zer um apelo pessoal ao público norte-americano para que continue a ajudá-los. Quando ele termina seu discurso — “Precisamos de um maior número de apetrechos não letais, como foguetes para iluminar as ruas à noite, para que não tenhamos de matar tantos civis inocentes” — perguntamos-lhe por que o exército está armazenando as doações de alimentos. Ele responde que o exército precisa proteger os alimentos contra eventuais roubos dos esquerdistas e que, mais tarde, irão entregá-los ao campo de refugiados próximo, o *La Bermuda*. O oficial comandante gentilmente recruta alguns passantes para que possamos filmá-los enquanto os soldados entregam os alimentos aos “refugiados”.

Conhecemos *La Bermuda*, um campo miserável de 800 crianças famintas e talvez 400 adultos. Sabemos também que não só o exército se nega a entregar-lhes os alimentos como, vez por outra, invade o campo, acusa alguns refugiados de serem esquerdistas, arrastam-nos para fora e fuzilam-nos.

À noite, no escritório, revendo a filmagem, sugerimos que seria bom voltar a *La Bermuda* no dia seguinte com um repórter para ouvir as declarações do diretor do campo. Dizemos ao chefe que suspeitamos que o exército anda roubando as doações de alimentos. Depois de nos ouvir durante algum tempo, ele nos fita, sentado à mesa, e diz: “É bem possível que sim”. Nunca mais se fala em tal reportagem. O *video-tape* dos soldados descarregando o caminhão de alimentos é usado em outra reportagem sobre o apoio do exército à população de refugiados. O discurso do tenente é apresentado como se tivesse a autoridade do Evangelho.

Na volta de uma viagem a Morazán, tomamos uma estrada di-

ferente, julgando que talvez não tenhamos de nos desviar de tantas pontes destruídas. Sento-me no lugar de sempre, ao lado do chofer, aborrecendo-o com as minhas tentativas de falar espanhol.

Logo adiante, encontramos uma barreira guardada por dois membros da guarda nacional. Habitados a passar facilmente assim que os guardas reconhecem, pelos letreiros do caminhão, que somos da imprensa, mal diminuímos a velocidade. Ao passarmos, o guarda postado à minha direita gesticula desesperadamente, mandando-nos parar. Assim que saltamos do caminhão, ele corre para mim e se põe a gritar: "De onde você é?" Todo o corpo do homenzinho treme, de tão nervoso. Forçando no rosto o melhor sorriso, ponho-me a recitar: "United States, Estados Unidos..." O chofer intervém e lhe garante que eu sou norte-americano; só então o fuzil volta a se abaixar. Diz ele ao chofer em espanhol: "Um preto acaba de atirar na minha direção, e se parecia com este aqui".

Trinta milhas adiante, somos novamente detidos pela Guarda Nacional. Dessa vez, obrigam-me a ficar separado dos outros, com as mãos para cima. O oficial não entende bem o que está escrito em meu passaporte e declara que entrei ilegalmente no país. Um membro da guarda murmura entre-dentes: "¡Estos negros, me cago en ellos!" Mais uma vez o chofer intervém, desta vez fazendo uma piada, e deixam-nos partir. Durante o resto da viagem, vou sentado na carroceria do caminhão. Passamos mais duas barreiras sem incidentes.

Yo tengo miedo. É um medo que veio comigo da província de Morazán. Procuo examinar o conteúdo irracional desse medo. Eu tinha aceito a possibilidade objetiva de morrer, quase como consequência acidental da guerra

à minha volta, mas as hostilidades de hoje foram pessoais demais. Até agora, eu via na história dos jornais locais que investem contra soldados negros (leia-se cubanos) que lutam ao lado das forças populares, um exemplo divertido de propaganda anti-revolucionária.

Outros incidentes aos quais não tinha dado muita importância voltam-me à mente: o capitão de infantaria do vulcão Guazapa que me olha duas vezes, surpreso, e me diz que passou a manhã toda combatendo contra um negro; o modo curioso, embora amável, com que as pessoas me abordam na rua e me perguntam se sou cubano. Como se algum cubano fosse arriscar-se a caminhar tranquilamente pelas ruas de San Salvador!

Aproxima-se o fim de semana, o que significa que a elite local virá ao hotel para se reunir e beber. "Provavelmente é um guerrilheiro", dizem numa mesa próxima, lançando olhares hostis em minha direção. Esforço-me por não esquecer que eles detestam todo o corpo de jornalistas. Afinal, somos inferiores a eles socialmente. Finalmente, lembro-me do camponês do interior que pôs o braço moreno ao lado do meu e murmurou "*Lo mismo*" — e o meu medo diminui.

Manágua — refúgio bem vindo

Salvos! Vamos para a Nicarágua fazer a cobertura de uma *tournee* dos senadores norte-americanos Christopher Dodd e Thomas Eagleton, e do deputado Michael Barnes. Estar em Manágua é como estar de férias: nada de barreiras de estrada, nada de cadáveres na rua, nada de esquadrões da morte para bater insistentemente à nossa porta no meio da noite.

A chegada dos políticos norte-americanos é considerada matéria importante para uma reporta-



gem. Vêm editores de fora e reserva-se horário para transmissão por satélite. "Nenhuma reportagem é cara demais se consegue ir ao ar", diz o chefe. Pergunto-me se o oposto não é verdadeiro.

Nada de importante acontece durante a *tournee*. Dodd e Barnes mostram-se razoavelmente simpáticos às aspirações revolucionárias dos nicaraguenses, enquanto Eagleton é o protótipo do político, apertando mãos e beijando crianças sempre que a câmara está funcionando. "*¿No escuela today?*" pergunta ele. As crianças respondem com todo o inglês que sabem: "Hey you!"

Quando voltamos a San Salvador, é época de "Ibope" nos Estados Unidos, quando são eleitas as cadeias de TV com o mais alto

nível de audiência. Todas as estações filiadas estão enviando seus melhores correspondentes em busca de notícias sensacionais. Uma das equipes se mete pelo interior e é assaltada. Outra equipe fica justamente furiosa com o produtor que manda ligar uma luz operada à bateria solar, certa noite, durante um tiroteio cerrado, para poder focalizar melhor o seu famoso repórter.

"Jornalista, não atire!"

Após quatro semanas de El Salvador, finalmente recebemos nossos coletes à prova de bala. Tínhamos providenciado, nós mesmos, a compra e remessa de uma loja de Nova Iorque, e o escritório da TV levará quatro semanas para liberá-los das mãos dos militares salvadorenos. A tarde, ouvimos no rádio a notícia de um tiroteio em Soyapango. Antes de nos pormos a caminho, passamos no hotel para apanhar os coletes. De início, nos dizem que dois coletes são suficientes para um caminhão com quatro pessoas. Era uma maneira sutil de dizer que não precisávamos nos preocupar em proteger com coletes o nosso chofer e o tradutor, ambos salvadorenos. Partimos com quatro coletes.

Soyapango é rodeada de colinas altas, cobertas de mato denso. A estrada que leva à cidade foi cortada por entre esses morros, que se erguem de ambos os lados — lugar perfeito para uma emboscada.

Ao chegarmos, vemos uma pequena unidade da guarda nacional agachada atrás de seus veículos. Ao longe, ouvem-se tiros esporádicos. Uma equipe de *free lancers* salvadorenos chegou antes de nós, e esperam-se outros jornalistas. Um verdadeiro pavilhão de imprensa, completo, com bandeira branca e tudo mais, é instalado por trás da po-

...Grande parte da fuzilaria parece vir do morro em frente, onde supostamente o inimigo não poderia estar, e é dirigida ao local onde está a imprensa...

... O fogo prossegue e a guarda nacional lança um ataque na direção oposta àquela de onde vêm os tiros...

... No hospital, alguém menciona que o fotógrafo salvadorenho ferido alega ter sido alvejado por membros da guarda nacional. Essa instituição jamais escondeu sua hostilidade em relação à imprensa...

sição dos soldados, no outro lado da estrada. Ron e eu estamos filmando os soldados quando a fuzilaria pesada começou.

Do lugar onde eu estava (sob um jipe, no lado da estrada oposto ao do "pavilhão" da imprensa), grande parte da fuzilaria parece vir do morro em frente, onde supostamente o inimigo não poderia estar, e é dirigida ao local onde está a imprensa. Nosso chofer está atendendo um jornalista norte-americano que parece ter recebido um ferimento superficial.

O fogo prossegue, e a guarda nacional lança um ataque na direção oposta àquela de onde vêm os tiros. Nossa opção é segui-los ou voltar para o local da imprensa, que ainda se encontra sob fuzilaria. Corremos atrás dos soldados da guarda nacional, deixando-os na primeira oportunidade para juntar-nos a uma unidade do exército regular.

Ao anoitecer, descemos das colinas. No caminho, passamos

por um comandante da guarda nacional que reinicia o antigo estribilho, desta vez em espanhol: "De onde você é? De onde você é?" Convencido de que não sou cubano, informa-nos de que um membro do destacamento da imprensa foi morto e dois ficaram feridos. No caminho de volta ao hotel, ficamos sabendo os nomes do morto e dos feridos. Joaquín Zúñiga e George Thurlow foram feridos. O morto é Gilberto Morán, salvadorenho. Tinha sido contratado como intérprete dois dias antes por Thurlow.

Finalmente, uma vítima norte-americana

O entusiasmo que despertamos no escritório de imprensa logo se transforma em decepção à medida que vamos assistindo ao *video-tape* do incidente. Cometêramos o erro de filmar a guerra ao invés de filmar o norte-americano ferido. Como nos disse o chefe: "Vocês tentaram, mas não acertaram na mosca"

Não tendo acertado na mosca, somos imediatamente enviados de volta para entrevistar George Thurlow. O paciente, porém, acaba de ser operado e não pode ser perturbado. Isto não impede que o nosso repórter tente convencer o pessoal do hospital a deixá-lo filmar o corpo inconsciente de Thurlow.

No hospital, conversamos com outros membros da imprensa que estavam no local durante a fuzilaria. Alguém menciona que Joaquín Zúñiga, o fotógrafo salvadorenho ferido, alega ter sido alvejado por membros da guarda nacional. Essa instituição jamais escondeu sua hostilidade em relação à imprensa, e naquela semana talvez tivesse um motivo especial para nos detestar. Acabava de ser noticiado que o governo salvadorenho conhece a identidade dos matadores das

quatro religiosas norte-americanas. Além disso, sabe-se que os assassinos não são policiais do Tesouro, como se pensava, e sim membros da guarda nacional. (Algumas semanas depois, esta notícia era confirmada.)

No dia seguinte, assistimos pela tevê a reportagem sobre o incidente, mandada ao ar por uma emissora norte-americana. Como já esperávamos, quase só se falou do fato de George Thurlow ter sido ferido. Os nomes de Gilberto Morán e Joaquín Zúñiga nem chegaram a ser mencionados.

A reportagem foi anunciada como sendo o relato em primeira mão de determinado repórter que “estava na frente de batalha” com os militares. A verdade é que esse repórter estava a mais de 30 quilômetros de distância, no hotel, quando o tiroteio ocorreu. Todos em nosso escritório garantem que informaram Nova Iorque que a equipe tinha ido sozinha — e como eles podiam ter cometido um erro daqueles!

No dia seguinte, o tal repórter recebe um “herograma” de Nova Iorque e um telefonema de um vice-presidente da estação de TV dizendo que ele está arriscando demais a vida. Daí em diante, o repórter nos evita.

No fim de semana, é o enterro de Gilberto Morán. Somente Ron e alguns motoristas e intérpretes salvadorenhos comparecem representando o contingente da imprensa. No dia seguinte, há um jogo de vôlei disputado entre a imprensa e a guarda de fuzileiros da embaixada. Fornecem-nos transporte gratuito, dizendo-nos que é importante que o pessoal do nosso escritório esteja presente.

A volta

É hora de partimos — antes que a nossa sorte se acabe. Tínhamos inicialmente concordado em passar três semanas em El



Salvador. Estamos já no fim da quinta semana, e ainda nos perguntam: “Não querem ficar mais alguns dias?”. Não importa: vamos embora na segunda-feira. Pensando melhor, iremos na quinta-feira.

Começava a chover. Ótimo para as forças populares. As nuvens baixas e espessas atrapalham a força aérea. As estradas de barro ficarão intransitáveis, e o exército perderá sua mobilidade.

O chefe do nosso escritório quer algumas cenas aéreas para reportagens acerca da estação das chuvas. Voamos num avião de seis lugares. Fico maravilhado com a beleza deste país — os vulcões, os rios, os campos que se estendem por muitos quilômetros. Parece que estamos livres da guerra. O avião faz dois, três, quatro vôos rasantes sobre a ponte do rio Lempa. Da quarta vez, alguém abre fogo com uma metralhadora. Ao aterrissarmos, encontramos três furos de bala no nariz do avião. Ron jura que

aqueles furos não estavam ali quando partimos. Eu não os tinha notado. O piloto se afasta em silêncio.

Em tempo: Depois que este artigo foi escrito, o campo de refugiados de *La Bermuda* foi destruído pelo exército. As pessoas que lá estavam fugiram ou foram encarceradas.

Depois da morte de Gilberto Morán, sua família fugiu para Honduras. A polícia salvadorenha seguiu-os até lá, revistaram-lhes a casa e acusaram Gilberto de ter colaborado com as forças populares. A família foi submetida a esses vexames, apesar de ter recebido pêsames pessoais do presidente Duarte pela morte do filho “nas mãos dos guerrilheiros”. A esposa, a filha e dois irmãos mais jovens de Gilberto Morán estão atualmente nos Estados Unidos, onde solicitaram asilo político.

A Ponte de Ouro, sobre o rio Lempa, que liga as províncias do leste ao resto do país, foi destruída pelas forças populares. ●

NOVO
ITINERÁRIO
DA
aeronica



México

San Salvador

Manágua

San José

Panamá



A única
que lhe permite
33 quilos
de bagagem

N
aeronica
PRESTATIVA, ALEGRE E ECONÔMICA

A grave crise econômica mundial, segundo as informações veiculadas pelas nações ocidentais — alarmadas com a inflação e o desemprego —, é fruto da política da Opep. Não será isso um mito criado pelos próprios países ricos?

Pablo Piacentini



Os mitos do petróleo

Os dirigentes políticos e da área econômica das potências capitalistas, em guerra com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) desde que esta se atreveu a fixar por si mesma o preço do óleo cru, conseguiram forjar uma imagem que associa a inflação e o desemprego em seus países aos preços do petróleo.

Presidentes e ministros de aparência respeitável, empresários e economistas influentes participaram, como se fossem especialistas, de inúmeras reuniões e conferências a fim de demonstrar tais relações.

Divulgadas pela imprensa do sistema transnacional, suas acusações atingiram o objetivo. Foi imposta à opinião pública a crença de que cada alta do petróleo era um ato irresponsável que se traduzia num automático agravamento da crise econômica mundial, num impulso à recessão, assim como em inflação e desemprego galopantes tanto nos países industrializados como no Terceiro Mundo.

Tomemos um exemplo dessa atitude. "A alta brutal e arbitrária dos preços do petróleo foi uma das principais causas que levaram as taxas de inflação e desemprego a níveis sem precedentes desde os anos 30". Essas palavras foram pronunciadas pelo então secretário de Estado Henry Kissinger, durante a conferência Norte-Sul de Paris, em 1976.

Não foi uma reação imediata aos grandes aumentos de 1973, e sim uma acusação formulada três anos depois, quando esse processo havia sido analisado e se conheciam perfeitamente as verdadeiras projeções econômicas dos preços do petróleo.

A situação que agora se apresenta no mercado petrolífero é inversa à de 1973.

Inflação e desemprego

O consumo mundial de petróleo, que já havia baixado em 1980, diminuiu repentinamente durante o segundo semestre de 1981 e o primeiro trimestre de 1982. Ao mesmo tempo, os preços baixaram consideravelmente.

Isso significou que durante nove meses as potências ocidentais adquiriram muito menos quantidade de óleo cru do que nos anos anteriores e a preços mais baixos. E, durante esse tempo, a inflação alcançou os níveis mais altos dos últimos tempos. O desemprego foi tanto ou mais catastrófico.

Em 5 de março deste ano, na reunião da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os 24 países capitalistas desenvolvidos, foi dada a informação de que a taxa de desemprego era alarmante: atingia 26 milhões de pessoas nos países membros da OCDE, o que significa oito por cento da força de trabalho; e calculou-se que continuaria aumentando até chegar a 28,5 milhões no final de 1982.

Semanas mais tarde, foram divulgados os dados relativos ao desemprego nos Estados Unidos no mês de março. Desde o pós-guerra, as coisas nunca estiveram piores para os norte-americanos. Nesse mês a falta de emprego chegou à marca recorde de nove por cento, atingindo 9,9 milhões de pessoas.

Isso não era tudo. Havia, ao mesmo tempo, 5,7 milhões de trabalhadores forçados a reduzir seus horários e 1,3 milhão de "desanimados", como são chamados aqueles que renunciaram à procura de trabalho e já nem sequer são registrados nas listas de desempregados.

O problema do desemprego é quase crônico nos Estados Uni-

dos (ver Quadro 1). Mas o que importa ressaltar aqui é que essa espiral ocorreu no mesmo momento em que esse país atravessava a melhor situação petrolífera dos últimos tempos.

Enquanto as importações de óleo cru diminuam substancialmente, cresce a produção interna do combustível e os preços do petróleo eram reduzidos, a falta de emprego passou de 7,2% em julho de 1981 para 9% em março de 1982.

Para avaliar a relatividade da influência do petróleo nesses processos e comprovar a falsidade das afirmações sobre seu caráter determinante na crise econômica, vamos comparar três países que apresentam situações diferentes nesse campo: os Estados Unidos, terceiro produtor mundial de petróleo, mas que importa uma parte de seu consumo e que foi o líder da campanha anti-Opep desde 1973; a Grã-Bretanha, que é o único país exportador de petróleo da Comunidade Econômica Européia (CEE); e o Japão, que por não produzir, importa todo o petró-

QUADRO 1

Taxa de desemprego nos Estados Unidos	Em porcentagem da população civil ativa
1973	4,7%
1974	5,4%
1975	8,3%
1976	7,5%
1977	6,9%
1978	5,9%
1979	5,7%
1980	7,0%
Julho de 1981	7,2%
Março de 1982	9,0%

leo que consome, além de ser carente de fontes alternativas a ponto de ser classificado como país de "energia zero".

Se a tese ocidental fosse correta, a economia japonesa teria experimentado as consequências mais negativas, a norte-americana se veria às voltas com problemas de média importância e a britânica não teria dificuldades.

Ocorre exatamente o contrá-

rio: desse trio, a Grã-Bretanha sofre a crise mais profunda, seguida dos Estados Unidos; e o Japão é, dentre todas as potências industriais, a que teve o mais rápido crescimento econômico (ainda que a um ritmo mais lento que nos anos anteriores), enquanto a inflação e o desemprego foram inferiores aos de outros países da OCDE.

De fato, a economia japonesa atravessou ileso esse período de recessão e somente no último trimestre de 1981 seu crescimento foi menor. O aumento do seu Produto Nacional Bruto (PNB) foi de 5,9% em 1979, de 4,2% em 1980 e 2,9% em 1982. Isso significa que, embora lento em relação à enorme expansão dos anos 60, o Japão continuou crescendo enquanto a maior parte dos seus aliados estacionou ou quase chegou a isso (ver Quadro 2).

Por outro lado, o Quadro 3, relativo à inflação, mostra o Japão entre as melhores posições do grupo. A potência japonesa teve um forte déficit de 10,8 bilhões de dólares em seu balanço

QUADRO 2

Crescimento do PNB/PIB real nos sete principais países da OCDE
Porcentagens de variação em relação ao semestre precedente, taxas anuais

	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Estados Unidos	7.5	2.2	-1.0	-2.4	-4.3	6.8	6.1	2.8	7.0	5.1	4.2	5.5	2.8	1.7	-0.9	-0.5
Japão	13.2	0.8	-4.6	3.7	0.1	5.8	5.8	3.8	6.8	3.9	5.8	4.9	6.0	5.1	4.3	3.4
Alemanha	7.6	1.1	1.5	-2.6	-3.8	3.5	7.5	2.7	3.3	2.1	3.7	4.8	4.2	4.5	2.6	-2.3
França	6.6	2.9	4.6	0.8	-1.7	3.4	6.4	4.6	3.2	1.4	5.3	3.0	2.8	5.2	0.7	-0.1
Reino Unido	15.5	-2.8	-2.2	2.6	-2.7	0	6.8	3.4	-1.8	4.2	4.7	0.8	2.3	0.3	-1.9	-1.8
Itália	5.2	13.0	4.4	-4.3	-6.1	2.1	8.1	5.3	2.0	-1.7	3.9	4.7	4.5	5.8	7.4	-4.3
Canadá	9.8	5.0	5.0	-0.6	0.7	3.9	8.7	1.0	2.4	2.7	3.9	4.3	2.3	3.1	-2.2	1.5
Total	8.9	2.2	-0.2	-0.8	-3.1	4.8	6.5	3.3	4.8	3.5	4.5	4.6	3.5	3.1	0.9	-0.3

Fontes: Não estando disponíveis as contas nacionais semestrais, de acordo com as definições padronizadas do Sistema de Contabilidade Nacional OCDE - Nações Unidas, os dados que figuram neste quadro foram levantados a partir das seguintes publicações nacionais:
Estados Unidos: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Survey of Current Business*, Departamento de Comercio, Washington, D. C.; Japão: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Economic Statistics Monthly*, Banco do Japão, Tóquio; Alemanha: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Suppléments Statistiques des rapports mensuels de la Deutch Bundesbank*, Frankfurt; França: PIB ao preço do mercado. Fonte: *Institut National de la Statistique et des Etudes Économiques* (INSEE), Paris; Reino Unido: PIB ao preço do mercado. Fonte: *Monthly Digest of Statistics*, Central Statistical Office, Londres; Itália: PIB ao preço do mercado. Fonte: *Istituto Nazionale per lo Studio della Congiuntura* (Iscro), Roma; Canadá: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Comptes Nationaux des revenus et des dépenses*, Statistique Canada, Ottawa.

de pagamentos de 1980, mas, no ano seguinte, teve um superávit de 4,7 bilhões de dólares.

Apesar do Japão importar todo o seu petróleo, sua balança comercial para o ano financeiro de abril de 1981 a março de 1982, deu um excedente de 9,2 bilhões de dólares. Nessa balança, a diminuição do valor das importações de petróleo foi somente de -2,1%. Isso quer dizer que ele foi um dos países da OCDE que menos reduziu suas aquisições de óleo cru. E como o petróleo que compra é pago em dólares (que se supervalorizaram em relação ao *yen*), para o Japão, o preço unitário do petróleo aumentou.

E, no entanto, o país apresentou a economia mais brilhante do grupo, em relação ao desemprego. Este, como se sabe, castiga de preferência as camadas jovens da população.

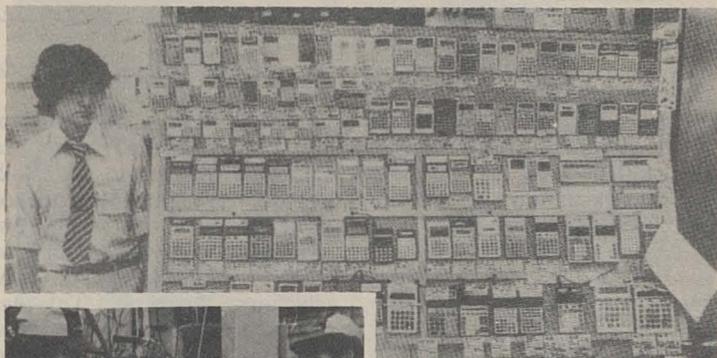
Segundo dados da OCDE, em fins de 1981, a falta de emprego entre as pessoas de 14/15 a 24 anos era a seguinte nos seis maiores países industriais:

Itália	27%
Grã-Bretanha	20%
França	18%
Estados Unidos	14%
Alemanha Federal	7%
Japão	5%

É interessante observar que essa vantajosa situação não se verificou somente durante a crise. No quadro 4 pode-se ver o com-

QUADRO 3

Preço no consumo								
Porcentagem de variação em relação ao ano precedente								
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Estados Unidos	6.2	11.0	9.1	5.8	6.5	7.7	11.3	13.5
Japão	11.7	24.5	11.8	9.3	8.1	3.8	3.6	8.0
Alemanha	6.9	7.0	6.0	4.5	3.7	2.7	4.1	5.5
França	7.3	13.7	11.8	9.6	9.4	9.1	10.8	13.6
Reino Unido	9.2	16.0	24.2	16.5	15.8	8.3	13.4	18.0
Itália	10.8	19.1	17.0	16.8	18.4	12.1	14.8	21.2
Canadá	7.6	10.8	10.8	7.5	8.0	9.0	9.1	10.1
Total	7.5	13.3	11.0	8.0	8.1	7.0	9.3	12.2



Apesar do Japão importar todo o petróleo de que necessita e não ter fontes alternativas de energia, foi o país da OCDE que apresentou os melhores índices econômicos tanto no que se refere às suas exportações de produtos industrializados quanto às taxas de inflação e desemprego.

QUADRO 4

Taxas de desemprego padronizadas nos 7 principais países da OCDE

(Em porcentagem da população ativa total)

	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Estados Unidos	4.4	3.6	3.7	3.4	3.4	4.8	5.7	5.4	4.7	5.4	8.3	7.5	6.9	5.9	5.7	7.0
Japão	1.2	1.3	1.3	1.2	1.1	1.1	1.2	1.4	1.3	1.4	1.9	2.0	2.0	2.2	2.1	2.0
Alemanha	0.3	0.2	1.3	1.5	0.9	0.8	0.9	0.8	0.9	1.6	3.7	3.7	3.7	3.5	3.2	3.1
França	1.5	1.8	1.9	2.6	2.3	2.4	2.6	2.7	2.6	2.8	4.1	4.4	4.7	5.2	5.9	6.3
Reino Unido	2.3	2.3	3.4	3.4	3.1	3.1	3.7	4.1	3.0	2.9	3.9	5.5	6.2	6.1	5.7	7.4
Itália	5.3	5.7	5.3	5.6	5.6	5.3	5.3	6.3	6.2	5.3	5.8	6.6	7.0	7.1	7.5	7.4
Canadá	3.6	3.3	3.8	4.4	4.4	5.6	6.1	6.2	5.5	5.3	6.9	7.1	8.0	8.3	7.4	7.5
Total	2.8	2.6	2.9	2.9	2.7	3.2	3.7	3.8	3.4	3.7	5.4	5.4	5.4	5.1	4.9	5.6

portamento relativo das seis maiores potências ocidentais num período longo: de 1965 até 1973, o Japão foi o país que apresentou menor desemprego, depois da Alemanha Federal; depois de 1974, ou seja, depois das altas do petróleo, passou ao primeiro lugar superando a Alemanha Federal que, embora importe petróleo, é produtor de carvão e portanto se encontra em melhor situação nesse campo.

A crise britânica

Demonstrado o melhor comportamento econômico do maior importador de petróleo, passemos agora a analisar o caso oposto, a Grã-Bretanha.

Das suas jazidas do mar do Norte, a Grã-Bretanha extraiu em 1980 cerca de 1,6 milhão de barris diários, o que representou cinco por cento do petróleo não-produzido pela Opep.

O Reino Unido, portanto, não tem problemas com o combustível.

Porém, vemos nos quadros aqui expostos que foi o país mais atingido pela recessão. Um índice de desemprego altíssimo, elevada inflação e estagnação no ritmo de crescimento.

A esses indicadores deve-se acrescentar uma série de falências empresariais, um volumoso déficit fiscal e outros fatores que fizeram o velho império conhe-



Margaret Thatcher jurou conter a inflação, fenômeno que os economistas já não podem explicar usando o desgastado argumento do petróleo

cer a pior crise econômica desde a última guerra mundial.

Em meio a este quadro sombrio, a única relativa melhora se conseguiu em março de 1982, quando foi registrado o menor aumento inflacionário em um mês desde que, em meados de 1979, a primeira-ministra conservadora Margaret Thatcher chegou ao governo, jurando acabar com uma inflação que, ao contrário, continuou aumentando.

Porém, a projeção dos dados de março numa base anual nos daria uns dez por cento no ano de 1982. Estaríamos, portanto, longe de ter liquidado um fenômeno inflacionário que, para os economistas ingleses, deve ser uma incógnita apaixonante já

que não podem justificá-lo, nem parcialmente, com o desgastado argumento do petróleo.

As poupanças do Tio Sam

A superpotência norte-americana é, de longe, o principal consumidor de óleo cru e se a Opep pôde pôr em prática a sua política de alta desde 1973, isto se deve precisamente à contínua expansão da demanda provocada pelo seu comportamento energético esbanjador.

Os Estados Unidos consomem 25% da energia mundial, enquanto sua população só representa cinco por cento do total do planeta.

Depois da União Soviética e da Arábia Saudita, os Estados Unidos são o terceiro produtor mundial (8,5 milhões de barris diários em 1980). Mas é tal o seu volume de consumo que acabam sendo, ao mesmo tempo, o primeiro importador mundial de petróleo.

Os governos norte-americanos, republicanos ou democratas, que responsabilizam exclusivamente a Opep pelos problemas das economias ocidentais, só há dois anos é que se decidiram, junto com seus aliados, a pôr em prática medidas de economia de combustíveis e a impulsionar o desenvolvimento de fontes alternativas.

O resultado foi uma queda das importações de dez por cen-



Um dos motivos da atitude britânica na questão das ilhas Malvinas pode ter sido o potencial petrolífero do arquipélago reivindicado pelos argentinos

to em princípios de 1981. Em 1982, também houve uma redução: de 16,5 milhões de barris diários em fevereiro do ano passado baixou para 16 milhões, isto é, 3,1% menos em fevereiro deste ano.

Os Estados Unidos têm uma vantagem em relação aos seus aliados: pagam o petróleo em sua própria moeda, de maneira que o barateamento se dá diretamente. Neste caso pode-se avaliar de maneira relativamente fiel o processo da baixa tanto do preço quanto da quantidade do óleo cru.

Em termos de desemprego, já vimos qual é o quadro; o pior vivido pela superpotência desde a grande recessão dos anos 30. Vejamos, agora, a questão do PNB nos meses desse excepcional período para os importadores de petróleo.

Durante o último trimestre de 1981, o PNB diminuiu em 4,7% (em taxa anual) e no primeiro trimestre de 1982 tornou a cair 3,9%. Estas são taxas muito altas, típicas de um quadro recessivo.

Em termos monetários, a atividade econômica real diminuiu em 18 bilhões de dólares em 1981.

No mesmo ano, o déficit comercial foi de 12 bilhões de dólares. E no primeiro trimestre de 1982, o déficit foi de 8,6 bilhões de dólares em relação ao mesmo período de 1981.

O déficit comercial dos Estados Unidos é um grave fenômeno que não parece parar. Em março de 1982, em relação ao mês precedente, as importações aumentaram 6,7% e as exportações caíram 0,5%.

Outro expressivo indicador da crise são as falências de empresas. Segundo o instituto *Dun and Bradstreet*, nas primeiras 14 semanas de 1982, as falências aumentaram 55% em relação ao mesmo período de 1981. E, nesse ano, já se tinha registrado um aumento de 42,5% em relação às primeiras 14 semanas de 1980.



O consumismo e a sofisticação tecnológica dos Estados Unidos são de tal ordem que, mesmo sendo o terceiro produtor mundial de petróleo, a superpotência detém o primeiro lugar nas importações de óleo cru: sua população (5% do total do planeta) consome 25% da energia mundial

Foi precisamente nesse mês de março de 1982 que as importações de petróleo caíram para o nível mais baixo desde maio de 1975, a uma média de 4,63 milhões de barris diários. Se compararmos com a média de 1981 — calculada em 6,13 milhões —, nos deparamos com uma queda fora do comum das importações, próxima dos 25%.

Já que vale a pena deter-se um pouco mais no caso norte-americano, vejamos aqui também a projeção da queda dos preços do óleo cru.

Durante grande parte dos nove meses analisados, o barril de petróleo no mercado livre esteve cinco ou mais dólares abaixo do preço de referência da Opep.

Levantemos uma hipótese. Os 6,13 milhões de barris diários a 34 dólares totalizam 208 milhões de dólares. Os 4,63 milhões a 29 dólares somam 134 milhões. Temos uma economia de 74 milhões de dólares por dia e uma porcentagem de menos 36%.

O último aspecto a considerar é o da inflação. Leve-se em conta que o objetivo principal de uma política recessiva é diminuir a inflação e que o governo Reagan aplicou em profundidade uma política recessiva. Nos Estados Unidos os preços ao consumidor em 1980 aumentaram 13,6% e, no ano seguinte, 10,4%. Um resultado certamente insuficiente.



Um expressivo indicador da crise nos EUA é o seu déficit comercial, resultado da política recessiva de Reagan

Só recentemente, no primeiro trimestre, a inflação começou a estancar. Em março de 1982, os preços ao consumidor baixaram 0,3%, registrando-se a primeira queda efetiva em muitos anos. Projetados estes dados a todo o ano de 1982, calculou-se uma inflação de aproximadamente três por cento.

Este era o único (e muito caro) fruto que a administração norte-americana podia exibir. Isto é, uma inflação do tipo da japonesa. E muito inferior à da Grã-Bretanha, a única nação petrolífera do grupo.

O dólar nas nuvens

Se, do exame da situação dos três casos, quiséssemos tirar um

paradoxo ou exagerar (como costumam fazer os responsáveis das potências capitalistas), se poderia levantar a tese de que o preço do petróleo não tem nada a ver com a inflação ou que, pelo contrário, sua baixa é um fator inflacionário e que provoca o desemprego. É claro que não é assim. Mais adiante examinaremos o problema.

Neste período, se deu paralelamente um outro processo: a alta do dólar em relação às demais moedas. Já que se afirmou que a supervalorização do dólar foi tão nociva quanto o aumento do petróleo, analisemos esse aspecto.

Os Estados Unidos saíram beneficiados, como vimos, já que compram o petróleo em sua própria moeda. Mas, por sua vez, as exportações norte-americanas ficam encarecidas e perdem competitividade. Este é um dos fatores que pesa no déficit comercial dos Estados Unidos.

Porém, analisado o problema do ponto de vista dos demais países, o efeito é catastrófico. Todas as importações efetuadas em dólares sobem de preço e este se torna um fator que provoca o déficit.

Seria possível argumentar que o efeito oposto compensa. Mas não é assim. Na competitividade das exportações, o preço não constitui o único fator e um país pode lançar mão de vários recursos, inclusive subsídios, para au-



Os Estados Unidos têm uma vantagem em relação aos seus aliados: pagam o petróleo em sua própria moeda. Mesmo assim, a superpotência vive a pior crise do desemprego desde os anos 30

mentar a concorrência de seus produtos no exterior.

Em troca, o problema das importações é menos elástico quando se trata de uma súbita e forte alta do dólar, a primeiríssima moeda nas transações internacionais.

Por exemplo: os países europeus reduziram substancialmente o volume de suas compras de petróleo e, no entanto, o preço das mesmas foi mais alto que antes.

Na Itália, por exemplo, as importações do produto baixaram 12% em janeiro/fevereiro de 1982, em relação a igual período do ano anterior. Nesse ínterim, o preço da tonelada de petróleo baixou de 259 para 253 dólares.

Mas no mesmo período a lira se desvalorizou 27% em relação ao dólar. Isto é, para os italianos, o custo aumentou. Observe-se a evolução do custo da tonelada no primeiro trimestre de 1982, enquanto o preço do petróleo descia no mercado:

janeiro	317 mil liras
fevereiro	323 mil liras
março	328 mil liras

O caso da França é semelhante: o franco representava 4,96 por dólar em fevereiro de 1981 e a desvalorização o levou para 6,1 em fevereiro de 1982.

Portanto, esse país, que em janeiro/fevereiro de 1982 tinha efetuado uma forte redução de suas importações de petróleo (13,4%) sofreu, apesar disso, um aumento de 10,12% no custo.

Nesse período, portanto, o barateamento do preço do petróleo foi contrabalançado pela alta do dólar, que se tornou um fator concreto dos déficits comerciais.

O efeito real

Os estadistas como Kissinger sabem perfeitamente que exageraram as influências das cotações do óleo cru.

Um aumento de dez por cento do preço do petróleo se traduz, na área da OCDE, em um



As potências capitalistas, que se dizem preocupadas com as calamidades do Terceiro Mundo (fome, desnutrição, mortalidade infantil etc.), não aceitarão — a menos que sejam forçadas — a modificação das relações que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres

aumento de 0,1% dos preços ao consumidor.

Ou seja, a duplicação não contribui com mais do que um por cento de inflação. Descontese um por cento de cada um dos países do quadro 3 e se verá que a situação pouco muda. Os países de inflação alta continuarão com inflação alta.

Fique claro que este dado não provém da Opep e sim da insuspeitável OCDE (ver *Perspectives Economiques*, nº 25, que é uma publicação desta organização).

Trata-se de um efeito pouco significativo nos países ricos. E apesar de ser objeto de um estudo ao alcance de todos, este dado é virtualmente desconhecido do público.

Isto se deve ao fato de que dirigentes dos países capitalistas e os meios de imprensa do sistema transnacional se lançaram numa campanha ensurdecadora que repetiu de mil maneiras os mesmos conceitos da citação de Kissinger que utilizamos.

Frente a essa evidência, ao se analisar porque se exagerou a tal ponto esse assunto, caberia deduzir, em princípio, que o fizeram por ignorância ou para, deliberadamente, distorcer o efeito da alta.

Deve-se descartar a ignorância, pelo menos quanto aos dirigentes de governos que têm à sua disposição todas as informações e análises necessárias.

Fica a hipótese da deformação deliberada, que é mais compreensível e que se explica por uma razão substancial.

A economia capitalista das metrópoles se desenvolveu baseada no controle da demanda das matérias-primas que consome. Esse controle determinou que as potências industriais obtivessem matérias-primas baratas e nas quantidades desejadas.

Esse processo está na base da deterioração dos termos do intercâmbio entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, com grave prejuízo para estes úl-

QUADRO 5

Preços nominais e reais do petróleo bruto

Em dólares/barril

	Preço do petróleo (1)	Preço real do petróleo (2)
1953	1,53	2,24
1960	1,85	2,13
1970	1,80	1,80
1972	2,46	2,16
1973	3,29	2,42
1974	11,58	6,81
1975	10,72	5,61
1976	11,51	5,97
1977	12,40	5,96
1978	12,70	5,36
1979	16,97	5,63

(1) Petróleo da Arábia Saudita
(2) Preços nominais do petróleo por barril deflacionados pelo índice de preços na exportação dos países industrializados (base 1970)

timos. E não cabe nenhuma dúvida aritmética, econômica ou lógica, que os termos desse comércio desigual (que vê aumentar constantemente a relação entre matérias-primas desvalorizadas e bens industriais encarecidos) é o causador dos principais males que afligem o Terceiro Mundo.

Esses males se chamam dívida externa, incapacidade de investir em desenvolvimento, déficit comercial, perda do poder aquisitivo dos setores mais desfavorecidos da população.

E a consequência física desse abismo que se alarga entre países ricos e pobres se chama, para esses últimos, mortalidade infantil, desnutrição, doenças e curta expectativa de vida.

Esses dirigentes ocidentais, que tanto se indignaram com as altas do petróleo, são os mesmos que se declaram preocupados por essas calamidades do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo que jogam no petróleo a culpa dessas pragas, se dizem dispostos a ajudar o Terceiro Mundo a aliviá-las.

Até agora não o fizeram, porém não se pode descartar a hipótese de que num futuro remoto decidam conceder uma ajuda significativa e efetuar algumas mudanças nas relações Norte-Sul.

Mas esta é só uma possibilidade. O certo é que as potências capitalistas não aceitarão — a menos que sejam obrigadas — a modificação das relações que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Isto é, não aceitarão o controle das matérias-primas pelos países que as produzem e, portanto, que o Terceiro Mundo seja determinante ou, ao menos, participe na fixação de preços e no abastecimento de seus bens.

A Opep, ao contradizer esse princípio fundamental do capitalismo dominante, deu um exemplo que outras organizações de produtores poderiam seguir amanhã. E esse possível efeito, mais do que a alta do petróleo em si mesma, é que deixou o *establishment* ocidental alarmado e o estimulou a promover a campanha para impor o mito do petróleo.

Opep, uma classe média

Convém aqui determinar o volume real do lucro gerado pelo petróleo, pois apesar de ser um fato concreto, também tem sido objeto de deformações. O Quadro 5 nos dá a evolução dos preços nominais e reais.

O primeiro aspecto a levar em conta é que, antes de 1973, o preço do óleo cru estava muito baixo. As manobras das transnacionais do petróleo tinham mantido as cotizações a um nível que não correspondia às propriedades desse recurso não-renovável, nem mesmo com o grande aumento da procura.

A resposta da Opep consistiu em se afirmar por meio de sua unidade a fim de obter um preço remunerativo dessa riqueza que, em alguns países membros, estará esgotada até o final do século.

Depois de 1973, houve uma real transferência de receitas para os países da Opep. O que tornou a novidade mais extravagante foi que, propaganda à parte, em um grupo de países — os do golfo Árábico — estavam localizadas, ao mesmo tempo, as maiores reservas mundiais e populações de escassa densidade.

Isso resultou em altíssimas rendas por habitante. Observe-se no quadro 6 onde se localizaram os 20 países mais ricos em termos de renda anual per cápita. Ali figuram, em primeiro lugar, os principados do Golfo, pois se trata de países muito pequenos com grandes reservas petrolíferas. Porém, a Arábia Saudita, que tem uns dez milhões de habitantes — isto é, uma baixa densidade ainda que bem maior que a dos principados — se encontra no 16º lugar, embora exporte cerca de metade da totalidade do petróleo da Opep.

Em compensação, importantes produtores como o México, a Venezuela e a Nigéria, nem sequer entram na lista.

Os dados que oferecem uma proporção válida são os seguintes: no conjunto, o PNB per cápita dos países da Opep era de 1.300 dólares contra 8.900 dólares no conjunto dos países da OCDE. Isso significa que as receitas destes últimos são 6, 8 vezes maiores (cálculos de 1979).

É verdade que o grupo da Opep se encontra, por sua vez, muito acima das receitas do conjunto dos países subdesenvolvidos, formando um tipo de “classe média” num mundo onde há poucos ricos, muitos pobres e muitos miseráveis.

Opções

O preço do petróleo tem um efeito considerável sobre o setor comercial externo. Calcagno e Jakobowicz citam o caso da França, onde em 1970, dez por cento das receitas de exportação eram suficientes para pagar a fa-



A política do grupo de países da Opep — que se afirmou por meio de sua unidade — pode ser um exemplo para outras organizações de produtores de matérias-primas

QUADRO 6

Os 21 países mais ricos em termos de receita per cápita anual
Em dólares

	1980	1979
1. Emirados Árabes Unidos	30.070	23.410
2. Qatar	26.080	20.020
3. Kuwait	22.840	20.520
4. Suíça	16.440	15.360
5. Luxemburgo	14.510	13.260
6. Alemanha Federal	13.590	12.220
7. Suécia	13.520	12.250
8. Dinamarca	12.950	12.030
9. Noruega	12.650	11.230
10. Bélgica	12.180	11.020
11. Brunei	11.890	10.220
12. França	11.730	10.650
13. Holanda	11.470	10.490
14. Estados Unidos	11.360	10.610
15. Islândia	11.330	10.360
16. Arábia Saudita	11.260	9.960
17. Bermudas	11.050	9.820
18. Ilhas Faroe	10.620	9.740
19. Áustria	10.230	9.130
20. Canadá	10.130	9.410
21. Japão	9.890	8.730

Fonte: Banco Mundial

tura do petróleo. Em 1974, o custo da fatura equivalia a 24% dessas receitas.

Quando acontece esse tipo de mudança, os países têm duas possibilidades: aumentar as exportações de maneira a compensar o custo maior do petróleo ou diminuir suas importações.

Os países industrializados puderam optar pela primeira fórmula, aumentando suas exportações para os mercados ampliados dos países da Opep. Por outro lado, os manufaturados que essas nações exportam também ficaram mais caros.

Portanto, as nações ricas não receberam um impacto de grande significação. E as altas de 1973 foram somente o detonador de uma crise econômica cuja origem foi o modelo de desenvolvimento baseado no petróleo barato, impulsionado pelos países industriais.

Naturalmente, o efeito variou segundo a situação energética de cada país. Assim como há membros da OCDE privilegiados por terem grandes reservas de carvão e de petróleo, como os Estados

Unidos e a Grã-Bretanha, existe o exemplo oposto do Japão.

A potência japonesa, que como vimos é um caso de "energia zero", escolheu um modelo econômico de concorrência com os Estados Unidos e a Europa, apoiado em um intensivo consumo de energia.

Essa opção se fez sentir com vigor na balança comercial japonesa quando as cotizações do óleo cru subiram. Porém, os japoneses, de 1973 até hoje, incrementaram constantemente suas exportações, neutralizando assim esses efeitos.

O Terceiro Mundo

O impacto foi, por outro lado, severo na balança comercial das nações subdesenvolvidas. Elas não podem compensar o aumento do petróleo com o incremento das exportações porque, apesar de efetivamente aumentarem o volume de suas colocações, o valor destas diminuem em virtude da deterioração dos termos do intercâmbio.

E como também não podem reduzir radicalmente suas impor-

tações, pois a maior parte é dedicada à compra de bens indispensáveis, recorrem ao endividamento externo que atualmente alcança níveis assustadores.

Vejamos alguns exemplos. Na América Latina, o continente do Terceiro Mundo de maior desenvolvimento relativo, 27% do valor de suas importações correspondem à fatura de petróleo. Para a Índia, isto significa 30%, para o Brasil, 40% e para a Turquia, 60%.

Mas atribuir ao óleo cru a responsabilidade solitária da modificação dos termos do intercâmbio seria uma inexatidão kissingeriana.

Nesse sentido, três fatores influenciaram o mercado mundial: o aumento dos bens industriais, a alta paralela do petróleo e a queda dos preços dos demais produtos básicos.

Os dois primeiros afetaram países não-petrolíferos do Terceiro Mundo, mas em proporção muito diferente, já que a porcentagem dos manufaturados no comércio mundial é muito superior ao do óleo cru. Para ter a proporção adequada, lembremos que o petróleo representa 12% do total do comércio mundial, contra 55% dos manufaturados.

E, apesar da responsabilidade da OCDE pelos problemas do Terceiro Mundo ser maior, a ajuda oferecida pelos países que a compõem é muito menor do que a dada pelo grupo da Opep.

Em 1980, os países da Opep em conjunto deram 1,45% de seus PNBs em Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), enquanto que os países da OCDE cederam somente 0,37%, isto é, quatro vezes menos.

É claro que em quantidades absolutas a AOD ocidental é muito superior à da Opep, pois o PNB da OCDE é incomparavelmente maior que o do grupo petrolífero.

Mas como o comportamento, nesse assunto, é medido em proporção ao PNB, a atitude da

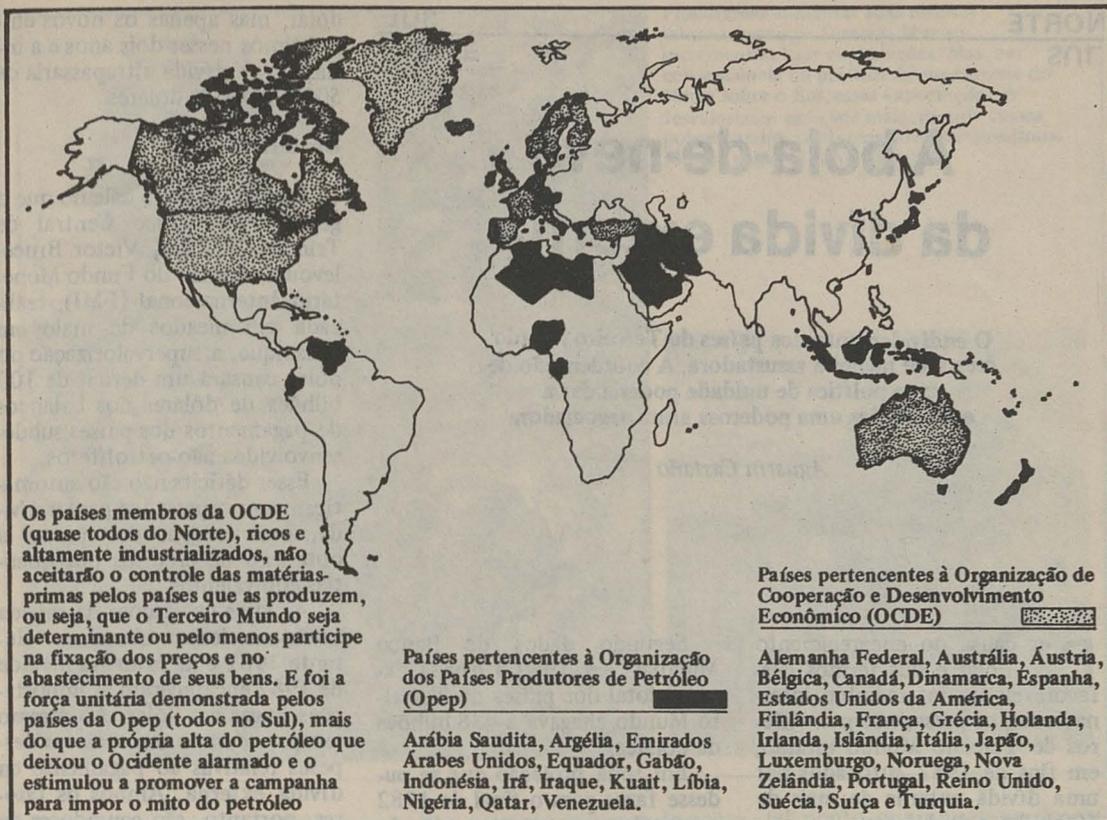
OPEP EM QUITO: "ESTAMOS GANHANDO A BATALHA"

□ "A Opep está ganhando a batalha dos preços do petróleo", afirmou em Quito o novo presidente da organização e ministro equatoriano de Recursos Naturais, Eduardo Ortega Gómez, ao concluir em fins de maio passado a reunião ministerial de avaliação da estratégia traçada em março.

Refletindo o otimismo predominante na conferência, Ortega Gómez disse que a Opep manterá as cotas máximas de produção estabelecidas para cada membro e negou que alguns deles estivessem vendendo mais caro que o preço do acordo.

O secretário-geral da Opep, Marc Man Guema, disse que a atual tendência dos preços do petróleo é altista. Ele elogiou a atitude da Nigéria, o maior produtor da África subsaariana, que resistiu às pressões das empresas transnacionais para que reduzisse os preços.

Se a Nigéria tivesse cedido, explicou Mar Man Guema, teria perdido 500 milhões de dólares e a baixa teria custado cerca de 40 bilhões ao conjunto da organização. Os ministros da Opep voltarão a se reunir no próximo dia 9 de dezembro, exatamente em Lagos, capital da Nigéria.



Os países membros da OCDE (quase todos do Norte), ricos e altamente industrializados, não aceitarão o controle das matérias-primas pelos países que as produzem, ou seja, que o Terceiro Mundo seja determinante ou pelo menos participe na fixação dos preços e no abastecimento de seus bens. E foi a força unitária demonstrada pelos países da Opep (todos no Sul), mais do que a própria alta do petróleo que deixou o Ocidente alarmado e o estimulou a promover a campanha para impor o mito do petróleo

Países pertencentes à Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep)

Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Equador, Gabão, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Venezuela.

Países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Alemanha Federal, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

Opep é, ao contrário do que sustentam os dirigentes ocidentais, mais responsável que a deles.

Porém, não se pode considerar a OCDE como um grupo monolítico. Os estados membros da organização se comprometeram, na "década do desenvolvimento", a dedicar 0,7% de seus PNBs em AOD. Somente quatro países honraram seu compromisso com a comunidade internacional: Holanda - 0,99%; Noruega - 0,82%; Suécia - 0,76%; e Dinamarca - 0,72% (segundo dados de 1980).

Cabe ressaltar que, nesse grupo de países, sobressai negativamente a atitude dos Estados Unidos, que contribuem com apenas 0,02% de seu PNB.

Ao se referir ao problema do desemprego na área da OCDE na reunião a que nos referimos, o vice-presidente da Comunidade

Econômica Européia (CEE), Davignon, declarou: "Não se deve procurar todas as explicações num único fator, colocando hoje a culpa de todos os problemas na alta do dólar, como ontem no aumento do preço do petróleo".

Palavras sensatas. Porém, se existe tanta compreensão para um dólar supervalorizado, é em razão da interdependência das economias das metrópoles e da liderança norte-americana no Norte capitalista.

Quem tiver um pouco de memória se lembrará de que cada aumento do petróleo foi objeto de uma campanha que tendia exatamente, a apresentá-lo como o único fator da crise.

E é fácil imaginar que quando, passada a saturação atual do mercado, a Opep obtenha um aumento de preço, os dirigentes ocidentais gritarão aos céus e

culparão a Opep de problemas que, como eles mesmos sabem, são consequência de diversos fatores.

Nota sobre os quadros

Com exceção do quadro 6, todas as estatísticas pertencem ao Fundo Monetário Internacional e à OCDE. Como no momento de fazer este trabalho nem todas as estatísticas existentes estavam disponíveis nessas fontes, os quadros foram completados com base em relatórios setoriais.

Quanto a vários dados citados ao longo do trabalho, eles procedem também de fontes setoriais e alguns do livro "O monólogo Norte-Sul e a exploração dos países subdesenvolvidos". Editado no México pela Siglo XXI, esse livro é uma importante contribuição para o conhecimento das relações econômicas entre os países capitalistas industrializados e o Terceiro Mundo. Seus autores são Alfredo Eric Calcagno e Jean-Michel Jakobowicz.

A bola-de-neve da dívida externa

O endividamento dos países do Terceiro Mundo cresce de maneira assustadora. A coordenação de uma política de unidade poderia dar a essas nações uma poderosa arma negociadora

Agustín Castaño

Por causa do encarecimento do dólar e dos termos desfavoráveis do intercâmbio internacional, os países não-petrolíferos do Terceiro Mundo estarão, em fins de 1982, sufocados por uma dívida externa de mais de 600 bilhões de dólares.

Segundo dados do Banco Mundial, em 1980 a dívida externa total dos países do Terceiro Mundo chegava a 438 bilhões de dólares.

Em toda projeção que se pudesse fazer para o final de 1982 — sem levar em conta a alta do

dólar, mas apenas os novos empréstimos nesses dois anos e a inflação — a dívida ultrapassaria os 500 bilhões de dólares.

Um alto déficit

Porém, segundo cálculo que o gerente do Banco Central de Trindade-Tobago, Victor Bruce, levou à reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada em meados de maio em Helsinque, a supervalorização do dólar causará um déficit de 100 bilhões de dólares nos balanços de pagamentos dos países subdesenvolvidos não-petrolíferos.

Esses déficits não são automaticamente repassados para a dívida, mas exigem dos países a obtenção de créditos por quantias equivalentes.

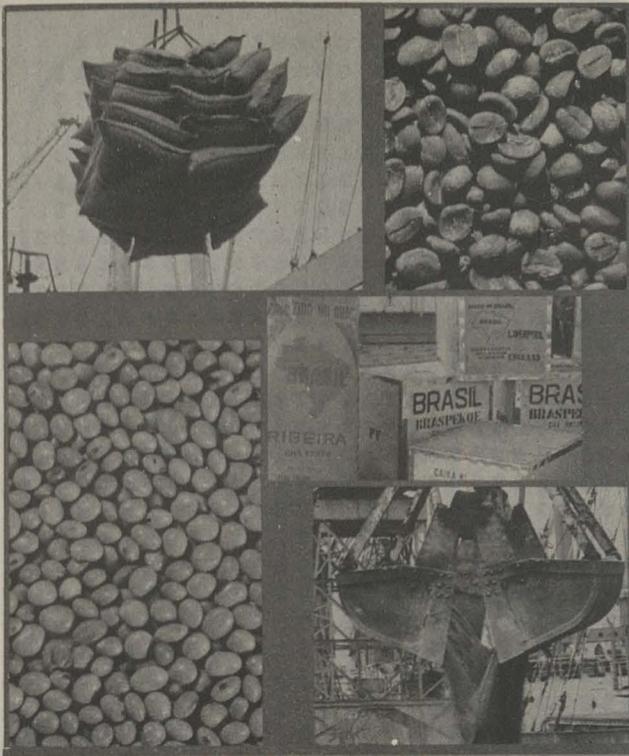
As altas cotizações da moeda norte-americana observada durante 1981 e na primeira metade de 1982 encareceram as importações pagas em dólar. Ao mesmo tempo, acarretaram maiores despesas relativas ao pagamento da dívida externa. Ambos os fatores, portanto, são causadores de déficit. A soma dessas cifras dará um total superior a 600 bilhões de dólares.

Desvalorização das exportações

Para se compreender o peso insuportável dessa dívida, deve-se compará-la com o valor das exportações do Terceiro Mundo em seu conjunto (excluídos serviços e combustíveis), que foi de 181 bilhões de dólares em 1981. Logo, esses países deveriam pagar suas obrigações com as receitas totais de suas exportações durante mais de três anos.

Procurando aumentar suas receitas internacionais — a única forma de enfrentar os problemas da dívida e sua aspiração ao desenvolvimento — o Terceiro Mundo incrementou suas exportações. Mas a deterioração dos termos do intercâmbio internacional ocasionou a depreciação





Procurando aumentar suas receitas internacionais, o Terceiro Mundo incrementou suas exportações. Mas, em consequência da política de supremacia do Norte sobre o Sul, essas exportações se desvalorizam cada vez mais; muitos países pobres, assim, contraem novos empréstimos só para pagar os juros da dívida



das matérias-primas — exceto o petróleo — em relação aos bens industriais, e isso passou a ser fenômeno permanente e marcante nas relações econômicas Norte/Sul. Em consequência, embora o Sul tenha expandido o volume de suas exportações, estas se desvalorizaram.

Um estudo recente da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) permite apreciar esse processo na região que, com algumas diferenças, é o mesmo que ocorre na Ásia e África.

Durante o triênio 1978-80, o volume das exportações latino-americanas cresceu numa média anual de 8,5%. Em 1981, o incremento foi de 11%. Quer dizer, a região registrou um importante aumento de mais de um terço em quatro anos. Mas entre 1980 e 1981 registrou-se uma queda de valor unitário dos produtos básicos.

Por exemplo, o preço do açúcar caiu 38%, o do café, 20,2% e o do ferro, 10,4%. Os cálculos da Cepal indicam que o conjunto dos países latino-americanos sofreu uma deterioração de seu poder aquisitivo de cerca de cinco bilhões de dólares no período 1980-81.

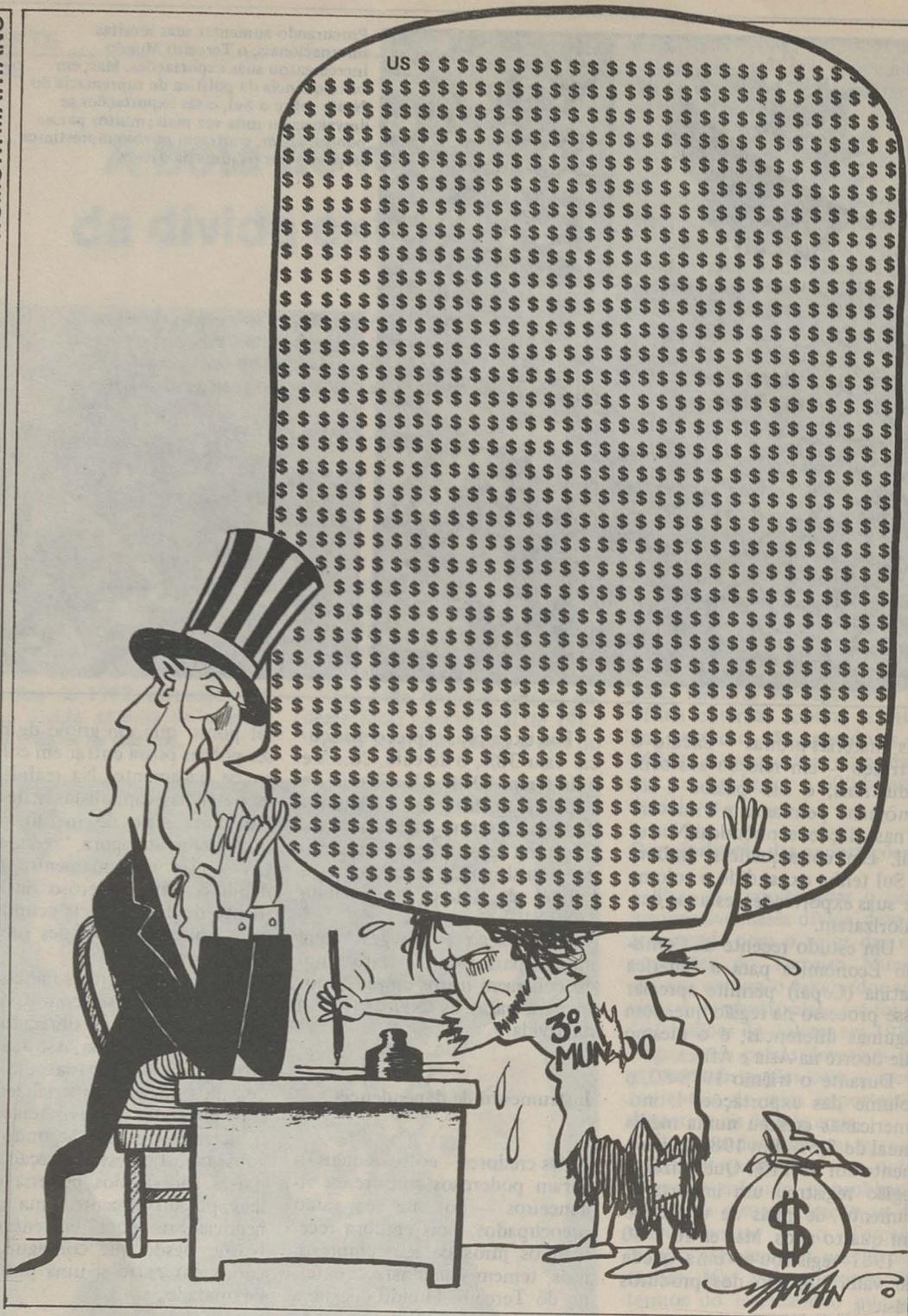
A situação é tão grave que muitos países do Terceiro Mundo contraem novos empréstimos só para pagar os serviços (juros) da dívida.

Instrumento de dependência

Os credores — entre os quais figuram poderosos consórcios financeiros — por sua vez, estão preocupados, pois embora recebam os juros de seus empréstimos, temem que a asfixia externa do Terceiro Mundo chegue a

tal ponto que um grupo de países pobres possa entrar em colapso de pagamento. Na realidade, as potências capitalistas articularam uma série de mecanismos que deram, até agora, "rédea solta" a esse endividamento, tornando-o um poderoso instrumento de dependência econômica e política das nações subdesenvolvidas.

Mas se os controles falhassem e alguns dos países com dívidas elevadas se vissem obrigados a pedir uma moratória, isso acarretaria quebras bancárias em cadeia nos países industrializados, com projeções imprevisíveis para o sistema vigente. Segundo alguns analistas, essa situação dos países endividados poderia dar-lhes, paradoxalmente, uma arma negociadora para enfrentar o Norte, desde que conseguissem coordenar entre si uma política de unidade. ●



ESPECIAL

MALVINAS



As guerras foram sempre, através da história, agentes de transformações profundas no seio das sociedades que as sofreram. O caso das Malvinas não será uma exceção. As primeiras mudanças ocorridas na Argentina não demoraram nem 48 horas depois da rendição, com a queda de Galtieri. Contudo, a substituição do titular do Executivo pode ser só a ponta do "iceberg" da luta interna que já se tornou pública entre as forças armadas argentinas. E a deterioração da unidade militar, somada ao desgaste do governo castrense, além da renovada presença do povo argentino nas ruas, servem de termômetro

da reação interna que está sendo gerada.

O especial que oferecemos nesta edição — complementando e atualizando nossa matéria de capa do número anterior — reúne diversas análises políticas, econômicas e militares, da guerra em si mesma e de suas consequências para a Argentina, que parece se encaminhar aceleradamente para a redemocratização e mantém sua reivindicação sobre as Malvinas, explorando agora as possibilidades no campo diplomático e partindo de uma base muito mais sólida, como por exemplo, um governo de consenso popular.

MALVINAS

Os dilemas do pós-guerra



Desde 1930, a Argentina não sofreu uma ruptura tão importante de suas estruturas econômicas e políticas como as provocadas pela derrota militar na guerra das Malvinas. O fracasso do regime militar deixou a elite dirigente do país sem alternativas

Carlos Castilho

A camareira do hotel entrou no quarto com gestos rápidos e nervosos. Calava e escondia o rosto. Mas não pôde ocultar as lágrimas. Sentou-se bruscamente e falou entre soluços: "Meu irmão morreu nas Malvinas. Recebi há pouco a notícia. E só agora sinto que estamos mesmo em guerra. E o pior de tudo: estamos perdendo esta guerra. Este país precisava ganhar, era uma das poucas esperanças que a gente ainda tinha".

A notícia da morte de um soldado de 18 anos em Porto Argentino chegou a seus familiares num momento em que as informações sobre o desembarque inglês em Porto São Carlos eram poucas e confusas. Ninguém ousava ainda falar em derrota. Os jornais, rádios e televisões pintavam um quadro otimista das ações militares e a propaganda oficial se concentrava no slogan: "Argentinos, a vencer".

Perder a guerra era talvez a única coisa que não estava nas cogitações da classe média de cidades como Buenos Aires, Córdoba e Corrientes. Quando a dura realidade do fracasso militar começou a vazar quase que imperceptivelmente através dos comunicados oficiais ou dos telegramas informando aos parentes a morte de soldados, teve início a tomada de consciência de um trauma que deve provocar a mudança mais profunda nas estruturas sócio-econômicas da Argentina desde 1930.

Nas primeiras semanas depois do dia 2 de abril, muitos intelectuais e políticos afirmavam que o país não seria mais o mesmo, depois da guerra. O que a maioria tinha em mente era a queda da Junta militar, ou a redemocratização, após seis anos da mais repressiva ditadura que o país já conheceu. Muitos esperavam que, de repente, face à queda do mito de que ingleses e norte-americanos não permitiriam uma humilhação de um país como a Argentina, todo um país fosse colocado diante do dilema de reavaliar a sua própria história e as origens da crise em que todos foram protagonistas.

A derrota diante dos ingleses e norte-americanos deixou, em primeiro lugar, debilitados os mi-

litares argentinos. Não se trata só da capitulação diante de forças anglo-americanas muito mais poderosas. A Junta militar, e especialmente o general Galtieri, já estavam derrotados política e economicamente antes mesmo da invasão das Malvinas. Galtieri surpreendeu muita gente quando audaciosamente afirmou, logo depois de sua posse, que a Argentina era um país do Primeiro Mundo. Não era uma frase de efeito ou um escorregão diplomático. Expressava um sentimento sempre presente em setores das forças armadas argentinas.

Revolta aristocrática

Generais como Onganía, Levingston, Lanusse, Videla, Viola e Galtieri são a expressão militar da aristocracia argentina em luta permanente contra o populismo peronista, da mesma forma que o regime do general Juan Domingo Perón em 1943 foi a revolta da pequena burguesia argentina e de setores populares contra os desmandos perpetrados pela decadente elite política e econômica durante a chamada "década infame", entre 1930 e 1940.

Entre o golpe de 1976 e abril de 1982, os militares argentinos fracassaram em tudo, salvo os duvidosos êxitos colhidos na sanguinária repressão a movimentos guerrilheiros, partidos marxistas e sindicatos militantes. O saldo dos seis anos do "processo de recuperação nacional" é de uma pobreza flagrante, a ponto de semanas antes da invasão das Malvinas, alguns oficiais argentinos terem manifestado privadamente seu temor sobre a possível repetição de uma "nova década infame".

Elitismo "criollo"

Conversas com militares argentinos, deixam evidente a impressão que o golpe tramado no final de 1980 contra o governo do general Viola foi basicamente um movimento de oficiais ambiciosos que qualificavam o regime deposto como vacilante no



Perder a guerra era a única coisa que não estava nas cogitações dos militares argentinos

que toca àquilo que os conspiradores chamavam de “grandes desígnios nacionais”. Noutras palavras, o grupo do general Galtieri acreditava que a Argentina tinha por “direito de nascença”, um lugar garantido entre as nações do Primeiro Mundo. A herança recebida dos colonizadores e imigrantes europeus e as tradições da aristocracia garantiriam ao país uma posição diferente da dos demais países latino-americanos. Galtieri se propunha a ser uma espécie de “caudilho de luxo”, em contraposição ao “caudilho populista” que foi Perón.

A feroz repressão aos movimentos guerrilheiros foi feita em nome deste elitismo *criollo*. Era preciso esmagar a qualquer custo e a qualquer preço a mais tênue ameaça ao sonho aristocrático. Mas, seis anos depois, vencida a ferro e fogo a batalha contra a guerrilha, pouco restava para alimentar o orgulho de Galtieri. A economia do país mergulhava com velocidade crescente no caos e na recessão, embora iluminada pela fina flor da elite tecnocrata adepta do liberalismo monetarista. Os militares começavam a ter dúvidas sobre o futuro de seu projeto. A sombra do pessimismo pairava sobre a Casa Rosada, e o regime sentia os efeitos do isolamento internacional determinado pelo barbarismo repressivo.

Não foi surpresa

O incidente das Malvinas foi a válvula de escape descoberta por Galtieri antes mesmo de sua ascensão ao poder no final de 81. Existe em Buenos Aires a versão de que ao visitar Washington antes de sua posse, Galtieri teria feito um acordo com Vernon Walters, através do qual a Argentina cederia tropas e assessores militares para uma força de intervenção em El Salvador, enquanto os Estados Unidos “fechariam os olhos” para uma retomada militar das Malvinas. Galtieri cumpriu o seu triste papel no acordo, mandando “assessores” para a América Central. Depois das eleições em El Salvador os argentinos — ainda segundo a mesma versão —, teriam se considerado livres para invadir as ilhas.

Foi o que Galtieri fez no dia 2 de abril diante de uma cínica “surpresa” do Departamento de Estado e do *Foreign Office*. A invasão das Malvinas não foi um gesto intempestivo. Revistas argentinas já tinham edições preparadas. O *Financial Times* de Londres, publicou duas matérias de seu correspondente latino-americano Hugh O’Shaughnessy dando como iminente o ataque ao arquipélago.

A única surpresa para os norte-americanos e ingleses foi a audácia de Galtieri, que na época se julgava protegido pelo acordo feito com Vernon Walters. Quando Alexander Haig esteve em Buenos Aires os militares argentinos cobraram dele a promessa de “fechar os olhos”. Walters, que acompanhava o ex-secretário de Estado, teria então dito que Galtieri se precipitara ao considerar automática a autorização para invadir as Malvinas logo depois das eleições salvadoreñas. O ex-diretor da CIA acrescentou que se os argentinos tivessem consultado Washington antes do ataque do dia 2 de abril

teriam sabido que a Casa Branca desaconselhava a ação naquele momento e sugeriria que fosse retardada por mais alguns meses já que a tarefa em El Salvador não havia acabado.

Obrigação moral

A versão termina dizendo que Haig, Walters e os três membros da Junta argentina se envolveram numa áspera troca de acusações, que penetrou profundamente no terreno dos insultos, terminando aí a mediação de Washington e o sonho de que a grande potência do Norte patrocinaria os interesses de seu sócio no Cone Sul. Os norte-americanos deixaram claro que era "impossível" que a Argentina derrotasse militarmente a principal potência europeia da Otan. Começou aí o plano inclinado da Junta. A invasão das Malvinas era essencial para a sobrevivência de um regime cambaleante e carente de um mínimo de popularidade. Por outro lado, desafiar o poderio militar anglo-americano significaria colocar a Argentina em guerra contra a Otan, algo que nunca entrou nos sonhos primeiro-mundistas de Galtieri.

A Argentina perdeu a guerra quando Walters abandonou subitamente as reuniões na Casa Rosada, na segunda semana de abril, enquanto Alexander Haig esperava quarenta minutos para que alguém o recebesse na sede do governo. O recuo norte-americano deixou os militares na orfandade. Não havia mais saída. A guerra se tornou uma espécie de obrigação moral perante uma opinião pública que assumiu a invasão das Malvinas como uma luta anticolonial, enquanto a Junta responsável diretamente pela ação militar buscava uma saída para evitar o enfrentamento sem piorar sua imagem. Essa dicotomia esteve presente em todos os momentos da crise.

A "traição" norte-americana foi especialmente dura para a oligarquia financeira e agropecuária da Argentina, porque ameaçou desvendar o conteúdo de classe da guerra. No momento em que Washington preferiu se alinhar com os interesses europeus, a oligarquia argentina também teve que fazer uma escolha. Entre seus próprios interesses e os interesses do país. Não foi uma escolha simples e nem muito menos ostensiva. Os setores financeiros e agroexportadores tiveram que assumir envergonhadamente uma postura quase neutra na essência e disfarçadamente nacionalista nas aparências. Por outro lado, os setores que se alinharam mais diretamente com a defesa do interesse nacional argentino foram paulatinamente se identificando com posições que poderiam ser classificadas de revolucionárias, porque o inimigo passou a ser a maior potência econômica do mundo capitalista. Estas contradições dentro da classe dominante enfraqueceram o seu poder de resistência à ofensiva militar

anglo-americana. Como a guerra pela retomada das Malvinas foi conduzida sempre pelo exército, ele estabeleceu também o padrão de luta. E se negou a mudá-lo quando ficou claro que era impossível uma vitória militar nos moldes clássicos dos exércitos ocidentais. Os militares argentinos se recusaram a usar métodos de luta de libertação porque isto implicava mudar a base social da guerra, isto é, ela deveria deixar de ser aristocrático-oligárquica para se tornar popular. Como isto não foi feito, a rendição era a única saída. O esforço foi para que ela fosse a menos humilhante possível. E o próprio Alexander Haig veio em ajuda dos generais argentinos pedindo aos ingleses que fossem "magnânimos em sua vitória".

Duas guerras

Aconteceram duas guerras pelas Malvinas: a guerra travada pelos militares, que fizeram das ilhas uma peça de seu jogo para reconquistar um mínimo de base popular e negociar um lugar entre os grandes do Ocidente; e a guerra do povo argentino. A primeira era uma jogada política, a segunda era a expressão de velhos sentimentos anticolonialistas, especialmente antibritânicos, originados em três invasões inglesas durante o século passado e a virtual colonização econômica do país na primeira metade deste século. A traição norte-americana deixou a Junta sem alternativas, à mercê do impulso anticolonial.

Foi essa perda de iniciativa política que caracterizou o desenrolar da crise durante o final de abril e todo o mês de maio. A opinião pública, despertada pela invasão, obrigou os militares a fazerem aquilo que eles deveriam saber fazer: defender a pátria e seus direitos.

Acontece que os militares não souberam achar uma solução para a contradição em que se meteram. O crédito dado pela opinião pública foi ilimitado e muito superior às respostas bélicas dadas pela Junta, que vacilou no terreno diplomático e no terreno que teoricamente lhe era próprio, o da guerra. A rigor, a única arma que se salvou foi a força aérea, cujos pilotos depois do *raid* do dia 25 de maio passaram a lutar mais como argentinos patriotas do que como meros profissionais na arte de conduzir aviões.

A marinha foi uma grande ausente, embora seus orgulhosos oficiais tenham sido os mais intransigentes e radicais diante da omissão norte-americana. Os mártires do *General Belgrano* são seu único argumento expiatório. O exército entregou todas as forças nas ilhas ao comando do general Mario Benjamin Menéndez, um oficial marcado pela sanguinária repressão aos movimentos guerrilheiros de Córdoba e Tucumán, em 76 e 77. Menéndez transformou a batalha nas Malvinas numa guerra pessoal



sendo um *cabecita negra* (um mestiço), e queria mostrar aos generais da aristocracia do Campo de Mayo que era capaz de ganhar sozinho o combate contra os ingleses. O orgulho pessoal foi mais forte que a sua capacidade como comandante, testada apenas numa guerra suja contra guerrilheiros. O resultado é que sucumbiu melancolicamente diante do desembarque dos *marines* britânicos.

Galtieri renuncia

A derrota militar diante das forças britânicas abalou o prestígio político do general Galtieri. Seu governo caiu no dia seguinte à rendição porque ele não tinha como pagar a fatura política que lhe foi apresentada pela opinião pública, pelos partidos e também por muitos militares da ativa. O desfecho da guerra enterrou também as aspirações do almirante Jorge Isaac Anaya, pelo menos a curto prazo. O único que sai da guerra com prestígio é o brigadeiro Basilio Lami Dozo, comandante da força aérea. Foi ele que tentou abrir alternativas políticas novas para o período de pós-guerra, sugerindo a formação de um governo de união nacional. Mas suas declarações foram desautorizadas pela cúpula do exército, que sentindo-se ameaçada pela aeronáutica, não vacilou em dar um golpe dentro do golpe.

A prepotência dos generais de brigada mostra que as forças armadas argentinas vão enfrentar a curto prazo um período de grandes tensões internas. O Departamento de Estado norte-americano tenta de todas as formas evitar aquilo que na sua opinião será o pior: o fracionamento da unidade militar na Argentina. Mas a grande verdade é que os processos políticos, econômicos e sociais desatados pela guerra já não poderão ser mais contidos pelos mecanismos tradicionais, dos golpes palacianos e das barganhas políticas.

A derrota militar diante das forças britânicas fez Galtieri renunciar. Depois de muitas disputas internas, chegou a vez do general Reynaldo Bignone assumir o Executivo



A derrota dos militares

O desgaste dos militares argentinos chegou a um ponto crítico e irreversível. Fecha-se o ciclo iniciado em 1966 com o golpe do general Onganía e que incluiu o período 73/76 quando os peronistas voltaram ao poder com a autorização militar, na tentativa de adiar o impasse que, hoje, a guerra das Malvinas tornou brutalmente claro. Todos os pomposos programas de salvação nacional apresentados pelos sucessivos governantes militares fracassaram. O desencanto da população com os generais que se revezaram na Casa Rosada chegou ao ponto máximo. A única hipótese de um militar continuar no poder com um mínimo de estabilidade seria o surgimento de um novo caudilho, cujo autoritarismo fosse envolvido numa proposta de reerguimento nacional, partindo da idéia de que é necessário refazer quase tudo.

Mas esse caudilho ainda não está à vista. A Argentina é um país de classe média. Uma classe média pauperizada, que nos últimos oito anos perdeu a maior parte de seu poder econômico para as grandes empresas transnacionais e para o capital financeiro especulativo. Mas a ideologia predominante hoje ainda é a ideologia pequeno-burguesa, com seu nacionalismo exacerbado mas sem conotações progressistas. Para essa classe média, que influencia decisivamente os partidos tradicionais, ainda é impensável uma solução do tipo revolucionário. Num momento em que as dificuldades econômicas já atingiram o limite máximo da tolerância cai sobre os argentinos o peso da humilhação imposta pela vitória inglesa.

Desgaste peronista

Os partidos tradicionais também saíram desgastados da guerra. Teoricamente eles seriam os principais beneficiados num fracasso dos militares. Mas acontece que faltam aos partidos argentinos líderes com suficiente envergadura e autoridade moral para levantar os destroços da guerra e criar um projeto novo. O peronismo ainda receberia 70% dos votos em qualquer eleição livre que for realizada na Argentina. Mas o peronismo hoje já não é mais nem a sombra do que era em 1943 ou 1955, quando Juan Domingo Perón era o líder incontestável do Justicialismo.

Seus líderes tradicionais estão velhos, o movimento está dividido, a nova geração de peronistas foi cruelmente exterminada na repressão posterior a 76, e a mística do líder morto em 1974 não será suficiente para assegurar um mínimo de estabilidade para um novo governo justicialista. Além do mais, muitos dirigentes peronistas atuais acham que é melhor apoiar um regime militar débil do que estar no poder, sob a vigilância de um dispositivo castrense forte e unificado.

Essa tática dos peronistas da chamada linha oficial (majoritária dentro do movimento) envolve uma contradição insanável. Ela tenta conciliar o aparato militar com uma base popular que hoje está descrente dos regimes ditatoriais. A atual liderança peronista mostra uma incapacidade muito grande para entender que os velhos estilos políticos não funcionam mais no país. E este é outro drama, na série de dramas que os argentinos passaram a enfrentar depois do desfecho da guerra das Malvinas.

O peronismo é uma idéia, ou melhor, uma recordação de uma etapa histórica que ainda empolga milhões de pessoas. Mas hoje é incapaz como força política de assumir sozinho a complexa tarefa de tirar o país do beco sem saída em que foi metido pela sucessão de regimes militares. É fácil criticar a teoria política do peronismo e apontar suas falhas atuais. A realidade, porém, não é tão simples.

Illía ressuscitado

O segundo partido político em importância na Argentina é a União Cívica Radical (UCR). Mas a UCR vive também seus problemas. Seu líder histórico, Ricardo Balbín, morreu não faz muito tempo, e não surgiu um sucessor indiscutível. Por incrível que pareça, no meio da crise das Malvinas, foi ressuscitado o nome de Arturo Illía, hoje com 82 anos. Illía surgiu no bojo de um movimento interno liderado por Raúl Alfonsín, contra a liderança partidária exercida por Carlos Contín, acusado de ser excessivamente débil diante do governo Galtieri.

O grupo de Alfonsín, ligado aos setores mais jovens da UCR, acha que Contín se desgastou nos sucessivos contatos com membros do governo e que o Partido deve guardar as distâncias necessárias em relação à Casa Rosada, para não ser envolvido pelo desgaste político de Galtieri depois do fim da guerra.

Mas a ressurreição política de Illía também tem outro objetivo. O ex-presidente derrubado pelos militares em 1966 foi apresentado como uma das poucas alternativas políticas capazes de oferecer um nome civil dotado de uma suficiente popularidade nacional para ser uma opção no caso dos militares não terem outra saída senão devolverem o poder aos partidos. Mas Illía não tem mais nem a força física suficiente para suportar o peso do país após a guerra, nem as respostas políticas e sociais que a Argentina de hoje está exigindo.

Teia de contradições

Quase todos os partidos argentinos apoiaram a guerra mas não foram consultados sobre o desen-



Com a rendição argentina, o povo saiu às ruas exigindo a cabeça dos responsáveis pela derrota

volvimento das hostilidades contra a Inglaterra, e sentem que não têm responsabilidade nenhuma quanto ao desfecho militar contrário. Os peronistas empurraram o governo até a beira do abismo divulgando *slogans* e manifestos contra um fim negociado da guerra. Mas a partir do momento em que ficou evidente que não haveria uma vitória militar clara para a Argentina, os partidos também ficaram enredados na teia de contradições do país.

A solução eleitoral, levantada no meio da guerra, interessava aos Estados Unidos. Vários funcionários da embaixada norte-americana em Buenos Aires iniciaram contatos com políticos visando sondar as possibilidades de um acordo que pudesse evitar a desmoralização completa do regime. Esse diálogo foi, na época, queimado pela marinha, sob a acusação de que seria uma traição nacional num momento em que o país estava todo ele mobilizado para a guerra.

Impasse político

Depois da recuperação inglesa das Malvinas, a solução eleitoral voltou a ser cogitada, mas com

um empenho bem menor. A reabertura política não empolga mais a opinião pública depois de tantas frustrações com civis ou militares na Casa Rosada. É claro que o fim do período ditatorial e a reconquista de liberdades democráticas será um bálsamo para a população. Mas os dirigentes militares e os líderes dos partidos como a UCR e o Movimento de Integração Democrática (MID) do ex-presidente Arturo Frondizi (defensor de uma solução reformista no plano econômico) têm consciência de que a liberalização pode jogar os atuais partidos em outro beco sem saída. E dentro desses partidos voltam a surgir vozes encabuladas que admitem a permanência dos militares no poder como uma espécie de mal menor.

É esse o dilema político que os argentinos passaram a enfrentar. As soluções imediatistas e reformistas atingiram um ponto de tal desgaste que nem mesmo os seus defensores mais intransigentes conseguem dissimular as dúvidas quanto à sua eficácia.

Isso cria o clima necessário para que o país busque mudanças mais radicais do que as que foram tentadas até agora.

Após a humilhante rendição das tropas argenti-

nas nas Malvinas, na madrugada do dia 14 de junho, o povo não esperou nem vinte e quatro horas para cobrar do governo as responsabilidades pelo fracasso militar. Foi a demonstração mais evidente de que o apoio dado a Galtieri se referia apenas ao cumprimento da velha aspiração de soberania sobre as ilhas, e não tinha nada a ver com o governo e sua política. Os protestos registrados em frente à Casa Rosada, foram o tiro de misericórdia no cambaleante regime militar implantado no dia 22 de dezembro de 1981 e que já estava politicamente derrubado quando os Estados Unidos se aliaram à Inglaterra, no começo de abril.

O golpe final contra Galtieri e sua substituição pelo general reformado Reynaldo Bignone acabou se constituindo num episódio tão banal que não chegou a provocar nenhuma emoção popular. Pelo contrário, ficou evidente o desejo da alta cúpula do Exército argentino de insistir nos erros cometidos desde 1976 e que levaram a oligarquia militar a um grau de desmoralização até hoje nunca alcançado no país. Mas o grupo de generais de brigada que assumiu o controle do país fechou os olhos para uma realidade que foi sentida até mesmo pela força aérea e pela marinha, tal a sua evidência. A necessidade de mudar e rever só não foi reconhecida pela alta cúpula do exército porque ela não admite que os seus interesses de classe sejam alterados pela nova realidade do país.

O esfacelamento da Junta

Como resultado, aconteceu o esfacelamento político da Junta e o fim do chamado "Processo de Reorganização Nacional". O "processo" foi sepultado pela marinha e pela aeronáutica depois de já ter sido dado como morto há pelo menos um ano pela opinião pública argentina. Bignone assumiu o poder prometendo eleições até o primeiro trimestre de 1984, mas nem esta promessa chega a despertar muita expectativa. Toda e qualquer esperança por uma eventual redemocratização foi ofuscada pela vinculação monetarista do novo regime militar. E todos, ou pelo menos os que pensam alguma coisa ou estão pagando o preço da crise econômica, sabem que manter o programa implantado desde 1976, significa aprofundar ainda mais a pior crise da história econômica da Argentina.

Portanto não há novidade nenhuma a esperar no setor econômico. A aristocracia agroexportadora e a elite financeira continuarão manejando as alavancas da máquina governamental indiferentes ao fato de que o país caminha aceleradamente para o caos. É mais uma vez a cegueira das classes dominantes argentinas ignora a consciência majoritária de que algo deve mudar, para manter a qualquer custo os seus privilégios e posições. Pouca gente tem dúvidas de que Bignone não tem condições

para durar muito, porque se não bastasse a oposição popular que já existia na época de Galtieri, o novo presidente conta agora também com a oposição dentro das próprias forças armadas. A marinha e a aeronáutica se desvincularam do projeto político do exército, que não é nem um projeto de todo o exército. Os setores intermediários estão francamente hostis à política elitista dos generais de brigada. Hostilidade esta que tenderá a crescer na medida em que começarem a se tornar públicos os depoimentos dos sobreviventes da guerra nas Malvinas.

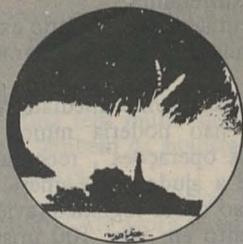
O elitismo da alta cúpula do exército aumentou as condições para que surja dentro da arma um processo de renovação política que para alguns poderá ter semelhanças com o "25 de abril" de Portugal, ou pode também desembocar no parto de um caudilho militar, que bem pode ser o brigadeiro Basilio Lami Dozo, o atual comandante da força aérea, o primeiro a exigir que os civis voltassem imediatamente ao poder, por decreto. A solução "civilista" de Lami Dozo é puramente cosmética, mas foi o suficiente para ameaçar a hegemonia dos generais de brigada.

O resultado da crise militar depende agora em grande parte da posição dos Estados Unidos e dos partidos políticos argentinos. Os norte-americanos estão pressionados pela Inglaterra que exige a formação de uma força multinacional, formada basicamente pelos EUA para impedir que os argentinos tentem novamente retomar as Malvinas. Washington resiste a esta idéia porque ela significaria a manutenção e o aprofundamento dos atritos com a Casa Rosada. A imprensa norte-americana tentou pintar Galtieri como o antiamericano, enquanto Bignone seria o homem do racionalismo diplomático. Na verdade nem um nem outro são o que a imprensa norte-americana diz. A tentativa é colocar Galtieri como o "bode expiatório", para que Washington possa arrancar de Londres concessões que permitam restabelecer as relações entre a Casa Branca e a Casa Rosada.

O desfecho da grave crise institucional depende também dos partidos. Diante do enfraquecimento e fracionamento do poder militar, os partidos têm agora um campo aberto para agir. Também uma opinião pública que no momento quer mudanças. Mas a grande verdade é que se os partidos não se mostrarem à altura das exigências atuais do país, também eles serão tragados pela crise. Tudo aconteceu rápido demais, como disse um político argentino ao verificar que os fatos estavam atropelando tanto os setores militares como os partidos. Ou como disse em Madri, o escritor Ernesto Sabato: "O maior drama desta crise é que nós, os argentinos, já não podemos mais errar e ao mesmo tempo não sabemos se temos as condições para acertar."

MALVINAS

O choque de dois mundos



O conflito do Atlântico Sul demonstrou que o mundo capitalista industrializado se uniu em torno da Inglaterra para preservar seus interesses globais. Como sempre ocorre, também na guerra o Terceiro Mundo é a vítima do aparelho dominador em escala internacional

Esteban Valenti

Com a rendição da guarnição argentina, em Porto Argentino (composta, segundo o alto comando inglês por 13.600 homens, que somados aos 1.200 que foram capturados em Goose Green, totalizam 14.800 soldados de infantaria), encerra-se uma etapa da dura e sangrenta guerra das Malvinas.

Novamente a *Union Jack* tremula sobre o arquipélago, mas que preço os britânicos tiveram que pagar por esta expedição de reconquista colonial, e que lições, do ponto de vista militar, se pode tirar de toda a operação?

Segundo os comunicados oficiais, a armada real perdeu dez unidades de primeira linha (destróiers, fragatas com os mais modernos lança-mísseis) com uma capacidade superior a 35 mil toneladas, 18 caças de decolagem vertical *Sea Harrier* e um número quase igual de helicópteros *Sea King* e *Linx*.

As baixas em toda a operação são difíceis de calcular, mas segundo a dureza dos combates terrestres e o número do pessoal envolvido, estima-se em 1.200 a 1.500, entre mortos e feridos.

O preço total da operação, até a reconquista da capital das ilhas, era estimado em 2,8 a 3 bilhões de dólares, em perdas aeronavais, custos operacionais (munições, combustíveis, frete etc).

Os gastos derivados da nova situação criada nas reconquistadas Falklands são incalculáveis: os da reparação das pistas de aterrissagem para grandes aviões de transporte e um esquadrão de *Phanton F-4*; os da permanência de 3 mil homens da 5ª Brigada (*gurkas*, galeses e escoceses) que ficaram como defesa estável, além dos custos de abastecimento do arquipélago a partir da Inglaterra.

Isso do ponto de vista estritamente militar, sem contar a profunda deterioração das relações entre a Grã-Bretanha e Estados Unidos de um lado e todo o continente latino-americano, do outro.

Como afirmava um diplomata latino-americano na OEA, "junto com os destróiers e fragatas no Atlântico Sul, naufragou toda a doutrina paname-



ricana e seus principais instrumentos, o Tiar e a OEA".

O papel da força aérea

Não há dúvida de que a Argentina também pagou um preço altíssimo nesta guerra, o preço mais alto do ponto de vista militar.

Primeiro, a perda das ilhas em termos territoriais, o que, em qualquer guerra, é sem dúvida um fator conclusivo na hora da prestação de contas.

Os observadores militares calculam as perdas aéreas em 40 a 60 aparelhos dos tipos *Mirage*, *Daggen*, *Super Etendart*, *Skyhawk*, *Pucará*. E não menos de 30 pilotos que, sem dúvida, por sua alta preparação, seu papel em todas as operações e os longos períodos de treinamento, representam uma perda importante.

O cruzador *General Belgrano*, torpedeado pelo submarino *Conqueror*, e os 300 tripulantes mor-

tos foram o principal tributo da marinha militar argentina. Calcula-se que as baixas nas fileiras argentinas sejam ligeiramente superiores às dos britânicos.

Mas uma interpretação militar da guerra não pode ser apenas um enfadonho balanço das perdas. Fundamentalmente, é um resumo das principais lições do conflito.

As perdas inglesas, a resistência argentina, a duração dos combates foram, sem dúvida, muito superiores ao previsto pelo almirantado britânico, e para isso, a força aérea argentina desempenhou um papel fundamental.

A armada real pagou um preço muito alto, não somente pela ação quase milagrosa dos mísseis *Exocet*, aos quais se atribuiu em princípio todas as desgraças da frota de Londres. Os pilotos argentinos demonstraram sua perícia, sua capacidade de explorar ao máximo seus aparelhos, as táticas de ataque lançando, em queda livre, bombas de 250 quilos, ou os disparos de foguetes não-guiados de 88mm, que requerem um altíssimo nível de preparação.

Mas isso tudo não conseguiu frear a força da armada real. Como afirmava uma agência internacional, "esta é a vantagem de possuir a terceira frota de guerra do mundo, só superada pela dos Estados Unidos e da União Soviética".

A batalha decisiva foi travada em terra. Quando os soldados ingleses ocuparam com relativa facilidade Goose Green e Porto Darwin, de certa forma estava selado o destino da guarnição argentina nas ilhas.

No plano das operações terrestres, segundo todos os especialistas, as diferenças eram demasiado evidentes, para que não pesassem de forma determinante sobre o resultado final.

Unidades profissionais (com períodos de treinamento de quatro a cinco anos, com experiência de combate na Irlanda e com uma grande tradição militar nos ombros), unidades concebidas para uma guerra moderna e no esquema da Otan de enfrentamento com as tropas do Pacto de Varsóvia, lutaram contra reservistas com 12 meses de preparação — no melhor dos casos — com outro nível de material e com uma oficialidade cuja única experiência de guerra foi a travada contra seu próprio povo.

Vitória do Pentágono

Atribui-se também a isso os sérios erros táticos e operacionais do alto comando argentino, em especial do general Mario Menéndez. Em primeiro lugar, por ter deixado praticamente em todos os momentos a iniciativa aos ingleses e, no caso de Goose Green, desperdiçado inutilmente dois batalhões.

Esta é a opinião unânime não só dos observadores europeus, como de boa parte da imprensa argentina.

Há outro fator que durante toda a guerra teve uma importância não desprezível: a ajuda decisiva dos Estados Unidos à Grã-Bretanha.

Não é à toa que o Pentágono e o próprio ex-secretário de Estado Alexander Haig consideraram a vitória como sua.

"Sem a base de Ascensão como imediata retaguarda, a armada real não poderia nunca ter conduzido com êxito as operações", reconhecia um alto oficial inglês. E a ajuda norte-americana não se limitou somente ao apoio logístico (aviões-tanques para abastecimento em voo, 100 mísseis *Sidewinder* ar-ar, placas de alumínio resistentes para a pista de aterrissagem etc). No campo da informação, sua ajuda foi insubstituível.

Os satélites norte-americanos que cobriam a área deram aos ingleses toda a informação fotográfica para as operações de desembarque nas ilhas, as informações meteorológicas (vitais nessa zona), e espionaram a frota argentina.

Décadas de trabalho dos serviços de inteligência norte-americanos (DIA-CIA) nas fileiras das forças armadas argentinas, tiveram seu terminal nos computadores dos britânicos, com valiosos dados sobre armamento, treinamento de tropas, estruturas das bases continentais etc.

Por último, deve-se considerar o fator fundamental do bloqueio aeronaval que, definitivamente, obriga o comando superior argentino a combater a guerra de infantaria e de tanques sem as reservas adequadas, sem a possibilidade de reforçar suas unidades.

A frota argentina não interveio praticamente nas operações. E isso foi conseguido graças à presença de três ou quatro submarinos movidos a energia nuclear, tipo *Hunter Killer*, que imobilizaram todas as unidades da armada, incapazes de combater com essa diferença tecnológica. O afundamento do *General Belgrano* tinha este objetivo: demonstrar aos argentinos que qualquer unidade da frota seria fácil presa para os torpedos teleguiados de seus submarinos.

A grande lição

Também do ponto de vista militar, não houve apenas um choque de dois exércitos diferentes, e sim de dois mundos. De um lado, a potência colonial que, apesar de sua decadência, mantém não somente seu orgulho imperial, como também uma frota muito potente, tecnologicamente avançadíssima, e um exército profissional que chega a alistar em suas fileiras a infantaria nepalesa, os *gurkas*. Do outro lado, uma nação do Terceiro Mundo, das mais ricas, é verdade, porém com um exército que

apesar de alguns recursos eficazes e válidos (como a força aérea), não pode competir globalmente com o dispositivo britânico respaldado pela Otan e pelos Estados Unidos.

E sabe-se que as guerras, sobretudo as vitórias, são o resultado de muitos fatores conjugados, do funcionamento global e harmônico de toda a máquina militar, e não da coragem ou perícia de uma parte.

Assim o Terceiro Mundo é em especial a América Latina têm muito que aprender (como seguramente também os analistas da Otan) com as lições dessa guerra.

Um construtor naval britânico afirmava, por exemplo: "Até agora acreditávamos que o *non plus ultra* das construções navais fosse combinar um casco de aço com superestruturas de alumínio. Agora, a guerra das Malvinas provou que isso é um grave erro: o alumínio funde a 600 graus e seus gases são combustíveis".

Este é um exemplo de como muitas indústrias européias, que já estavam estudando novas armas em matéria de interceptação antimíssil, utilizaram esta guerra como um laboratório de provas.

A lição das Malvinas também desencadeará uma nova espiral de armamentismo em todos os níveis, fomentado por um imenso aparelho das transnacionais das armas, que promovem caras campanhas sobre a eficiência dos *Exocet*, ou as maravilhas dos *Sea Harrier*. São essas transnacionais, os Estados do Primeiro Mundo, que possuem as chaves e códigos de todo o sistema.

Quando a Argentina necessitou de novos mísseis e armas, fecharam-lhe as portas, decretaram o bloqueio, invocando os valores morais e o respeito às normas internacionais.

Quando o governo de Telavive invade o Líbano, massacra dezenas de milhares de palestinos e libaneses, nem a CEE nem os Estados Unidos consideram esse fato uma razão suficiente para embargar armas ou decretar o bloqueio econômico contra Israel. "A moral é uma opinião", dizia um pensador francês. E isso foi repetido por um dos maiores teóricos militares, o general prussiano Von Clausewitz: "A guerra é a política por outros meios".

Também no plano da guerra, o Terceiro Mundo tem que suportar, "por outros meios", a mesma política.

MALVINAS



O processo de latino-americanização

Em consequência do apoio dado pelos Estados Unidos à Grã-Bretanha e da falência das conversações na OEA, o regime argentino voltou-se para os governos irmãos da América Latina. Talvez esteja em marcha a concretização do ideal de Bolívar: o panamericanismo

Pablo Piacentini

A quebra das alianças provocada pela crise do Atlântico Sul abriu possibilidades insuspeitas para a integração da América Latina, uma aspiração sempre adiada. A aplicação de sanções contra a Argentina por parte dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Européia (CEE) — com exceção da Itália e da Irlanda — interrompeu o fluxo comercial com a Argentina, que respondeu proibindo as importações dos países dessas áreas.

Essas medidas, juntamente com o rancor por terem esses países apoiado a Grã-Bretanha numa guerra colonial sangrenta com a Argentina, criaram as premissas políticas para a cisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e para a deterioração dos vínculos entre a América Latina e a Europa Ocidental.

A Argentina foi o país diretamente afetado e viu-se obrigada a buscar solidariedade e intercâmbio em outras regiões. Logicamente, escolheu a América Latina como prioritária pois os países irmãos apoiaram por esmagadora maioria a reivindicação das Malvinas e condenaram a iniciativa bélica dos ingleses.

Na realidade, o governo militar argentino que, desde a sua instalação em março de 1976, tinha dado prioridade a sua relação com o Ocidente, viu-se compelido a empreender uma guinada tática de 180 graus na sua política externa, aproximando-se dos países socialistas (incluindo a diretiz oficial de explorar todas as possibilidades de ampliação do intercâmbio), e se reinserindo no Movimento dos Países Não-Alinhados, ao qual a Junta militar tinha classificado como alheio aos seus interesses.

O espetáculo dado pelo ministro de Relações Exteriores argentino, Nicanor Costa Méndez, em Havana quando, no começo de junho, participou da reunião de chanceleres do movimento, foi talvez o indício mais revelador da mudança. Costa Méndez atacou os imperialismos britânico e norte-americano, e condenou a África do Sul e Israel, ambos os governos aliados de Buenos Aires até o momento em que se iniciou o conflito.

Em relação à América Latina, a Junta começou um diálogo com o Pacto Andino, com o qual procura expandir o intercâmbio. E o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) criou um comitê de ação de apoio à Argentina a 3 de junho, integrado por 18 países.

Guinada tática

Essa guinada, no entanto, foi de ordem tática. Obrigada pelas circunstâncias, a Junta militar voltou-se para os países socialistas e para os não-alinhados. Mas no seio das forças armadas e do *establishment* argentino, no momento em que se adotaram essas decisões, houve grupos que se pronunciaram contra uma inversão das alianças, o que teria tornado Moscou objeto de uma relação preferencial.

Esses setores opinavam que, uma vez terminada a guerra, a Argentina deveria voltar ao "curral" ocidental. A disputa entre as duas alas acarretou diversas ambiguidades. Por isso, até que não se esclareça a correlação de forças e se estabeleça uma nova política externa, esses aspectos da guinada deveriam ser considerados como meramente táticos.

Em compensação, a abertura em direção à América Latina poderia ter características duradouras. É difícil prever quanto tempo e que dimensão terá o conflito com a área ocidental, mas é fácil de se imaginar a resistência a um rápido retorno a curto prazo aos termos anteriores, independentemente do governo que esteja no poder em Buenos Aires.

E existem, por outro lado, reais oportunidades de ampliar o intercâmbio regional com o qual todas as partes só têm a ganhar. O problema que a Argentina, o Pacto Andino e os países membros do comitê de apoio do Sela terão de resolver tem a ver com o tipo de integração que irão fortalecer. O desejo de integração não elimina as limitações inerentes à condição de países subdesenvolvidos e dependentes, como são — guardando-se as diferenças de grau — os latino-americanos.

Essa condição consiste em serem exportadores de produtos básicos e importadores de manufaturados e maquinarias, contando com um baixo grau de industrialização. Como já existe intercâmbio a nível de produtos básicos, é pouco o que se pode expandir por esse lado. No máximo, um país pode-

ria comprar da Argentina os alimentos que estava adquirindo em outro país latino-americano.

Integração marginal

Isso poderá aliviar as dificuldades de momento do país platino, mas essa orientação, mais do que uma integração, fomentaria uma substituição de mercados ou, em outros termos, uma integração marginal.

Só é possível caminhar rumo a uma integração significativa e duradoura se a industrialização regional for incluída.

Vejamos o caso da Argentina e da Venezuela, que é importante, pois o governo de Caracas — que conta com um significativo mercado consumidor — mantém a decisão política de ampliar o intercâmbio bilateral e enviou com esse propósito uma missão a Buenos Aires.

As exportações venezuelanas são compostas de 97% de hidrocarbonetos. Mas a Argentina cobre mais de 90% de suas necessidades petrolíferas, de forma que apresenta uma limitada capacidade de incrementar suas importações com a Venezuela.

As exportações argentinas estão mais diversificadas. Os produtos básicos — principalmente cereais e carnes — representam 74%; maquinarias e equipamentos, 8%; têxteis, 3%; e outras manufaturas, 15%.

Por sua vez, a Venezuela dedica 12% de suas importações aos alimentos, contra 83% para maquinarias, equipamentos e manufaturados. Vê-se, portanto, que apesar da Argentina poder ampliar suas exportações alimentares, é o setor industrial que poderia oferecer as melhores perspectivas de intensificação do intercâmbio.

Paradoxalmente é a própria política argentina o fator que limita a expansão industrial. Os setores nacionalistas e progressistas argentinos são partidários da industrialização e a impulsionaram quando tinham influência no âmbito governamental. Mas o setor do *establishment* aliado ao regime militar adotou um programa econômico ultraliberal, executado sucessivamente pelos ministros da Economia, Martínez de Hoz e Alemann. Esse setor sustentou que a manutenção de indústrias pouco competitivas era muito onerosa para o país.

Por causa disso, a indústria não foi protegida, baixando-se drasticamente as tarifas alfandegárias, fazendo-se com que a competição deixasse agir no mercado só as indústrias que tivessem condições vantajosas. Tratava-se de uma orientação semelhante à adotada no Chile pelo regime militar de Augusto Pinochet.

Os ultraliberais afirmavam que a Argentina deveria acentuar a produção de alimentos e aceitar o esquema de divisão do trabalho internacional, por meio do qual as potências capitalistas — principal-



mente os Estados Unidos e a CEE – seriam seus fornecedores industriais.

Procurou-se, assim, encaixar a economia do país no projeto da Comissão Trilateral. Essa orientação econômica se complementava com uma aliança política e militar privilegiada com as potências capitalistas e, em primeiro lugar, com Washington. Enquanto isso, colocava-se em segundo plano a América Latina e não se levava em consideração a participação nas instituições do Terceiro Mundo.

A iniciativa bélica britânica e as sanções constituíram a contradição irresistível que quebrou essas alianças e induziu o governo argentino a procurar novos sócios com dramática urgência.

Depois de terem cortado os vínculos com a CEE, as autoridades argentinas se perguntavam, por exemplo, como fariam para encarar a situação causada por uma dependência de 40% na esfera tecnológica.

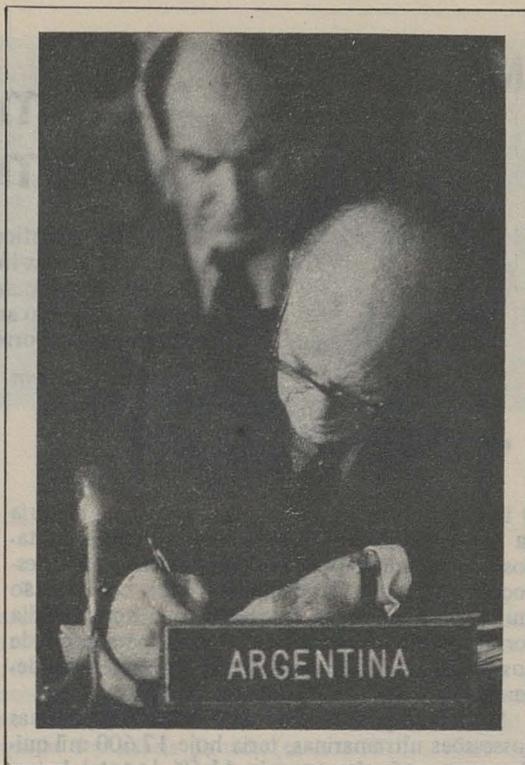
É evidente que a Argentina – independentemente dos problemas políticos – não poderá resolver o dilema econômico sem mudar sua atual orientação.

A política econômica da Junta militar culminou num total fracasso cuja principal vítima foi exatamente o setor industrial.

Condições objetivas

O Produto Nacional Bruto (PNB) da Argentina caiu 6,1% em 1981 e a atividade industrial em 16%. O PNB cresceu 15% durante os seis anos anteriores ao golpe militar de 1976 e caiu cerca de 4% nos seis seguintes, entre 1976 e 1981.

Em 1974, o setor industrial representava 29% do PNB e, em 1981, tinha baixado para 22%. Co-



Depois da falida reunião com os norte-americanos (ao lado), o chanceler Costa Méndez (acima) pediu e recebeu apoio dos latino-americanos

mo outros países subdesenvolvidos, a Argentina expandiu suas indústrias durante as duas guerras mundiais, quando o comércio com as potências ocidentais foi radicalmente afetado.

Hoje, ela deveria fazer a mesma coisa, mas de forma planejada, para enfrentar a guerra econômica que seus aliados ocidentais de ontem lhe declararam. E não poderá avançar rumo à integração latino-americana se não concretizar com os países da região um processo de industrialização compartilhada.

Nenhum desses caminhos são transitáveis se for mantida a política econômica ultraliberal do ministro Alemann. Este se manteve, no meio da contradição, alegando que essa política e seus contatos internacionais permitiriam à Argentina negociar com seus credores. Mas a Argentina se defronta com a hora da verdade.

Uma poderosa e inesperada corrente histórica está impelindo o país a se integrar à América Latina. Qualquer que seja o resultado da disputa, o fato é que, até hoje, nunca houve condições objetivas tão favoráveis para que seja encaminhado o processo de integração desta região do Terceiro Mundo.

MALVINAS



A última viagem de Gulliver

A crise do Atlântico Sul pôs a descoberto a perda de hegemonia do ex-império britânico (cuja possessões ultramarinas, atualmente, perfazem apenas o dobro da área do arquipélago das Malvinas): o gigante ficou pequeno e se aborreceu

Germán Wettstein

1 MEMÓRIAS DO PAÍS DOS GIGANTES

O império britânico foi o mais extenso na história da humanidade. Em quatro longos séculos, contados a partir da ocupação da Irlanda em 1542, esboçou um estilo de conquista e de colonização muito peculiar, em territórios que hoje em dia correspondem a 78 países. Destes, para sorte de nosso planeta, 63 já são nações politicamente independentes.

Se tivesse podido manter a totalidade de suas possessões ultramarinas, teria hoje 17.600 mil quilômetros quadrados, ou seja, 11,5% do total de terras emersas e uma área quase semelhante à da América Sul, povoada (dados de 1980) por 1.500 milhões de habitantes: um de cada três habitantes da Terra. (Neste e nos dados seguintes, não se inclui a própria população do Reino Unido.)

O processo histórico da humanidade dissipou essa aterrorizante hipótese de ficção-científica. Mas não devemos achar que isso seja parte da história antiga. Esse império durou praticamente até ontem, quando os ingleses compartilharam do triunfo aliado contra o nazifascismo. Em 1945, ainda faziam parte do império britânico 14.568.062 km² com quase 500 milhões de habitantes.

Em menos de quatro décadas, as mudanças foram substanciais; hoje, vivem sob tutela direta do Reino Unido pouco mais de 24 mil quilômetros quadrados — dos quais, a metade corresponde às Malvinas — e cinco milhões de habitantes.

Escalões na dominação: de ontem até hoje

Os gigantes costumam ser generosos com os anões; muito mais, se forem fleumáticos e metódicos. Assim, o Reino Unido, com a pontualidade do bom bebedor do “chá das cinco”, formou e hierarquizou as relações de dependência dentro do império.

Colônia, Mandato, Protetorado, Estado Associado e Domínio constituíram os cinco escalões principais para se chegar à independência. Passar de um para outro era uma espécie de prêmio ao bom comportamento, isto é, à condição de súdito correto dentro do império.

E temos de reconhecer que isso estabeleceu claras diferenças entre essa política colonial e a do império francês, por exemplo. Basta lembrarmos do milhão de mortos que as lutas de libertação significaram para o povo da Argélia.

Revisei cuidadosamente as formas de descolonização empreendidas pelos 63 países que algum dia pertenceram ao império britânico, entre 1776 e 1982, e assim confirmei que, em 50% dos casos, a independência foi *outorgada* ou *concedida*; em outros 27% das situações, ela foi obtida por decisão autônoma da ex-colônia (geralmente mediante eleições ou referendos, mas também com a concordância do Reino Unido); em 10% dos países, se “aceitou” a independência por meio de outros mecanismos, inclusive a intervenção das Nações Unidas; e em apenas oito casos (13%), houve lutas de libertação.

Acho que essas últimas nações devem ser lembradas: Chipre, Egito, Índia, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, República Democrática do Iêmen e, naturalmente, os Estados Unidos. E merecem ser destacados também os formidáveis líderes terceiro-mundistas que a resistência ao colonialismo fez aparecer nessas mesmas nações: o arcebispo Makarios, Gamal Abdel Nasser, Mahatma Gandhi, Jawaharlal Nheru, Jomo Kenyatta, Julius Nyerere, Kenneth Kaunda, aos quais acrescento Kwame N’Kruma, de Gana, pelo seu significado na época.

Confirmando o estilo peculiar de política colonial antes citado, deve-se acrescentar que 41 das 63 nações descolonizadas — quer dizer, duas de cada três — mantêm-se no seio da Comunidade Britânica de Nações, a *Commonwealth*, e que ainda hoje 13 delas reconhecem Elizabeth 2^a como formal soberana.

Se essa foi a política tradicional do império britânico, por que não se agiu com a mesma generosidade diante da reivindicação argentina das ilhas Malvinas? Minha hipótese de trabalho é que assim como os seres humanos que se amesquinham tornam-se muito suscetíveis e rabugentos, isso também pode valer para as nações. Ou, em outros termos, os ex-gigantes não podem suportar que alguém lhes mostre que hoje são anões.

Para argumentar em favor dessa hipótese, vamos procurar provar a perda de estatura histórica do governo britânico (nunca do Estado do Reino Unido, nem de seu povo, fonte permanente de grandeza potencial).

2 SUCESSOS DO PAÍS DOS ANÕES

Em questão de estatura, como em padrões de beleza, sabe-se que tudo é relativo. Se pensarmos no gigante do passado, a atual grandeza do Reino Unido pode sem dúvida ser chamada de "baixinha". No entanto, seria mais exato dizer que essa nação adquiriu as dimensões normais dos países industrializados da Europa Ocidental e que, por isso, vive todas as suas crises, que são as crises do capitalismo atual.

Crise econômica

O crescente atraso dos últimos 30 anos, em relação ao resto da Europa, continua sem solução. A origem da deterioração remonta à Segunda Guerra Mundial; apesar do triunfo militar, o Reino Unido foi econômica e financeiramente mais um dos derrotados. Endividou-se e alienou-se, ao mesmo tempo; vendeu a quase totalidade do seu mercado de investimentos ultramarinos e com isso teve de aceitar a conversão dos Estados Unidos, de aliado na guerra em principal credor.

Como aconteceu entre os britânicos mais de uma vez em sua história, a opulência do passado dissimulou (ou mistificou) a agonia do presente. De fato, se quisermos ser estritos no emprego da própria terminologia colonialista do ex-império, teríamos que reconhecer que o Reino Unido está hoje na situação de Estado Associado dentro do império norte-americano.

O cidadão inglês médio assumiu a consciência dessa humilhação e procurou uma mudança de política econômica, aderindo maciçamente ao Partido Conservador. Em maio de 1979, Margaret Thatcher torna-se primeira-ministra com sete milhões de votos de vantagem. É o fim do *Welfare State* (Estado benfeitor) e a irrupção do liberalismo econômico total. Assim como aconteceu na Argentina. E é extraordinário constatar a semelhança de resultados: inflação de 15% ao ano, de



Síntese da imobilidade da estrutura inglesa, a Coroa é uma abstração num momento de crise como a que vivemos

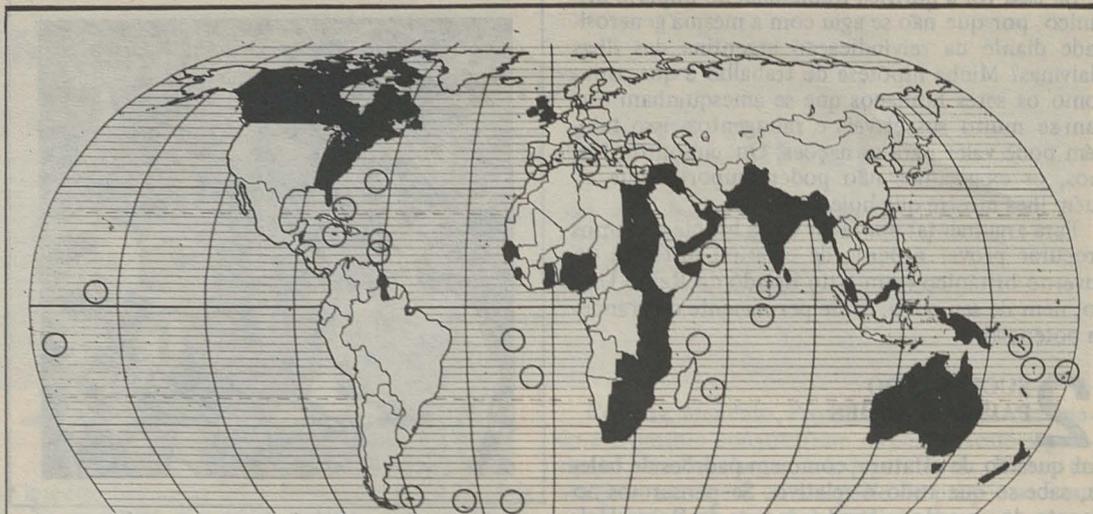
saceleração do crescimento da produtividade do trabalho, reduzida a 50% daquela obtida no período de 1963/73, mais impostos ao consumo e aceleradas altas de preços, tendência descendente nas taxas de lucro e acumulação de capital, queda dos níveis de vida (menos 3% em 1981 do que em 1980, e graves problemas de habitação para as classes baixas), crescimento vertiginoso do número de desocupados (que já somam três milhões), menores contribuições oficiais à segurança social. E por causa de tudo isso, greves nos setores da metalurgia, aviação e serviços públicos.

Os especialistas mais avisados sustentam que a política antiinflacionária dos *Chicago Boys* não tem sucesso no Reino Unido porque não há excesso de procura. Ali, como em todos os países industrializados, o mercado interno é uma fonte de acumulação impossível de ser substituída.

Para agravar ainda mais as coisas, a Grã-Bretanha foi contagiada pela "doença holandesa" (assim chamada, em memória da primeira vítima), ou crise de desindustrialização que o petróleo produz nas sociedades de economia avançada.

O Reino Unido foi importador de petróleo durante toda a sua história, mas em 1973, com a valorização de preço do combustível, tornou-se rentável explorar as reservas do mar do Norte. Em apenas quatro anos (de 1976 a 1980), passou de importador a exportador (saldo de 400 milhões de dólares em exportações de óleo cru). O petróleo representa hoje 80% das arrecadações provenientes do imposto sobre produto industrializado e 34% das do imposto de renda.

As consequências foram múltiplas e pouco controladas: 1º) incremento do setor primário em



■ Possessões continentais

○ Possessões insulares

O QUE FOI O IMPÉRIO BRITÂNICO

□ O acesso à independência política foi o seguinte:

Antes de 1945: nove países, 3.000.368 km²

Iraque (1932), Egito (1922), Irlanda (1916), Qatar (1911), África do Sul (1910), Nova Zelândia (1907), Austrália (1901), Canadá (1867), Estados Unidos (1776).

De 1945 a 1949: oito países, 5.149.433 km²

Birmânia, Butão, Ceilão (atual Sri Lanka), Índia, Paquistão, Paquistão Oriental (atual Bangladesh), Palestina (atual Israel). Todos na Ásia.

De 1950 a 1959: cinco países, 3.215.477 km²

Na África: Gana e Sudão. Na Ásia: Malásia, Nepal e Singapura

De 1960 a 1969: vinte e seis países, 5.406.275 km²

Na América Latina: Barbados, Granada, Guiana, Jamaica, Trindade-Tobago. Na África: Botswana (ex-Bechuanalândia), Camarões Oriental, Gâmbia, Quênia, Lesoto (ex-Basutolândia), Malawi (ex-Nyasalândia), Nigéria, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Tanzânia (ex-Tanganica e Zanzibar), Uganda, Zâmbia (ex-Rodésia do Norte).

Na Ásia: Kuwait, Iêmen do Sul (atual República Democrática do Iêmen).

De 1970 a 1982: quatorze países, 775.525 km²

Na América Latina: Baamas, Belize, Dominica, Santa Lúcia.

Na África: Zimbabue (ex-Rodésia do Sul).
Na Ásia: Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Omã.

Nos oceanos Índico e Pacífico: ilhas Fidji, Kiribati, Salomão, Seychelles, Tonga, Tuvalu.

Possessões coloniais ainda britânicas: quinze países, 24.350 km²

Na América Latina. Área do Caribe: ilhas Antigua (Estado Associado), Bermudas, Caimã, Montserrat, São Cristóvão (com Nevis e Anguilla), São Vicente, Turks e Caicos, Virgens. Área do Atlântico Sul: Santa Helena (com Ascensão e Tristão da Cunha), ilhas Malvinas.

Na Europa: Gibraltar.

Na Ásia: Hong-Kong.

Nos oceanos Índico e Pacífico: Biot (Territórios Britânicos do Índico, que incluem o atol-base militar de Diego Garcia), ilhas da Linha (ou Espóradas da Polinésia Central), Novas Hébridas (em condomínio com a França), Pitcairn.

Preocupado com esses territórios ainda coloniais, parece difícil que o Reino Unido possa tentar alguma outra agressão desmedida, como a que lançou contra as Malvinas e a Argentina. Por isso, falo desta como a última viagem.

Nota: Não estão computados os cinco milhões de quilômetros quadrados do Território Antártico Britânico, por estar a Antártida sujeita a outras regras internacionais e não poder equiparar-se a zonas coloniais.

11%; 29) crescimento moderado de 7,7% na construção, habitação e administração pública; 39) diminuição de 8,6% na produção de manufaturados. Isso, porque se a competitividade das exportações se reduz, torna-se mais atraente importar. Em linguagem formal: há deslocamento de recursos, sendo estes transferidos dos setores comerciáveis para os não-comerciáveis. O sistema produtivo tradicional entra em colapso e necessita de reajustes. *The Economist* chegou a afirmar (edição de 18/04/81) que a “economia do Reino Unido terá, como os psiquiatras, que se especializar nas doenças dos ricos”

A violência social

Agora que a televisão ilumina todos os lares do mundo, é difícil continuar idealizando a Inglaterra dos gramados e parques imaculados. Ainda estão bem frescas na memória as cenas de violência nas ruas — no melhor estilo terceiro-mundista — de Londres, Manchester e Liverpool, durante os meses de junho e julho do ano passado.

O detonador surgiu em Southall, subúrbio de Londres, e teve o matiz ultradireitista do movimento neonazista *National Front*, que dirigiu sua violência — como costuma acontecer também entre nós — contra os imigrantes. Lá, asiáticos e africanos, mão-de-obra barata e explorada, bode expiatório clássico das crises trabalhistas.

Mas esse era um fato nada casual. Suas raízes já estão muito diversificadas em toda a sociedade britânica. Assim como nos Estados Unidos, também nos subúrbios das grandes cidades do Reino Unido existem os bandos juvenis dos rebeldes *com* causa: *skinheads*, *mods*, *rockers*, *punks*, *teddy boys*. Suas atitudes estão documentadas naquelas músicas que lhes foram dedicadas pelos *Rollings Stones* ou pelos *Sex Pistols* (“God save the Queen” — “Deus salve a rainha”). Uma estrofe desta última diz: “Deus salve a rainha, ela não é um ser humano. Não há futuro para o sonho inglês. Surgimos do lixo e somos o futuro. Teu futuro.”

E, no entanto, o “sonho inglês” se prolonga para além do esperado. Porque como já se disse: “A Inglaterra herdou, sem nenhuma mudança, uma estrutura cultural, uma civilização, que pertence a outras épocas. A herança imperial de uma minoria de nobres fleumáticos, elegantes, safados e profundamente inúteis, nunca foi tocada”. (Javier Fernández, “Abrupto despertar de um largo sueño imperial”, jornal *Opinar*, Montevideu, 23/07/81).

Em termos sociológicos: não existem “elevadores” sociais idôneos para as classes baixas, e por causa disso, estão muito pior que os jovens de classes baixas em muitos países da América Latina, que ainda dispõem da universidade para melhorar sua condição social.

“Num beco sem saída” seria um título nada cinematográfico para essas massas juvenis de desocupados crônicos no Reino Unido. Então, não se pode pensar que lá a violência social é um empurrão idealista como o movimento de maio de 68 na França; são, sem dúvida, em compensação, revoltas proletárias dos marginalizados pelo sistema.

Alterações políticas

Como em qualquer democracia latino-americana, também entre os britânicos o partido de oposição é mais flexível que o do governo. Enquanto os *tories* (conservadores) da sra. Thatcher, em seu último congresso, reafirmaram plenamente sua linha de governo, os trabalhistas dinamizaram ações políticas surpreendentes.

Pode-se explicar que isso aconteça dessa maneira, se soubermos que à frente do partido trabalhista está Michael Foot, um “socialista romântico” de 68 anos, que constitui a posição mais à esquerda do trabalhismo em 50 anos. Sua oposição à Primeira-Ministra é implacável; não chegou a lhe dizer uma verdade tão dura como a de Carlos Andrés Pérez sobre o governo de Herrera Campins na Venezuela de “ter nacionalizado a fome”, mas denunciou o Conservador como “o partido e o governo do desemprego”. E acrescentou: “Agiremos a fim de nos unirmos para atacar os excessos e as infâmias que este governo está infligindo a nossa gente”. Digno de nota é o fato de Michael Foot ter estado inteiramente contra as ações bélicas inglesas nas Malvinas.

Entretanto, as mudanças de fundo começam lá por janeiro de 1981, quando a convenção geral do Trabalho aprovou uma reforma no processo de eleição do candidato a Primeiro-Ministro. O poder eleitoral até então dominado pelos parlamentares, passou a ter a seguinte composição: 40% para os sindicatos, 30% para as organizações partidárias e 30% para os parlamentares. A proposta tinha sido colocada, com certeza, pelos sindicalistas encabeçados pelo seu líder, Tony Benn.

Progressistas mas não fanáticos — o que quer dizer “trabalhistas mas não tanto” — os afetados responderam inesperadamente com uma total divisão do partido. Parece que havia causas estruturais para isso: o setor sindical é partidário das nacionalizações e de um maior estatismo; os parlamentares defendiam uma economia mista baseada no acordo social.

As diferenças foram resolvidas, então, de maneira inimaginável para o secular bipartidarismo do Reino Unido: abandonaram o Trabalho e fundaram um novo partido, social-democrata (o SPD), uma terceira opção. A difusão desse terceiro partido foi fenomenal: ganharam, por exemplo, suas primeiras eleições distritais em Crosby, a noroeste

da Inglaterra, reduto *torie* desde 1918, com 49% dos votos.

De tabela, provocaram um recuo nas fileiras trabalhistas, com diminuição do poder interno dos sindicalistas e emendas nos postulados mais progressistas de Foot.

As eleições se aproximam e, com elas, substanciais modificações no espectro político inglês (que talvez venha a ser menos "espectral" para nós, pois tanto trabalhistas como social-democratas postulam uma maior aproximação com o Terceiro Mundo). Enquanto isso, a Dama de Ferro continua com sua alma dura, exaltando a lei e a ordem, o trabalho, a disciplina, a família e anunciando novas medidas desnacionalizadoras. Caberia então uma pergunta: o caso das Malvinas não será também uma ação diversionista com fins eleitorais, semelhante à que se imputa aos militares argentinos?

A frustração colonialista interna

"Não haverá paz enquanto a opressão britânica não acabar, e deixar ao povo o controle de seus próprios interesses, decidindo seu próprio destino como nação soberana, livre de corpo e alma, separada e diferente física, cultural e economicamente".

Essa afirmação podia muito bem ser de algum líder terceiro-mundista de uma colônia britânica. No entanto, quem a escreveu foi Bobby Sands poucos meses antes de morrer, referindo-se à Irlanda do Norte. Ele é um dos muitos que definiram a ocupação da Irlanda pelos ingleses, há 800 anos, como uma ação colonialista e que, menos ainda, aceitam a amputação de Ulster em 1921, efetivada por imposição dos protestantes.

O certo é que o Exército Republicano Irlandês (IRA) pouco difere de algumas forças armadas de libertação em país terceiro-mundista. E também não há diferenças quanto à política repressiva inglesa. A estratégia contra-revolucionária (que aproxima a sra. Thatcher de Galtieri) se baseia em quatro pontos: uma legislação repressiva de emergência, unificação dos sistemas militares e policiais de inteligência (algo assim como a série "Novos vingadores" da televisão), guerra psicológica, formas sofisticadas de prisão e tortura (como a privação dos sentidos).

A 1º de março de 1976, foi decretado que "os prisioneiros confessos de ofensas políticas não poderão ter status político". Ou seja, como afirma qualquer ditador latino-americano — desses que "têm de ser contidos a tempo", como diz a senhora Thatcher — que os delinquentes políticos são criminosos comuns.

O protesto dos primeiros prisioneiros republicanos não se fez esperar. Foi longo e sacrificado e, como todos nós no mundo inteiro sabemos, cul-

minou com as greves de fome de meados de 1981 e com a morte de dez desses lutadores sociais. Que contavam e contam com amplo respaldo popular, como ficou demonstrado pela eleição de Bobby Sands para o Parlamento, quando estava em seu 40º dia de greve.

Um comentarista político disse que "todo Estado tem o direito e o dever de se negar a qualquer forma de pressão. Com a condição de que tenha razão". Parece difícil encontrar razões válidas para justificar a senhora Thatcher diante das mortes infames sob seu regime.

3 FIM E PRINCÍPIO

Até aqui nosso rastreamento de pistas para entender as andanças de Gulliver, de ontem até hoje. Síntese-cume da imobilidade da estrutura inglesa, a Coroa se torna abstração espectral numa crise como a que analisamos. E, entretanto, como bem já disseram outros, a Coroa é o único símbolo da unidade da sociedade civil e pode estabelecer o consenso mínimo, válido para toda a nação. Ou impô-lo, para o bem dela. A rainha Elizabeth 2ª, ao não fazê-lo na crise das Malvinas, perdeu sua grande oportunidade histórica para justificar sua sobrevivência. Estamos seguros de que Juan Carlos da Espanha, em seu lugar, teria agido de outra maneira.

Por diversas razões, nós, latino-americanos terceiro-mundistas de hoje, nos sentimos a muitos anos-luz da sociedade inglesa.

Para nós, milhares de latino-americanos resgatados das prisões, exilados ou simplesmente desterrados, importa-nos muito mais o que se passa na Espanha, França e Itália e, mesmo, até na Suécia, Holanda, Alemanha Federal, do que aquilo que acontece no Reino Unido. Até na solidariedade com a causa internacionalista da justiça política, os britânicos oficialistas aparecem amesquinçados.

Dessa forma, não podemos dedicar nem compreensão nem justificativa à sua pose de gigantes aborrecidos; porque já não são isso. No entanto, como sempre acontece graças ao fato de que a história é dialética — por mais dramático que venha a ser o futuro da crise, especialmente para os irmãos argentinos — a guerra das Malvinas deixa para todos nós oportunas lições. A primeira, que as expectativas imperiais pouco variaram e que os ranços de neocolonialismo deixaram profundas marcas; a segunda, que a guerra (fria, morna ou quente) de emancipação econômica e cultural contra o Norte capitalista, deve continuar sem que se esperem tréguas; a terceira, que nos fazia muita falta uma solidariedade latino-americana como a que tornou a se renovar agora. Oxalá, desta viagem recolonizadora em direção às Malvinas, Gulliver também tire bons ensinamentos. Porque é a última. ●



cadernos do
**terceiro
mundo**

ASSINE

cadernos do terceiro mundo

UMA REVISTA MENSAL DE ATUALIDADE POLÍTICA E CULTURAL,
COM INFORMAÇÕES E ANÁLISES
NO INTERESSE DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

PEÇA TAMBÉM

guia do terceiro mundo

UMA PUBLICAÇÃO ANUAL
COM UMA SÍNTESE HISTÓRICO-ESTATÍSTICA
DE TODAS AS NAÇÕES TERCEIRO-MUNDISTAS.

Preencha o cupom no verso,
encaminhando-o à:

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 - 105 20241 - Rio de Janeiro

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 2.100,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.100,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.000,00
- Uma coleção encadernada de **cadernos do terceiro mundo**, do nº 24 ao nº 29, no valor de Cr\$ 1.600,00 + porte postal

Remeto cheque ou vale postal, no valor de Cr\$

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 2.100,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.100,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.000,00
- Uma coleção encadernada de **cadernos do terceiro mundo**, do nº 24 ao nº 29, no valor de Cr\$ 1.600,00 + porte postal

Remeto cheque ou vale postal, no valor de Cr\$

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 2.100,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.100,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.000,00
- Uma coleção encadernada de **cadernos do terceiro mundo**, do nº 24 ao nº 29, no valor de Cr\$ 1.600,00 + porte postal

Remeto cheque ou vale postal, no valor de Cr\$

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 2.100,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.100,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 1.000,00
- Uma coleção encadernada de **cadernos do terceiro mundo**, do nº 24 ao nº 29, no valor de Cr\$ 1.600,00 + porte postal

Remeto cheque ou vale postal, no valor de Cr\$

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260